UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIANA CARLOS GEROLETI

DE NORMALISTAS A BANCÁRIAS:

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NOS BANCOS (1960-1980)

FLORIANÓPOLIS/SC

2013

LUCIANA CARLOS GEROLETI

DE NORMALISTAS A BANCÁRIAS:

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NOS BANCOS (1960-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dr.ª Marlene de Fáveri

FLORIANÓPOLIS/SC

2013

LUCIANA CARLOS GEROLETI

"DE NORMALISTAS A BANCARIAS: A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NOS BANCOS (1960-1980)"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Doutora Marlene de Fáveri
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 08 de março de 2013.

A todas aquelas e aqueles que acreditam na igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram ao longo destes dois anos para que esta pesquisa fosse concluída. Primeiramente agradeço à minha Orientadora, Prof.ª Marlene, por ter aceitado ser minha orientadora, por ter acreditado em mim e na minha pesquisa. Apesar da vida atribulada, da sobrecarga de trabalho e das muitas dúvidas, ela nunca duvidou de mim. Obrigada! Agradeço também à UDESC, a qual já me proporcionou a Graduação em História, agora também o Mestrado.

Agradeço também à minha família, minhas irmãs Lisa e Rô, minha mãe Lorena, meu irmão Rudinei e meu pai Paulino. Também ao meu cunhado Ronaldo. Em especial às minhas irmãs, Lisa e Rô, que me ajudaram na construção desta pesquisa. A Lisa, que, morando junto, compartilhou a "angústia" frente ao computador, a insônia e a busca de livros para a pesquisa. A Rô, que no período em que esteve me visitando também compartilhou a "aflição da escrita". Foram períodos de turbulência! Por isso, só tenho a agradecer pela compreensão.

Às componentes da banca de qualificação, Prof.ª Drª Cristiani Bereta da Silva e Prof.ª Drª Silvia Maria Fávero Arend, as quais contribuíram imensamente com os rumos da pesquisa. A Cristiani, que me acompanhou desde a Graduação em História, conhece minha pesquisa e sempre acreditou em mim. A Sílvia, que demonstrou conhecer a fundo o contexto de trabalho bancário de que trata esta pesquisa, dando dicas preciosas de como escrevê-lo. Obrigada!

Agradeço aos meus colegas de trabalho e aos meus chefes. Os primeiros por "segurarem a barra" enquanto eu ia às aulas, os segundos por terem permitido minha ida. Primeiro o Favoreto e o Jorge André, no primeiro ano do mestrado; depois o Élvio e o Maurilo até agora. Aliás, ao Maurilo sou muito grata, pois além da liberação integral à disciplina do semestre de 2012, sempre permitiu a retirada de folgas "estratégicas" para a pesquisa, inclusive na semana de finalização desta. Também me interrogava sobre os rumos da pesquisa. "Vai falar sobre os bancários também ou só sobre as bancárias? Tem muita coisa pra falar sobre isso". As muitas "discussões" travadas, quase que diariamente, sobre "as mulheres no banco" renderam reflexões presentes aqui. Agradeço de coração pela forma como agiu. O Jorge André, que tantas vezes respondeu às minhas perguntas sobre "o tempo em que foi admitido no banco", a década de 1980. Numa dessas conversas, ainda na fase do projeto, descobri que sua mãe foi uma das primeiras mulheres admitidas no Banco do Brasil

após a reabertura do concurso em 1969. Descobri também que ela fora normalista, antes de se tornar bancária. Apesar de não ter conseguido entrevistá-la, não restava mais dúvidas de que este era um caminho e também um possível título para a pesquisa que se iniciava.

As colegas Marlete, Luciane, Valéria, Almerinda, companheiras de PAB, e também o Jean, sempre atento a tudo. A Marlete que sempre de bom humor perguntava nas quintas feiras: amanhã tu tens aula, né? Nunca questionou meus "atrasos", pois sabia que estava em aula. Também a Silvana e a Marcela. Toda segunda-feira lá vinha a Silvana com a pergunta "como anda tua dissertação"? Assim, era difícil não pensar na pesquisa durante o dia!

Faço um agradecimento especial às ex-bancárias Sandra, Marta, Leonora, Lídia e a Srª Raquel, pois sem elas a pesquisa não teria a mesma "cara". Obrigada pela disposição em participar da pesquisa.

Ao Érico, responsável pelo Arquivo Histórico dos Bancários de Porto Alegre e Região, que me recebeu e disponibilizou o material. Fui em busca de informações sobre as mulheres na categoria bancária, as quais não encontrei no arquivo do sindicato dos bancários de Florianópolis e região, ao qual também agradeço. Também não encontrei o que buscava, foi quando cheguei a uma conclusão: elas não existem! Melhor dizendo, confirmou-se o que já havia constatado em pesquisa anterior de Trabalho de Conclusão de Curso: o que se passa no sindicato é a "luta dos homens", as mulheres são coadjuvantes que ora são criticadas por não participarem ativamente da categoria, ora são referenciadas por sua beleza e feminilidade através dos concursos de misses. Isto por si só daria uma boa pesquisa...

Agradeço também ao "banco público" que permitiu a pesquisa, embora não possamos divulgar seu nome, o qual disponibilizou informações sobre as mulheres no banco.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, mesmo não sendo possível citar aqui, contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta pesquisa.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.”
(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, situada no Tempo Presente, que teve como foco mulheres trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960 e 1980 no estado de Santa Catarina em dois bancos públicos. As principais fontes da pesquisa são entrevistas orais, relatórios e informações disponibilizadas pelos próprios bancos. A partir dessas fontes tentou-se analisar as trajetórias destas mulheres, as quais até então professoras normalistas trocaram a profissão pela de bancária. O que se percebeu é que os motivos que as levaram a ir trabalhar em um banco quando este ainda era visto como um "ambiente de homens", nas décadas de 1960 e 1970, faz parte de um processo histórico mais amplo, o qual culminou na feminização da profissão bancária na década de 1980. Para compreender este processo, na primeira parte da pesquisa historiciza-se os bancos durante a década de 1960, quando estes promovem a automatização de seus serviços e assumem a "racionalização" do trabalho como princípio. Não por acaso começam admitir o ingresso das mulheres via concurso público, mão-de-obra que seria muito requisitada nas décadas seguintes pelos bancos em geral. Na segunda parte, o trabalho trata de memórias, narrativas e representações. As trajetórias individuais de cinco normalistas que se tornaram bancárias, a feminização da profissão bem como a carreira de quatro bancárias em um banco público são os caminhos percorridos pela pesquisa. Como se verá, a análise das trajetórias revelaram permanências no tocante às tradicionais "ocupações femininas" indicando profundas desigualdades de gênero no trabalho bancário. Desse modo, a presente pesquisa insere-se no campo de estudos da história das mulheres e das relações de gênero, feita a partir de uma reflexão sobre a história das trabalhadoras bancárias.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Memórias. Bancárias. Profissionalização. Bancos.

ABSTRACT

This work is the result of research, located in Present Time, which focused on women bank workers between the 1960s and 1980s in the state of Santa Catarina in two state banks. The main sources of research are oral interviews, reports and infomation provided by the banks institutions. From these sources we tried to analyze the trajectories of these women, who changed from schoolteachers to the profession in the bank. What we realized is that the reasons which led them to go working in a bank when it was still considered as an "environment of men", in the 1960s an 1970s, is part of a broader historical process, which culminated in feminization of the bank work profession in the 1980s. To understand this process, the first part of the research historicizes up banks during the 1960s, when they start promoting automation of its services and take the "rationalization" of work as a principle. Not coincidentally begin to admit the entry of women through public tender, labor work that would be required in the following decades by banks in general. In the second part, the work comes to memories, narratives and representations. The individual trajectories of five schoolteachers that became bank workers, the feminization of the profession and the career of four bank workers in a state bank are the paths of research. As will be seen, the analysis of the trajectories revealed continuities tied to traditional "female occupations" indicating deep gender inequalities in banking work. Thus, this research falls within the field of the history of women and gender relations, made from a reflection on the history of the bank workers.

Keywords: Gender relations. Female bank workers. Memories. Professionalization. Banks.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

PRIMEIRO CAPÍTULO **23**

BANCOS E BANCÁRIOS: UMA PROFISSÃO EM MUTAÇÃO NA DÉCADA DE 1960 ..... **23**

1.1 DONA VÊNUS: UMA BANCÁRIA DE CLASSE 25

1.2 A REFORMA BANCÁRIA E A AUTOMATIZAÇÃO DOS BANCOS 37

1.3 OS FEMINISMOS E A LEI 5.473 DE 1968 42

SEGUNDO CAPÍTULO **47**

DE NORMALISTAS A BANCÁRIAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1980 ..... **47**

2.1 NORMALISTA: A PRIMEIRA OPÇÃO 48

2.2 O CONCURSO PARA O BANCO: UMA PROFISSÃO "DE FUTURO" NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 53

2.3 BANCÁRIA: UMA TRABALHADORA DE ESCRITÓRIO? 63

2.4 QUALIFICAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO NA DÉCADA DE 1980 67

TERCEIRO CAPÍTULO **70**

TRABALHANDO NO BANCO: QUOTIDIANO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM BANCO PÚBLICO **70**

3.1 "NUNCA TINHAM VISTO MULHER TRABALHANDO EM BANCO ANTES" ... 71

3.2 DA SAIA À CALÇA COMPRIDA: "UM AVANÇO NECESSÁRIO" 76

3.3 "OU A GENTE SE DEDICAVA AO FILHO OU AO BANCO" 81

3.4 A AMUBB: UM MOVIMENTO DE MULHERES NO BANCO? 89

CONSIDERAÇÕES FINAIS **97**

FONTES **101**

REFERÊNCIAS **103**

APÊNDICES **112**

ANEXOS **114**

INTRODUÇÃO

Virginia Woolf, escritora e feminista inglesa que viveu na primeira metade do século XX, afirmou em uma palestra para a Associação Nacional de Auxílio às Mulheres, na Inglaterra, em 1931, que era difícil saber "o que era uma mulher" antes que ela pudesse expressar-se em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas. Para Woolf (2012), foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões. Contudo, por trás do perspicaz motivo do relativo sucesso na profissão de escritora, as mulheres, ao escrever, ainda precisavam vencer dois fantasmas: o do "anjo do lar" e o do corpo. O primeiro, fruto das prescrições de gênero imposta às mulheres de sua época, tomava a forma de moça encantadora, pura e bela, depois esposa e mãe a serviço da família; o segundo, aquilo que uma mulher jamais deveria falar, seus desejos e paixões. O primeiro ela resolveu, o segundo não. Sua conclusão? A de que as dificuldades estavam presentes em qualquer das profissões exercidas pelas mulheres, mesmo a Literatura, segunda ela ainda a profissão mais livre de todas para as mulheres (WOOLF, 2012).

Indo de encontro às reflexões de Woolf, perguntaríamos: Por que as mulheres "deram certo" na profissão bancária somente a partir da década de 1960, em várias partes do mundo? Ou, como explicar a feminização da professora primária já nas primeiras décadas do século XX? Como historiadora e feminista fica difícil fugir ao amplo tema da profissionalização das mulheres, afinal, essa análise também me inclui. É a profissionalização das mulheres um assunto de História? Segundo Rose-Marie Lagrave, no último volume da coleção *História das Mulheres no Ocidente*, o século XX escreveu a entrada maciça das mulheres na educação e no trabalho assalariado, mas o fez legitimando as desigualdades ao reinventar ou perpetuar a segregação por sexo na formação e no mundo do trabalho. Apesar da evidente feminização da sociedade, é esse paradoxo que sutilmente marcou o século, pois ao serem abertas as oportunidades de escolarização e trabalho às mulheres, estas foram remetidas à carreiras ou profissões consideradas adequadas ao seu sexo, limitadas pelo "feminino" (LAGRAVE, 1991). No Brasil, esse processo acontece entre as décadas de 1960 e 1980, não por acaso, período escolhido como recorte temporal desta pesquisa.

A partir da segunda metade do século XIX, poucas mulheres, das classes altas, passaram a ter acesso à educação formal no Brasil, sendo que a professora primária reinava entre as profissões exercidas pelas mulheres (HAHNER, 2003). A partir da década de 1930,

com a urbanização das cidades e as reformas educacionais promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, não apenas o ensino básico, mas também as carreiras do ensino superior passam a ser acessíveis às mulheres das camadas altas, embora de forma ainda muito incipiente. Já no início da década de 1950, apesar de o contexto da Segunda Guerra Mundial ter sido favorável ao trabalho feminino fora do lar nas mais variadas profissões, inclusive nos bancos, prevaleceram as rígidas prescrições de gênero na sociedade brasileira. Conforme Carla Bassanezi, no modelo de família dos "anos dourados" os homens detinham poder sobre as mulheres, as quais deveriam se portar dentro dos mais tradicionais comportamentos adequados ao "feminino", preparadas para o casamento, criação dos filhos e como a guardiã da moral da família. Acentuou-se também a figura do pai como o provedor, o responsável pelo sustento da família, o que significava, por oposição, que às mulheres casadas restava o cuidado do lar (BASSANEZI, 1997). É somente em 1962, quando o Estatuto da Mulher Casada, através da Lei 4.121, de 1962, alterou o Código Civil e dele retirou a incapacidade jurídica da mulher casada, que as mulheres passaram a ter equidade para praticar atos da vida civil, pois até então ainda precisavam de autorização do marido para exercer uma profissão. Embora o Estatuto as tenha retirado do rol dos "incapazes", a posição de desigualdade diante do marido permaneceu, pois o homem continuou a ser considerado como o "cabeça do casal".

Embora o direito ao salário igual tenha sido adquirido ainda na década de 1930, permanece nos dias atuais uma clara desigualdade de gênero nas mais variadas profissões, na qual a feminização é sinônimo de desvalorização salarial. O problema que se coloca é por que as profissões associadas às mulheres adquiriram um *status* inferior às profissões associadas aos homens. Esse status profissional inferior significa ganhos menores em relação aos homens, valorização social menor e uma constatação que fere: como explicar que uma profissão, antes masculina, possa ser feminizada, mas uma profissão dita feminina jamais tenha se tornado "masculina"? (LAGRAVE, 1991). Dentre todas essas, destaca-se nesta pesquisa duas profissões que se feminizaram ao longo do século XX, mais precisamente a passagem de uma profissão à outra, com foco nas mulheres que foram professoras primárias mas trocaram a profissão pelo trabalho no banco. A primeira considerada feminizada já no início do século; a segunda, até meados do século XX, uma profissão dominada pelos homens, transformou-se numa opção de trabalho para muitas mulheres, até então professoras primárias, a partir do final da década de 1960.

Como explicar a grande procura das mulheres, antes professoras primárias, pela profissão de bancária entre as décadas de 1960 e 1980? O que se denomina aqui por

profissionalização vai além da escolarização e da formação profissional, mas sobretudo pelo desejo, dadas as condições históricas mais favoráveis, das mulheres em seguir uma carreira profissional. É a pergunta apresentada que instigou a reflexão proposta nesta pesquisa e também sua motivação principal. Contudo, uma reflexão sobre este tema foi iniciada a partir do desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso sobre mulheres bancárias que trabalharam no Banco do Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1960 e 1980 na cidade de Florianópolis.[1] Percebi, entre as oito bancárias entrevistadas à época que três delas, as que tiveram a trajetória de escolarização na década de 1960 e início da década 1970, tiveram uma formação comum, o curso normal, que formava professores para o ensino primário. Vários estudos já mostraram que a formação no curso normal não se dava necessariamente por vocação, mas porque era a opção mais "tradicional" para as moças das camadas médias e conservadoras ou era uma das únicas opções de estudo para as moças de cidades interioranas (BASSANEZI, 1997; BESSE, 1996; HAHNER, 2003). Embora a escolha do curso normal não indicasse uma profissão a seguir entre as jovens, para muitas delas que desejavam ter uma profissão ainda era o caminho mais fácil para a profissionalização. Por esta via, esta pesquisa é um exercício de percepção e interpretação sobre a troca da profissão de professora primária para a de bancária como parte de um processo histórico mais amplo que pretendo analisar.

Descrita a forma como surgiram as primeiras fontes desta pesquisa, as três bancárias citadas Nair, Vera e Fernanda[2], e que serão utilizadas novamente, fui em busca de mulheres bancárias de um grande banco público[3], aquele que mais admitiu mulheres entre as décadas de 1960 e 1980. Julguei que este banco, por abranger todo o território nacional e por se tratar do banco mais antigo do Brasil, representaria uma importante local de análise da profissão bancária. Utilizando-me da metodologia da história oral realizei entrevistas com quatro ex-funcionárias, aqui denominadas pelos pseudônimos Marta, Leonora, Lídia e Sandra, opção feita por elas próprias ao concederem seus depoimentos.[4] Hoje aposentadas pelo banco, com média de idade de 60 anos, todas elas ao serem contatadas disponibilizaram-se prontamente a participar da pesquisa. No entanto, previa entrevistar mais três bancárias, as quais feito o contato não obtive sucesso pois residiam atualmente em outras cidades ou por motivo de

[1] Ver GEROLETI (2010).
[2] Pseudônimos, os mesmos utilizados em pesquisa anterior, apenas para facilitar a análise. Ressalta-se que as três ex-bancárias foram contatadas novamente e autorizaram, por escrito, seus depoimentos para esta pesquisa.
[3] Não utilizo o nome próprio da empresa – sua marca - pois entendo que são as trabalhadoras e não a empresa o foco principal de estudo, além do que há restrições de citação do nome da empresa, sendo nomeada apenas por "banco público".
[4] O uso de seus depoimentos para fins acadêmicos foi autorizado pelas entrevistadas.

saúde não puderem participar. As quatro entrevistadas residem na cidade de Florianópolis, sendo duas delas, Marta e Leonora, oriundas de duas regiões diferentes do estado, respectivamente as cidades de Laguna, sul do estado, e Rio do Sul, região do vale do Itajaí, cidades em que foram admitidas no banco. Sandra, embora nascida na capital Florianópolis, iniciou no banco na cidade de Videira, no meio oeste catarinense; Lídia, por sua vez, sempre morou e trabalhou no banco na cidade de Florianópolis. Assim, o recorte espacial pelo estado de Santa Catarina acompanhou a trajetória das entrevistadas.

Marta, Leonora, Lídia e Sandra não foram escolhidas "ao acaso" e sim porque foram as "primeiras" mulheres admitidas pelo banco público a partir de 1969 em Santa Catarina, ano em que o banco voltou a admitir a inscrição de mulheres em seus concursos. Como se verá nesta pesquisa, o referido banco voltou a admitir mulheres por imposição da Lei 5.473 de 1968, a qual impedia discriminação de sexo em cargos sujeitos a seleção, seja nas empresas e órgãos públicos quanto nas empresas privadas. No entanto, o termo "primeiras" deve ser lido com cautela, pois até meados da década de 1930 o banco público admitia mulheres, como Dona Vênus, sendo proibido o ingresso delas entre 1935 e 1968. Na tentativa de encontrar as bancárias do concurso de 1969, iniciei contato com o banco público, mas a referência inicial a elas encontrei em livro sobre a história da Associação dos funcionários do banco, a qual foi palco de encontro e de sociabilidades entre os bancários até o final da década de 1990 (RECH, 2003). A escolha, novamente, por bancárias de um banco público, ocorreu por dois motivos. O primeiro pela facilidade de acesso ao mesmo[5], o segundo por entender que falar de bancos públicos, por sua vez, implica também tratar de um público específico, já que o concurso público foi a principal carreira seguida pelas camadas médias brasileiras a partir da década de 1960.

Muitos autores discutem o conceito de classe média e não há consenso entre eles. Compreende-se que é uma definição difícil para a análise histórica, não se restringindo apenas ao valor da renda, definição tradicional usada pela Sociologia. Para alguns autores, e é a definição adotada aqui, são os bens e o padrão de consumo aos quais tiveram acesso as classes médias urbanas, como a "dupla carro e apartamento" [6] propiciada pelas reformas do governo, implantadas em 1964, além de projetos de futuro em comum, como o ensino superior, que define essa classe (ALMEIDA; WEIS, 1998). A discussão é feita com base na obra *História*

[5] Atualmente sou bancária em um banco público.

[6] Expressão utilizada pelos autores Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, referindo-se ao modelo de consumo e padrão de vida das classes médias urbanas a partir de 1964.

da Vida Privada no Brasil, último volume da coleção, que demarca o período do "capitalismo tardio" expressão de Mello e Novais (1998) e também o quotidiano de classe média. Logo, as personagens do processo histórico que se quer discutir aqui são mulheres de classe média, ou ao menos com projetos de futuro de classe média, que se formaram no curso normal ou no curso científico, que dava acesso ao ensino superior, prestaram concurso para o banco e ingressaram na Universidade.

Se a História produzida a partir da primeira metade do século XX já não persegue mais a objetividade histórica como no século XIX, considerando que a subjetividade do historiador está colocada em sua escrita, os debates sobre proximidade versus subjetividade reacenderam a partir do desenvolvimento da História do Tempo Presente, na qual o historiador está presente em seu tempo e em seu tema. Deste modo, é o tempo presente que permite a reflexão desta pesquisa. Marc Bloch afirmava, já na década de 1940, contexto da Segunda Guerra Mundial, que a História é uma ciência do presente e não do passado. Segundo Bloch (2001, p. 61), o presente não tem distâncias tão profundas do passado, pois "a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo." Para Bloch (2001), foram as revoluções sucessivas das técnicas que proporcionaram uma distância tão grande em termos de experiências vividas, o que acabou por afastar profundamente uma geração das anteriores, logo, não é suficiente uma análise histórica que apenas estude o passado dos homens, como, por exemplo, os que não tinham eletricidade, para compreender o seu presente, pois são experiências de vida distintas. Entretanto, há uma relação dupla entre passado e presente, já que "a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente" (BLOCH, p. 65).

Livro inaugural do que viria a ser a disciplina História na segunda metade do século XX, as reflexões de Marc Bloch muito se aproximam daquelas que viriam a ser desenvolvidas pelos historiadores do IHTP (Instituto de História do Tempo Presente) [7], na França, no final da década de 1970. Campo demarcado inicialmente pelos franceses, mas que perpassa as tradicionais vertentes historiográficas, como a história cultural e a história social, a questão debatida inicialmente, "Pode o presente ser objeto de História?", pretendia dar fim às

[7] Criado entre 1978 e 1980 pelo CNRS (Conselho Nacional de Pesquisa Científica) da França, o IHTP tinha por objetivo inicial trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea. Como o termo possui outro significado em França, assim como no Brasil, que abrange desde 1789, as questões trazidas pelo pós-Segunda Guerra, como o regime de memória e o retorno do político, precisaram ser nomeadas por outro termo que os diferenciasse, daí o nome escolhido pelo IHTP: História do Tempo Presente.

desconfianças de alguns historiadores sobre a validade dos estudos do presente. Conforme Jean Pierre Rioux, embora não se trate de um período histórico rigidamente delimitado, muito menos de um recorte do último período do passado, sua definição é compreendida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando transformações de múltiplas ordens modificaram o rumo dos países ocidentais. O século XX, de duas guerras mundiais, duas partilhas do mundo, uma guerra fria, da descolonização de países secularmente explorados, da aceleração do modelo capitalista, das novas e intensas relações de consumo e das extraordinárias revoluções tecnológicas alterou significativamente a vida das pessoas, mas também a própria História (RIOUX, 1999). Entre todas as revoluções do século, seria esta última, com o surgimento dos novos *media*, como a cinema, a televisão e a rede mundial de computadores, aquela que mais afetaria a relação da História com o tempo presente. Segundo Rioux (1999), sem dúvida, a História do Tempo Presente nasceu mais de uma importância social do que de um imperativo historiográfico.

Como destacou Passerine (1996), definir um começo faz parte de um esforço para construir um presente, este que é marcado pela subjetividade da sociedade que o definiu. Divergências à parte sobre o termo, é inegável o papel alargado do presente a partir da década de 1970 nos países do ocidente, com o surgimento de novas questões, como a aceleração do tempo; a influência dos multimídias e o mundo virtual e as inovações tecnológicas, que tornam coisas e pessoas cada vez mais obsoletas, o histórico virou sinônimo de inédito (HUYSSEN, 2000). Por isso, a história do presente pode de fato ser escrita com testemunhas vivas porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo da representação e da ação, e pode ajudar a distinguir de forma mais útil do que nunca, o verdadeiro do falso (RIOUX, 1999).

Diante do recorte no tempo presente, esta dissertação está divida em duas partes. Na primeira, situam-se os bancos e os bancários no Brasil utilizando-se de pesquisas sobre a automação, reforma bancária e a autobiografia de uma bancária. É a década de 1960, um período de ruptura, tanto para um quanto para o outro. A reforma bancária de 1964 e o início do processo de introdução da mecanização dos serviços com a introdução dos computadores foi um caminho sem volta assumido pelos bancos, o qual não ocorreu “por acaso”. Se ser bancário de um banco público era uma questão de classe até então, visto a necessidade de bom preparo ou de ter relações influentes para ser admitido em um banco público, era principalmente uma questão de gênero, pois a maioria dos bancos públicos não admitiam a inscrição de mulheres em seus concursos, somente para as atividades auxiliares como telefonistas, ascensoristas e mecanógrafas. Por isso, a trajetória de Dona Vênus, bancária

entre os anos 1930 e 1980, é discutida aqui, pois seu testemunho se mostra importante para a compreensão da mudança, não só nos bancos mas também nas mulheres, ciente de que se trata de outro momento histórico.

A segunda parte do trabalho lida com as memórias de Nair, Vera, Fernanda, Marta, Leonora, Lídia e Sandra. Busco compreender trajetórias individuais e os motivos em comum que as levaram a ir trabalhar no banco. Analiso questões que ficaram nas "entrelinhas" dos depoimentos, como a relação desigual com os colegas homens, percebida através da proibição do uso da calça comprida, por exemplo. Pretendo, assim, analisar como estas mulheres experimentaram a carreira de bancárias, compreendendo suas escolhas, o lugar de que falavam bem como as representações trazidas pelas memórias a partir de suas narrativas.

A demanda por memória é emblemática na mudança da nova relação com o tempo a partir da segunda metade do século XX. O chamado *boom* da memória, fenômeno surgido no pós-Segunda Guerra, com os testemunhos das vítimas do holocausto, é alastrado para outros países em diferentes contextos políticos. No caso da França, cuja particularidade do regime de memória muito influenciou a produção histórica do ocidente, principalmente a do Brasil, passamos da ausência da palavra "memória" na produção histórica de até então, para a sua incansável repetição no texto de Le Goff, Hartog, Pierra Nora, entre outros historiadores franceses pós década de 1970. A partir daí, muitos historiadores teorizaram sobre uma relação complexa estabelecida entre História e memória que, embora distintas, podem estar entrelaçadas, quanto à própria noção do que seja a História como disciplina. Segundo Enzo Travesso (2007), também o conceito de memória foi sendo reformulado com o tempo, afastando a hierarquia entre memória e história, como no tempo de Maurice Halbwachs, início do século XX, e sem considerar a primeira como objeto da segunda, como pensava Nora (1993). Trata-se de perceber os jogos, os usos e os usos políticos da memória no tempo presente, como eles constroem discursos, identidades e dependem das relações de força e poderes políticos (TRAVESSO, 2007).

O uso de testemunhos como fonte para a História é caro aos historiadores pela relação complexa que estabelece entre História e memória, que embora distintas podem estar entrelaçadas, e também pela própria noção do que seja a História como disciplina. Memória e fonte oral estão imbricadas, uma vez que os sujeitos lembram a partir do seu presente e não o fazem de forma "pura", pois suas memórias estão interligadas a outras vozes, a uma memória coletiva, à influência das mídias. Isso significa que cabe ao historiador considerar que os "embates" pela memória estarão presentes na fala do entrevistado, que se deve estar atento a determinadas lembranças em detrimento de outras. Neste sentido, o uso da história oral

enriquece a pesquisa histórica. Inicialmente utilizada na História pelos movimentos miliatntes na década de 1960 para dar voz aos excluídos da História, associada à "história vista de baixo", como fez E. P. Thompson[8], a história oral ainda hoje é uma grande aliada no estudo sobre as mulheres. Como afirmou Michelle Perrot (1989), a fonte oral tornou-se uma "revanche" das mulheres, na medida em que é uma ferramenta indispensável à compreensão do passado vivido pelas diferentes personagens, homens e mulheres, que a narrativa histórica tradicional não deu conta de explicar.

Diante do debate sobre sua definição, se é uma metodologia, uma técnica ou uma disciplina, esta pesquisadora a entende como uma metodologia de pesquisa, a qual consiste na utilização de entrevista semiestruturada, gravada e transcrita. Apesar de julgar fundamental a utilização da fonte oral ao falar das mulheres, entendo, concordando com Alessandro Portelli, que as fontes orais são fontes narrativas e que "o trabalho histórico que se utiliza das fontes orais é infindável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais, quando válidas, é incompleto por definição." (PORTELLI, 1997, p. 36). Assim, compreendo que as narrativas das mulheres são fontes que permitirão um entendimento de suas trajetórias e visões de mundo, ciente de que da memória sempre "fica o que significa" (BOSI, 1994, p. 66), e, portanto, são ditos no presente sobre o passado e tem longa distância entre o hoje e o corrido.

Poucos estudos acadêmicos foram feitos sobre as trabalhadoras bancárias no Brasil. Duas pesquisadoras se dedicaram à temática e são usadas como referência: a socióloga Liliana Segnini e a historiadora Aurea Tomatis Petersen. Segnini (1998), em sua tese de livre docência, dedicou-se a compreender a feminização da profissão bancária ocorrida em várias partes do mundo a partir da década de 1960 através de estudo em banco público de São Paulo. Peterson (1999) estudou a trajetória de mulheres bancárias "gaúchas" desde 1920. Outras referências sobre os bancários, como trabalhadores ou como movimento sindical, dão suporte ao estudo. Há, também, a socióloga Nise Jinkings (1996; 2002), orientada por Segnini, cuja tese tratou dos bancários na década de 1990; Letícia Bicalho Canedo, sobre o movimento sindical dos bancários, além da história dos bancários de São Paulo, cidade que concentrou o maior número de bancários do País, organizado por André Karepovs (1994). Sobre a racionalização e a automação dos bancos a referência é a dissertação de André Accorsi (1990), que traz ampla pesquisa sobre o tema. Com relação aos "donos do poder", os banqueiros, faço uso da obra do sociólogo Ary Cesar Minella (1988).

[8] Um exemplo é sua grandiosa obra A formação da classe operária inglesa, THOMPSON (1988).

Segundo Segnini (1994), o setor financeiro representava, já na década de 1980, um dos mais importantes setores terciários no Brasil. Representava também uma "ilha setorial de modernidade", tendo em vista o contexto de analfabetismo e os *déficits,* sejam educacionais ou habitacionais, entre outras áreas precárias no Brasil. Os bancos representam, então, um *lócus* privilegiado para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho, visto que as mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho formal, restrito a poucas mulheres no período. Em 1990, passados mais de vinte anos da publicação da Lei 5.473, de 1968, que permitiu o ingresso das mulheres nos bancos públicos, elas já representavam quase metade dos empregados no setor, entretanto ocupavam as funções mais baixas da pirâmide hierárquica dos bancos.

Assim, para ampliar o debate e compreender a profissionalização das mulheres para além da questão do "mercado" e do "capital", da demanda e oferta de emprego, utilizo aqui as discussões de gênero e da história das mulheres. Nesse sentido, é a análise de gênero que permeia a pesquisa, a qual dialoga com as historiadoras Joan Scott, Linda Nicholson e Michelle Perrot. O gênero é pensado aqui na perspectiva de Joan Scott, como categoria de análise histórica. Scott (1990) sugere pensar como o gênero é construído social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como ele dá significado às relações de poder, ou seja, falar das relações entre os sexos é falar, sobretudo, de poder. Linda Nicholson, em *Interpretando o Gênero,* vai além. Para ela, o conceito de gênero acabou sendo utilizado sob duas perspectivas: em oposição ao sexo e como referência às construções sociais. Ao se opor ao sexo, o gênero descreve o socialmente construído em oposição ao aspecto biológico e, nessa concepção, o gênero compreende o comportamento, e o sexo a natureza. Assim, "[...] por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de 'sexo' colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudanças." (NICHOLSON, 2000, p.10). Por isso, defende a autora que é preciso interpretar o modo como o gênero opera transculturalmente, ou seja, apesar de todas as sociedades ocidentais manterem diferenças entre o masculino e feminino, e muitas delas basearem essa distinção no corpo, é um erro adotar essa posição como única e verdadeira, pois no meio destas distinções há infinitas outras, mais sutis, quase imperceptíveis. São estas diferenças "sutis" que podem ter importantes consequências no sentido de compreender o que é ser homem ou ser mulher. Cabe, então, usar o gênero como categoria de análise para questionar como a diferença sexual é produzida pela História, seja nas normas, nos conceitos, nos discursos estabelecidos e como produz representações.

Representações que constituem memórias e são tomadas aqui no sentido de Roger Chartier. Para esse autor, nas premissas de uma História Cultural as coisas não existem no mundo por si só, são produzidas pela cultura. As representações são "esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 1988, p. 17). Em defesa de sua noção de representação, Chartier diz que não existe História possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas das representações, ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de História nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Assim, é tarefa do historiador identificar tais práticas, bem como as lutas de representação, as lutas de poder e os interesses em jogo, uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (CHARTIER, 2011).

Para Michelle Perrot (1989), é o poder que move as relações entre homens e mulheres. Pesquisando as mulheres ao longo da História, essa historiadora é referência deste trabalho pela intensa produção sobre história das mulheres: das "excluídas" da História aos vestígios deixados através da memória (PERROT, 1988, 1989 e 2005). Analisar gênero, memória e História pressupõe uma análise das experiências das entrevistadas. Segundo defendem as autoras Kofes e Piscitelli (1997), é através da perspectiva do gênero que a noção de experiência pode ser melhor compreendida, por isso, lidar com as narrativas parece um meio de encadear experiências femininas, memórias e gênero. Mas o trabalho que se propõe a falar de "experiências" deve tomar certos cuidados, tanto devido à "autoridade da experiência" (seu *status* de verdade) quanto à sua naturalização pela História. Conforme alertou Scott (1998), ao se falar da experiência, muitas vezes o historiador a acaba matando, por isso é preciso "historicizar a experiência", ou seja, perceber que são sujeitos e não indivíduos que a possuem e, desse modo, é preciso compreender que se lida com identidades em constante mutação, portanto é preciso considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). Defende a autora que trabalhar com essa noção de experiência implica para historiadores e historiadoras considerá-la não a "origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar, o que, como consequência, interroga o processo de criação de sujeitos, repensa a história e o papel do historiador e abre novos caminhos para se pensar a mudança" (SCOTT, 1998, p.325).

Pensando através da perspectiva da teoria feminista do século XX, a ida das mulheres para o espaço de trabalho remunerado deveria ser correspondente à entrada do homem no espaço doméstico. Caso contrário, a escolha e o desenvolvimento de uma profissão estaria

dependente das condições que as mulheres possuem no espaço privado. Por isso, em se tratando da análise do trabalho das mulheres, o gênero se apresenta como uma categoria analítica obrigatória, uma vez que o "mundo do trabalho e dos trabalhadores" historicamente se construiu como espaço do homem. Um exemplo de categoria profissional percebida como espaço do homem foi por muito tempo a dos operários. Segundo Souza-Lobo (1991), ao analisar a classe operária brasileira, mostrou que esta não fez referência "ao sexo dos atores sociais", chamando a atenção para os conceitos e os discursos sobre a classe operária, vista como homogênea, apesar de empregar grande número de mulheres. A referência a elas aparece quando são chamadas para a luta geral da categoria, para o espaço sindical, o que a autoria sabiamente denominou de "luta dos homens". Essa expressão revela, não apenas a importância menor atribuída às questões específicas das mulheres, como creches, trabalho noturno e assédios no trabalho, mas também o domínio dos homens entre os representantes sindicais. Desta forma, segundo a autora, o conceito de classe operária utilizado pelo discurso sindical homogeneizou de tal modo a "categoria" operária, que desconsiderou as relações sociais e as práticas distintas para homens e mulheres de pertencimento à classe operária (SOUZA-LOBO, 1991). Já na categoria bancária, apesar da evidente feminização entre as décadas em estudo, no movimento sindical bancário as referências às trabalhadoras aparecem, sobretudo quando da realização dos concursos de *miss* promovidos pelo sindicato, bem como em chamadas críticas sobre a falta de consciência das trabalhadoras para com a "luta dos homens". Logo, podemos pensar o mesmo da categoria "dos bancários"?

Assim, a discussão proposta nesta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, intitulado "**Bancos e bancários: uma profissão em mutação na década de 1960",** trata da mudança da profissão de bancária ocorrida durante a década de 1960, período em que tem início o processo de automação dos bancos e sua expansão na sociedade brasileira. A história dos bancos no Brasil pode ser dividida antes e depois da reforma bancária de 1964. Quanto aos bancários, ou melhor, às bancárias, também é possível dividir sua história antes e após a década de 1960. Para exemplificar essa divisão, apresento aqui a história de Dona Vênus, como afirmou Perrot (1988), uma das muitas mulheres deixadas à margem da História. Analisar sua história não tem o sentido de "resgatá-la", mas de considerá-la como participante de um processo histórico que permeou todo o século XX: a ida das mulheres para o mercado de trabalho. Busco contextualizar a Lei 5478, de 1968, a qual proibiu a discriminação de sexo em cargos e concursos públicos sujeitos à seleção, abrindo as vagas de emprego dos bancos públicos às mulheres. Assim, o assunto do capítulo é a nova forma que

assume o trabalho nos bancos após a década de 1960, bem como o ingresso das mulheres nos bancos públicos.

O segundo capítulo trata da trajetória de cinco normalistas que se tornaram bancárias. Em "**De normalistas a bancárias: trajetórias de mulheres entre as décadas 1960-1980"** busco historicizar como a profissão de bancário passou de uma "profissão de homens", na década de 1960, para uma "profissão feminina", no final da década de 1980. Por que Nair, Leonora e Marta, todas elas normalistas, largaram a profissão de professora e foram empregar-se em um banco na década de 1960? O mesmo acontece com Fernanda e Vera na década seguinte, num período em que havia mais mulheres trabalhando no banco. Assim, o capítulo busca analisar o processo que vai do final da década de 1960 até o final da década de 1980, quando o trabalho nos bancos muda de uma "profissão de homens" para uma "profissão feminina".

No terceiro capítulo, intitulado **"Trabalhando no banco: quotidiano e relações de gênero em um banco público",** as memórias das primeiras bancárias de um tradicional banco público são trazidas à análise. As narrativas de Sandra, Marta, Leonora e Lídia remetem a um período em transformação na sociedade brasileira, a passagem da década de 1960 para 1970, quando as mulheres representavam a "novidade" no banco. A calça comprida se afirmava no guarda-roupa feminino e no trabalho as prescrições de gênero ainda impediam a ascensão profissional. É neste capítulo que fica evidente a segregação de gênero da profissão bancária**.**

A partir do final do século XX algumas profissões já haviam sido absorvidas pelas novas tecnologias ou pelo processo de racionalização do trabalho, como o trabalho nos bancos. Estes, aliás, representam hoje uma das empresas que mais se relacionam com a sociedade, mas não o fazem por meio de seus funcionários e sim por meio de "máquinas inteligentes". No entanto, esse processo não foi natural, foi fruto de uma política governamental que a apoiou em um dado momento histórico. A questão central e de gênero que se coloca é que, concomitante a essa política, ocorreu o ingresso das mulheres nos bancos. Assim, compreendo que analisar a profissão de bancária é de suma importância para a compreensão do processo de desqualificação do trabalho das mulheres que tomou forma na segunda metade do século XX.

PRIMEIRO CAPÍTULO

BANCOS E BANCÁRIOS: UMA PROFISSÃO EM MUTAÇÃO NA DÉCADA DE 1960

A segunda metade do século XX representa um período de rupturas e mudanças no Brasil. Uma delas refere-se à substituição do modelo econômico baseado na agricultura, até os anos 1930, por um modelo de desenvolvimento industrial, a partir dos anos 1950. Na política, uma sucessão de diferentes regimes políticos e uma ditadura civil- militar[9] em 1964 ocasionaram o fechamento do processo democrático, e sua reabertura vinte anos mais tarde. Em relação à educação, passa-se de um modelo escolar fortemente elitista para a educação de massa. Popularização também ocorre com os meios de comunicação; é impossível pensar na sociedade brasileira a partir de 1970 sem levar em conta o efeito das imagens e da comunicação: o rádio, a televisão e o cinema. Tais mudanças refletiram em vários setores da sociedade brasileira, como a concentração da população no meio urbano, novas demandas no mercado de trabalho e a criação de novas profissões, traduzindo-se, consequentemente, em mudanças de atitudes e comportamentos de homens e mulheres.

Segundo estudo de vários pesquisadores, um dos pilares de sustentação dessas mudanças foi o sistema financeiro e sua expansão, a partir da reforma bancária implantada pelo governo instaurado em 1964 (ACCORSI, 1990; CANEDO, 1986; MINELLA, 1988; SEGNINI, 1998). O chamado "milagre econômico", entre 1968 e 1974, contribuiu para a expansão do crédito e dos financiamentos, a criação da política de habitação e a expansão do ensino superior nas décadas seguintes. Reformas que tinham como alvo as classes médias. Aliás, um dos fatores que caracterizou os segmentos médios urbanos no Brasil foi o acesso ao ensino superior e ao crédito facilitado. Nesse período, essa mão de obra escolarizada foi muito utilizada pelo Estado, assumindo os cargos técnicos que surgiam nas empresas públicos públicas e privadas, através de concurso público quando o Estado passou a ser gerido segundo a lógica tecnocrática.

Também no mercado de trabalho as mudanças foram aceleradas com o final do século XX. No que toca às mulheres, aliás, foi a partir da década de 1960 que elas exerceram de vez as mais variadas profissões, processo já percebido desde a década de 1920 com a urbanização

[9] O uso do termo civil-militar, corrente na historiografia atual, indica a participação de determinados segmentos sociais no regime autoritário que inicia em 1964 e não apenas como uma oposição entre civis e militares, como ficou na memória social sobre o período.

das cidades, quando o espaço público da cidade, do trabalho e das profissões, até então dos homens, passou a ser compartilhado com as mulheres. É inegável a qualquer observador social o "turbilhão" que atingiu a vida das mulheres ao longo do século: mudou seu papel na sociedade, na família e também em relação aos homens. Foram as "moças" da década de 1960 as que mais foram afetadas pelos conflitos de mudanças de comportamento, de valores e de visão de futuro, decididas a se "supermodernizar", como cantou Chico Buarque. Multiplicaram-se, também, as opções de trabalho, processo acelerado pela crise econômica do início da década de 1960 que levou muitas mulheres da classe média ao mercado de trabalho (CANEDO, 1986). Para essas mulheres, desenvolver uma profissão começava a se tornar uma regra, diferentemente das mulheres das classes trabalhadoras, cujo trabalho fora do lar - e dentro também - sempre esteve presente.

Entre essas novas profissões para mulheres surgidas da década de 1960, o trabalho nos bancos tornou-se uma opção para muitas delas. Conforme apontaram estudos de vários pesquisadores, o número de bancários praticamente dobrou no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, com as mulheres representando acima de quarenta por cento da categoria no final dos anos 1980 (ACCORSI, 1990; JINKINGS, 1995; MINELLA, 1988; SEGNINI, 1998). Apesar da evidente questão de gênero, o discurso corrente dos bancários enquanto categoria profissional enfatizou o efeito da automação e informatização sobre os postos de trabalho no início dos anos 1990, quando as máquinas e terminais eletrônicos já substituíam por completo os serviços do trabalhador bancário. Não que estes estudos não tenham importância, mas eles, em geral, não consideraram a análise de gênero. Assim, o assunto discutido neste capítulo é a constatação de que o processo tanto da feminização quanto da automação dos bancos tem início na década de 1960 com a reforma bancária de 1964, que implementou a racionalização do setor financeiro e permitiu que as mulheres entrassem de vez no mercado de trabalho em bancos, seja através de concurso público para os bancos públicos, nos quais até 1968 não eram admitidas como funcionárias, seja aumentando sua participação nos bancos privados. Houve, também, uma mudança na forma do serviço bancário, de uma burocracia manual para um trabalho dependente do computador.

Deste modo, este capítulo disserta sobre as mudanças ocorridas na profissão bancária na década de 1960 e os impactos da reforma bancária na organização do sistema financeiro, consequentemente no trabalho bancário. Para entender as mudanças promovidas durante a década, é necessário compreender como era o serviço bancário e as relações de emprego anteriormente. Para tanto, usamos aqui a referência de uma bancária "pioneira", que exerceu a

profissão bem antes de sua "massificação" na década de 1960, período em que ser funcionária de um banco público era uma questão de classe e de gênero.

1.1 DONA VÊNUS: UMA BANCÁRIA DE CLASSE

Vênus Caldeira de Andrada, ou simplesmente Dona Vênus, como era chamada pelos colegas de banco, foi funcionária do Banco do Brasil durante quarenta e quatro anos. Foi admitida pela primeira vez em 1933 e pela segunda vez em 1938, lá permanecendo até 1980, quando se aposentou. Sua história só pode ser contada aqui devido ao seu livro autobiográfico, encontrado por esta pesquisadora nas telas de um sebo virtual.[10] Foi redigido por ela após sua aposentadoria e publicado pelo próprio banco em 1988, como parte das comemorações dos 188 anos de sua fundação. Escrita em linguagem culta e envolvente, em estilo autobiográfico, suas memórias são tomadas aqui como uma interpretação de sua trajetória de vida e trabalho.

A biografia, deixada por longo tempo às margens da História – desde seu surgimento como gênero autobiográfico no século XIX –, ressurgiu nos anos 1980. Conforme Angela de Castro Gomes, a partir desse período, o indivíduo emergiu como tema importante e a biografia passou a ser valorizada pela historiografia. Desde então, os acervos pessoais, as cartas, os registros e livros autobiográficos possibilitam novas abordagens na escrita da história, através das "narrativas de si" (GOMES, 2004). São essas narrativas de si, produzidas a partir de suas experiências e significados, que torna o livro de Dona Vênus uma fonte de análise para a profissão bancária, em especial para a análise de gênero. Conforme Perrot (1988), um dos problemas encontrados na história das mulheres são as poucas fontes escritas deixadas por mulheres, pois "os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade." (PERROT, 1989, p. 15). Assim, continua Perrot, a História permaneceu com o olhar de homens sobre outros homens, o que calava as mulheres. Sabendo que as "memórias" autobiográficas remetem a significados diferentes daquelas colhidas através de depoimentos orais, produzidas juntamente com o historiador, é necessário considerar a característica intrínseca ao relato autobiográfico e sua construção artificial de sentido. Segundo Bourdieu (2006), quando a história de vida passa à categoria de relato escrito, obrigatoriamente os acontecimentos da vida do entrevistado devem obedecer a uma lógica, possuir relações inteligíveis e seguir a etapas necessárias para um desenvolvimento.

[10] Ver ANDRADA, 1988. Dona Vênus faleceu em 2004.

Ainda segundo Bourdieu, o relato de vida se aproxima da apresentação oficial de si. Varia tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado para o qual é oferecido. Devido ao fato de se tratar de uma apresentação pública, há coações e censuras específicas, e tudo leva a crer que essas leis da biografia oficial prevalecerão sobre as experiências concretas de vida e, por isso, o investigado fará esforço para uma apresentação de si (BOURDIEU, 2006).

Dona Vênus nasceu em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, numa família tradicional[11] de políticos e comerciantes do Sudeste e Sul do Brasil. Segundo conta em seu livro, ela e a irmã haviam planejado estudar Engenharia ou Advocacia, mas trocaram a carreira planejada por um curso comercial, por orientação da mãe quando ela ficou viúva, pois assim estariam habilitadas para o mercado de trabalho em apenas quatro anos, inclusive poderiam participar de concursos públicos. Segundo conta, esse era o melhor caminho para quem precisava trabalhar mais cedo. Dona Vênus atribui ao caráter corajoso da mãe, que criou as filhas sozinha após a morte do marido, o pioneirismo que marcaria sua trajetória de trabalho no Banco do Brasil, uma carreira ocupada predominantemente por homens até o final da década de 1960.

Em 1932 saiu da Academia do Comércio com o título de Bacharel em Economia e Finanças. Feito raríssimo para as mulheres na época, pois estatísticas mostram que em 1940 apenas 158 mulheres no Brasil haviam tirado diploma de curso superior em Economia, contra 1735 homens.[12] De posse do diploma, pretendia ingressar na carreira consular do Itamarati, mas não havia concurso e as vagas eventuais, segundo ela, eram preenchidas pelo tradicional "político-revolucionário" [13]. Por isso, logo que teve a notícia, em 1933, de que o Banco do Brasil, o mais antigo e importante banco do País, iria abrir concurso, começou a se preparar, mesmo sabendo que as vagas seriam fora da cidade do Rio de Janeiro e que havia muito rigor na prova. No concurso, obteve a quinta colocação e sua amiga do colégio, Stella Varella, obteve o sexto lugar. Aos 21 anos, Donas Vênus e Stella foram admitidas na agência de Santos, Estado de São Paulo, mudando-se para aquela cidade. Quando lá chegaram, já havia duas outras jovens trabalhando na agência, e na agência da capital São Paulo mais três funcionárias. Executou inicialmente a tarefa de cuidar da correspondência da seção e fazer a atualização do fichário das garantias de operações. Julgava-se desde o início uma funcionária

[11] Denominamos como família tradicional, não apenas pelo fato de o sobrenome estar diretamente ligado a uma família aristocrática brasileira, mas também pelo conjunto de descrições, hábitos e educação recebida, os quais Dona Vênus cita em seu livro.
[12] Segundo estatística dos diplomados no Brasil em 1940, constante em BESSE (1999).
[13] O termo utilizado por Dona Vênus supõe tratar-se dos partidários de Getúlio Vargas, que ascendia ao poder após a Revolução de 1930.

“Caxias”, pois se impunha o pensamento de que “como mulher, nunca poderia apresentar desempenho inferior aos homens, já que com eles buscara equiparação funcional e salarial” (p. 84). Apesar da postura decidida diante dos colegas, Dona Vênus conta que percebia o sucesso que fazia com os clientes do banco, ao ponto de eles se “amontoarem” junto ao balcão da seção “Empréstimos-café” e seu chefe, com quem viria a se casar mais tarde, mudar a posição de sua máquina, deixando-a de costas para o balcão.

Em 1934 Dona Vênus teve seu pedido de transferência julgado e retornou ao Rio de Janeiro, quando ficou noiva de Cláudio, na época seu chefe na agência de Santos. Depois de alguns meses, retornou à cidade de Santos para o casamento. Relembrou o período de noivado e conclui que esse tempo foi suficiente para perceber o quanto estavam enganados sobre um e outro; ela estava certa de que havia encontrado o companheiro ideal, com o qual dividiria todas as alegrias, inclusive as proporcionadas pelo trabalho no banco. Já o marido, segundo narrou, “estaria pronto para fazer valer o machismo inspirador de nossas leis e costumes, transformando em algum tipo de ‘doméstica’ a bancária orgulhosa de suas conquistas, tão mal escolhida para os fins que ele tinha em vista” (pag. 88).

As lembranças ressentidas, narradas anos depois, podem estar relacionadas ao pedido de demissão forçado feito em 1935, depois do nascimento da filha, quando já em condições de voltar ao trabalho, o marido declarou que não permitiria que ela reassumisse seu lugar no banco. Disse-lhe, em tom ameaçador, que “mulher dele teria que trabalhar, mas em casa” (p.88). E assim, Dona Vênus narrou aquele episódio:

> Eu lhe perguntei, então, porque me escolhera como esposa, pois eu, minha mãe e minhas amigas éramos exatamente o contrário do que ele desejava. Disse que, gostasse ele ou não, eu retornaria ao banco. Foi quando ele me fez ver que, em face do Código Civil da época, eu não o poderia fazer, pois mulher casada somente poderia exercer qualquer profissão, conquistada por título que fosse, com autorização do marido.(p. 88-89, grifo meu)

O Código Civil a que Dona Vênus faz referência datava de 1916, e nele ficava evidente a situação da mulher, claramente limitada na esfera da atuação jurídica, pois não podia exercer uma série de atos sem a autorização marital. O artigo 6º previa que a mulher casada não possuía capacidade jurídica, era considerada relativamente incapaz, comparada aos menores de idade, aos pródigos e aos silvícolas (MAC LAREN, 2003). Entre outros artigos que restringiam a prática de determinados atos da mulher sem a autorização do marido, o artigo 242 deixava clara a submissão da esposa ao seu marido. Dos nove atos

proibidos citados no artigo, três deles merecem destaque: a proibição de alienar ou gravar de ônus real os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens; aceitar ou repudiar herança ou legado e a proibição de exercer profissão (MAC LAREN, 2003).

Dona Vênus conta que ainda tentou pedir uma licença sem vencimento ao banco, alegando problemas com o parto, porém ela foi indeferida. Diante do indeferimento e da intransigência do marido, pediu demissão do banco, porém mostra que não o fez sem resistência, como escreveu:

> Em meu requerimento, lamentando ter de agir assim, por não contar com a humilhante exigência legal, afrontei todo o pensamento machista que então dominava a absoluta maioria dos bancários. A proibição de mulheres nos concursos já entrara em vigência. Só iria cair trinta anos mais tarde (p. 89, grifo meu).

Em 1935, o banco do Brasil proibiu as mulheres de participarem dos concursos de ingresso na carreira de escriturário. O primeiro registro de mulheres no banco é de 1924, quando foi admitida a primeira escriturária, Emma Borg Medeiros, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.[14] Os motivos da proibição não são claros, mas podem estar relacionados ao período repressivo vivido pelo País à época. Segundo Susan K. Besse, historiadora brasilianista que investigou as relações de gênero no Brasil entre as décadas de 1910 e 1940, essa proibição ocorreu entre o final dos anos 1930 e 1940, tanto no Banco do Brasil como nos Ministérios da Guerra, da Marinha e das Relações Exteriores, talvez como uma reação contra o avanço das mulheres nos concursos públicos. Esses órgãos representavam, à época, a alta burocracia do Estado brasileiro, o que leva a compreender que se tratava de uma barreira imposta às mulheres, as quais, quando dadas as condições de participarem e concorrerem em igualdade com os homens por melhores empregos, assim o fizeram. A proibição, supõe a autora, teria sido a tentativa de barrar esse processo, garantindo mais oportunidades aos homens.

Besse (1999) mostrou que após a primeira guerra mundial, até a década de 1930, havia intenso debate na imprensa, entre escritores, romancistas, especialistas médicos e na política

[14] BB.COMVOCÊ, 2008. Revista editada pelo banco.

sobre a redefinição do que a autora chamou de "papéis de gênero" [15] na sociedade brasileira. Segundo a autora, a preocupação central era com a "crise" da família, justificada pela maior participação das mulheres, principalmente das camadas médias e altas, na esfera pública, seja como consumidoras, nas escolas, nas profissões antes restritas a elas e nas organizações feministas. Durante as décadas de 1920 e 1930 os intelectuais e profissionais urbanos lutaram por "regenerar" a família e elevá-la à instituição primordial e essencial da sociedade, promotora da modernização econômica, preservando a ordem social. Esse era o caminho do progresso segundo os reformistas urbanos, e nesse processo as mulheres ocupavam o centro, cujos papéis essenciais eram o de esposa e mãe. Desse modo, o governo de Getúlio Vargas, que assume em 1930, acaba juntando sua estratégia de centralização política e seu programa de modernização com o interesse público em abarcar esferas, antes consideradas privadas, como a família, ajudando a exercer o controle do governo sobre as massas urbanas. Assim, os profissionais e autoridades políticas insistiam na família como a base da sociedade e da organização política (BESSE, 1999).

Já no final da década de 1930, a autora percebeu que o espaço dado a esse debate desapareceu, em que destaca três causas principais. A primeira foi a implantação do Estado Novo em 1937, que fechou os canais de discussão e mobilização política; a segunda refere-se aos novos anseios da classe urbana depois do golpe de 1937, pois não mais se sentiria o "caos social", já que a classe operária estava desmobilizada e controlada e já havia uma legislação trabalhista protetora do trabalho das mulheres. Em terceiro lugar, os profissionais modernizantes já haviam conseguido realizar as reformas que desejavam no sistema de gênero, pois romperam o poder da "velha ordem", haviam conquistado uma legislação e estariam rumando para o "progresso". Para a autora, essa modernização do sistema de gênero trouxe um progresso ambíguo. Embora no plano político tenha sido a partir de 1930 que a maioria das leis sociais e trabalhistas tenha entrado em vigor e as mulheres tenham conquistado a cidadania plena com a publicação do novo Código Eleitoral de 1932 que lhes concedeu direito ao voto, dada as condições políticas autoritárias elas não puderam exercê-lo[16]. Por outro lado, embora tivessem maior acesso à educação, os currículos ainda as preparavam para a vida doméstica e a criação dos filhos, atribuição que continuava sendo estimulada como a sua principal função (BESSE, 1999).

---

[15]A autora refere-se a "papéis de gênero" durante todo o livro, porém não explica a escolha do termo. Assim, compreende-se que seu uso pode estar relacionado a problemas de tradução ou ao fato de ser uma obra datada, escrita no início da década de 1990, quando o termo era mais comumente utilizado.

[16] Fruto de uma longa luta, iniciada antes da Proclamação da República, o voto feminino somente foi exercido plenamente pelas mulheres em 1946, com a abertura democrática e a obrigatoriedade do voto para todas as mulheres.

No que tange o mercado de trabalho, embora os empregadores recrutassem mulheres avidamente para o setor de serviços da economia urbano-industrial então em expansão, o Código Civil de 1916 definia o marido como o chefe do casal, que autorizaria ou proibiria a esposa de seguir uma carreira profissional. Assim, entra em cena uma legislação do trabalho feminina mais protetora do que de defesa de direitos. Essa contradição foi causa de revolta de Dona Vênus, que narrou um episódio em que ficou bastante aborrecida, pois durante um balanço de fim de ano o contador[17] resolveu dispensar do serão as moças, alegando "evitar-lhes o desconforto do trabalho noturno" (p. 84). Dona Vênus argumenta que queria direitos iguais, mas deveres também iguais, pois "uma prorrogação de expediente era coisa que qualquer uma de nós poderia suportar perfeitamente" (p.84). Para ela, "mais parecia provincianismo, paternalismo, machismo ou qualquer outro 'ismo' significativo de discriminação injustificada" (p. 84). O motivo da indignação de Dona Vênus estava previsto no decreto 21.417 de 17 de maio de 1932, que regulava as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais (BRASIL, 1932). A elaboração do decreto sugere a preocupação governamental com a moral das mulheres, bem como em definir o que seria um trabalho adequado para elas. O artigo segundo proibia o trabalho noturno das mulheres entre as vinte e duas horas e cinco horas da manhã, com algumas exceções, entre elas o caso de o estabelecimento ser gerido exclusivamente por familiares. O decreto, apesar de transparecer um cuidado com a moral das mulheres e não propriamente com um direito trabalhista, garantia, ao menos na lei, o emprego para as mulheres grávidas, bem como o pagamento de um auxílio correspondente à metade do salário que se ganhava no emprego e ela voltaria a ocupar a mesma vaga quando do retorno ao trabalho.

Depois de muita insistência, passados três anos, Dona Vênus conseguiu a autorização do marido para trabalhar fora de casa, documento que anexou a uma carta elogiosa que recebera de um antigo chefe, juntamente com seu requerimento de readmissão. Conta que o primeiro foi indeferido porque "contra ele funcionou a discriminação de sexo. Uma colega, pasme-se, alegou em seu parecer que não caberia o deferimento, em face de o banco não mais estar admitindo mulheres" (p.84). Dona Vênus, então, apresentou um segundo requerimento, agora decidida a procurar amigos e acompanhar o andamento do processo. No gabinete da presidência encontrou um antigo colega, que a foi logo desencorajando: "Se o banco decidira não aceitar mais mulheres, como iria admitir uma da qual já se livrara?" (p. 95). Em mais uma

[17] Função equivalente a gerente administrativo em uma agência bancária.

tentativa, conta que apelou para ajuda divina e uma semana depois acabou conseguindo ser readmitida.

Dona Vênus assumiu sua primeira função comissionada em 1942, ocupando, dali em diante, até a sua aposentadoria, vários cargos em vários departamentos. Em 1960 mudou-se para Brasília, então nova capital do Brasil e nova sede do banco. Nesse período, quando já se considerava bastante experiente, recebeu um convite: assumir o cargo de chefe de departamento da secretaria, a primeira linha dos cargos administrativos do banco ligados à Diretoria e Presidência, sendo, segunda ela, "a primeira mulher a ocupar cargo de chefe de departamento no banco" (p.133). Esse aspecto foi o que mais a sensibilizou, pois "estava quebrado o dogma de que somente os homens poderiam ocupar postos na administração superior" (p. 133). Para ela, a partir daí mais mulheres poderiam ascender também na hierarquia do banco. No entanto, somente vinte e cinco anos mais tarde reiniciaria a contratação de mulheres via concurso, impulsionada por mudanças sociais e da legislação. Aposentou-se em 1980, após quarenta e quatro anos de trabalho no banco. Sua única filha, fruto do primeiro e único casamento, já lhe havia dado um neto.

Dona Vênus teve uma trajetória pioneira? Sem dúvida, sua história revela-se pouco comum entre as mulheres da década de 1930. Era uma mulher feminista? As ações e ideias contidas no livro assim a definem. Entretanto, em certos trechos percebemos que, embora suas memórias remetam à década de 1930, quando iniciou no banco, sua escrita incorpora discursos feministas pós década de 1960. Como escrevera entre os anos de 1985 e 1987, sua escrita certamente incorporou experiências e também leituras sobre feminismo. Aliás, "Leituras" é o título de um dos capítulos de suas memórias, em que conta os muitos livros que leu entre os vinte e trinta anos de idade, cuja preferência era a literatura. Retomou as leituras em meados da década de 1960, aos 51 anos, quando se descobriu doente. Nessa fase da vida teve contato com livros diversos de temas políticos e sociais, como o livro de Simone Beauvoir, *O Segundo Sexo*, emprestado pela filha que, segundo conta, era uma professora muito envolvida em questões sociais. Conjecturou que a filha lhe recomendou o livro para que ela percebesse as discriminações ainda existentes no mundo, pois "eu, com minha posição independente, parecia ter-me esquecido que representava triste exceção na triste realidade do mundo feminino" (p. 140).

O destaque para a leitura de *O Segundo Sexo*, ao qual teve acesso já na idade madura, certamente a fez observar sua "triste exceção", já que estava inserida numa cultura machista e desqualificadora para com as mulheres, em especial para com o trabalho delas. Segundo pesquisa de Joana Vieira Borges sobre as ressonâncias da obra no Brasil e seu impacto na

formação dos movimentos feministas, a polêmica obra de Simone de Beauvoir publicada em 1949 na França[18] foi referência para os feminismos das décadas de 1960 e 1970 na França, assim como nos Estados Unidos e no Brasil. A tese central de Beauvoir, na qual ser mulher é parte de um processo histórico onde a "figura feminina" e as posturas que lhes são atribuídas nada mais são do que construções sociais produzidas ao longo da história, possibilitou a compreensão sobre o conjunto de construções elaboradas pela cultura ocidental para manter os padrões dominantes e hierárquicos entre homens e mulheres (BORGES, 2007). Segundo a autora, houve toda uma geração de leitoras da obra, principalmente entre as feministas ligadas às universidades, assim, ter contato com a obra de Beauvoir naquele período de efervescência dos feminismos mostra que Dona Vênus foi uma feminista à sua maneira, munida com os conhecimentos a que teve acesso.

Apesar do pioneirismo que marcaria sua trajetória, a admissão, a carreira e a promoção no banco num período em que o trabalho bancário era exercido em sua maioria por homens, há uma dimensão social e de classe que não deve ser desconsiderada. Foi o concurso que permitiu seu ingresso no banco pela primeira vez em 1933. Dona Vênus lembra essa classificação em várias passagens do livro: a quinta colocação, seguida por sua amiga Stella. Embora não comente sobre a prova do concurso, o depoimento da amiga Stella na parte final do livro revela que ambas frequentaram o curso preparatório para o concurso. Logo, tudo indica que a admissão no banco deu-se por seus próprios méritos e não por indicação, mas mesmo aqui, sua aprovação no concurso, por certo, dependeu da formação e da educação recebida. Como mencionado anteriormente, estudar advocacia ou economia era a realidade de poucas mulheres no Brasil, mas já fazia parte de muitos planos de jovens das classes altas da sociedade na década de 1930. Por sua vez, sua readmissão, após o pedido de demissão forçado feito por exigência do marido, demonstra que a importância social de sua família ou mesmo as relações de classe que mantinha contribuíram para sua readmissão. Qualquer mulher teria sido readmitida no banco naquele período, mesmo com muita insistência? Causa estranhamento a qualquer análise histórica, a ajuda "divina".

A presença das mulheres nos bancos foi percebida desde a década de 1920, como pesquisas já confirmaram. Nesse período, e até a década de 1960, os bancários, assim como a maioria dos profissionais no Brasil, representavam uma classe distinta de profissionais, em sua grande maioria composta por homens. Datada do ano de 1920, a fotografia a seguir

[18] Segundo Joana Vieira Borges, a data da primeira publicação da obra no Brasil não é precisa, no entanto, diante das fontes consultadas, estimou a autora que a primeira edição tenha sido publicada no ano de 1960.

mostra o grupo de funcionários da primeira agência do Banco do Brasil instalada em Santa Catarina, em 1916, na cidade de Florianópolis

Figura 1- Bancários do Banco do Brasil na década de 1920[19]

A imagem, como objeto de estudo ou fonte de pesquisa, foi deixada de lado pela História, interessando somente o documento escrito. Contudo, a história produzida a partir do século XX através da Escola dos *Annales* trouxe novos temas e novos problemas, ampliando também as possibilidades de seu uso na História (BURKE, 1992). Pode-se observar pela imagem que a agência mantinha apenas funcionários homens. Acompanhando uma prática vigente na sociedade da década de 1920, os bancos admitiam mulheres principalmente para os serviços auxiliares, como limpeza e arquivo. A pesquisa da historiadora Aurea Tomatis Petersen (1999) sobre a trajetória de mulheres que trabalharam em quatro bancos do Estado do Rio Grande do Sul mostrou que a mão de obra feminina foi utilizada por casas bancárias daquele estado desde a década de 1920, principalmente nos bancos de capital privado. Segundo a mesma autora, a contratação se intensificou a partir da década de 1940, ligada a contexto da

[19] Fotografia pertencente ao seu acervo interno da agência citada. O banco possuía 2.886 funcionários em 1934, distribuídos em 20 agências, mas dentre eles não há estatística sobre o número de mulheres. Informação disponível em O Espelho (1989), Informativo dos funcionários do banco, criado no início da década de 1980, com edição nacional e grande circulação durante toda a década. Exemplares disponíveis no AHPOA (Arquivo histórico dos bancários de Porto Alegre), RS.

Segunda Guerra Mundial, que tornou o mercado de trabalho mais favorável ao trabalho das mulheres. No principal banco do estado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), data de 1943 o ingresso das mulheres, entretanto foram admitidas em quadro de carreira auxiliar, não como escriturárias, conforme o concurso de carreira inicial do banco.

A decisão do banco foi comunicada através da resolução nº 406, que justificava a medida devido "ao confronto mundial e à convocação de homens para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), bem como ao esvaziamento que se verificava no quadro funcional do banco". Diante disso, fora decidido admitir moças como funcionárias, a título precário". (PETERSEN, p. 189). A ênfase no caráter "precário" destacava o quanto era provisório o emprego, desobrigando o banco de mantê-las ao final do conflito ou mesmo de continuar admitindo mulheres após a crise. A resolução 406, de 19 de abril de 1943, emitida pelo Banrisul nos moldes de um edital de concurso, reproduzida na íntegra por Petersen, também destacava as exigências para as candidatas. Entre elas, a idade entre 18 e 26 anos; a prova de condição de solteira e a apresentação de duas "cartas-atestado", firmadas por pessoas idôneas, não parentes, conhecidas da gerência do banco. A resolução informava também que a admissão seria via concurso, cuja prova seria em duas etapas. A primeira, de caráter eliminatório, testava a datilografia das candidatas; a segunda, os demais conhecimentos: português, matemática comercial, contabilidade e conhecimentos gerais. Diante dos requisitos, podemos observar que as vagas eram para um público definido e restrito, as jovens, solteiras, escolarizadas, presume-se de boas famílias das camadas médias e altas e que atestassem sua idoneidade.

A datilografia, presume-se, não foi exigida no concurso prestado por Dona Vênus, pois na década de 1920 o trabalho bancário era realizado manualmente e em 1933 estava iniciando o trabalho datilográfico nos bancos (ACCORSI, 1990). Segundo Petersen, na década de 1930 os bancos "gaúchos" começam a datilografar seus movimentos diários, fato que, para ela, contribuiu para a aceitação da mão de obra feminina nos bancos, já que os homens recusavam-se a fazer esse tipo de trabalho. A partir da década de 1940, pesquisando em jornais daquele Estado, percebeu o grande número de escolas de datilografia na cidade, bem como a solicitação da mão de obra feminina (PETERSEN, 1999). Logo, para a autora, é o contexto da década de 1940 que permitiu o trabalho das mulheres, aliado à publicação de decreto lei pelo governo federal em 1942[20], e não propriamente a escassez de funcionários no Banrisul, nem nas empresas de maneira geral, pois o percentual de homens chamados para a

[20]A autora faz referência ao Decreto-Lei 4902, publicado em 31 de outubro de 1942, que garantia que os funcionários convocados para a guerra continuassem recebendo 50% de seus salários até o retorno. Estavam sujeitos à convocação homens de 18 a 45 anos. Segundo Petersen, o decreto objetivava assegurar o lugar dos trabalhadores quando do retorno.

guerra foi inferior a 0,1% da população masculina do Brasil. Segundo a mesma autora, “as empresas passaram a contratar mulheres porque não queriam correr o risco de contratar homens em idade de serviço militar e estes virem a ser convocados, o que as obrigaria a continuar pagando cinquenta por cento dos seus salários” (PETERSEN, 1999, p.108). Para a autora, esse é o motivo que levou os empregadores, incluindo os bancos, a começarem a admitir mulheres na década de 1940.

Se conseguir ser admitida num banco nesse período era quase uma exceção, muito mais difícil seria uma readmissão. A recusa do marido de Dona Vênus em aceitar sua volta ao trabalho no banco pode ter se repetido com outras mulheres no Brasil, pois, até a década de 1960, qualquer mulher casada que quisesse trabalhar e o marido não permitisse passaria por situação semelhante. Dona Vênus driblou os obstáculos com estratégias para alcançar o objetivo de retornar ao trabalho, mostrando que “as mulheres não são passivas nem submissas” e que “elas se afirmam por outras palavras, outros gestos” (PERROT, 1988, p.212). Por certo tinha relações de amizade e pôde se valer delas, mas os entraves colocados por colegas e pelo marido tiveram que ser driblados na recondução ao trabalho no banco. Embora os maridos se valessem da lei para proibir as mulheres de trabalhar fora de casa, nem todas aceitavam passivamente.

Na década de 1950, em Itajaí, cidade localizada no litoral de Santa Catarina, conforme observaram Marlene de Fáveri e Glória Alejandra Luna, a radialista Irene Boemer passou por experiência similar ao deixar de trabalhar porque contraíra núpcias, voltando anos depois e ousado romper padrões (FAVERI; LUNA, 2008). Irene, radialista durante cinquenta anos na cidade, criou um programa chamado de *Suplemento Feminino*, que falava diretamente às mulheres. Analisaram as autoras que, se Irene não foi uma feminista dentro da concepção e prática feminista, sua atuação e influência sobre as mulheres da cidade não pode ser ignorada. Irene, assim como Dona Vênus ao retornar e fazer carreira no banco, transpôs o mundo doméstico que cercava suas ouvintes, mas também as ajudou a transpô-lo ao trazer a público, em um ambiente cercado de homens, assuntos privados, como assuntos de beleza, bem vestir, dicas para a dona de casa até receitas de cozinha. Sem dúvida, também se tratava de uma militância a favor das mulheres, embora por outro viés.

Na maioria dos países do ocidente, a igualdade jurídica entre homens e mulheres só se tornou fato comum a partir da segunda metade do século XX (SINEAU, 1991). A inferioridade da mulher casada, perante a lei, atingia várias mulheres de países ocidentais, notadamente aqueles influenciados pelo Código Napoleônico, o qual, reservando o poder de chefe da família ao homem, legitimava também o princípio da incapacidade civil das

mulheres casadas e, indiretamente, a incapacidade política de todas as mulheres (SINEAU, 1991). No bojo das reformas do direito que se iniciaram no pós Segunda Guerra em várias partes do mundo, e sob a influência de fatores internos, como o movimento feminista e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, em 1962 é aprovada a Lei 4.121 de 1962, chamado de Estatuto da Mulher Casada.

Uma reforma da condição jurídica da mulher já vinha sendo discutida desde os anos 1930 com Bertha Lutz, então deputada federal e membro da Fundação brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).[21] Na década de 1950, advogadas feministas, como a jurista Romy Medeiros, propuseram projetos. Entretanto, coube ao então deputado Nelson Carneiro[22] reiniciar a luta por reformas com vistas a modificar a condição jurídica da mulher no Brasil, quando apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1804, de 1952, que seria aprovado como lei somente dez anos mais tarde, depois de longo trâmite legislativo. Essa lei alterou o Código Civil em mais de dez artigos, entre eles o Artigo 6º, que tratava da incapacidade civil da mulher casada, e o Artigo 242, que proibia a mulher de exercer profissão sem autorização do marido. Apesar de a mudança na lei não se refletir em mudanças imediatas na vida das pessoas, foi certamente o início de várias modificações no Direito, no que toca à igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil. No entanto, o projeto final aprovado frustrou muitas feministas; um dos motivos foi o Artigo 233 que ainda mantinha o marido como chefe da sociedade conjugal (SOIHET, 2006). Em 1962, quando o Estatuto entrou em vigor, Dona Vênus estava separada do marido, aguardando a sentença de desquite que ocorreria somente dois anos depois. Em suas memórias, Dona Vênus não menciona a publicação dessa lei, talvez por que para ela, já separada do marido e aguardando a sentença do desquite, outra lei teria sido mais importante no momento, a lei do divórcio. Quanto à separação do marido, Dona Vênus é breve e limita-se a informar ao leitor que já estava separada, não mencionando eventuais dificuldades enfrentadas.

Dona Vênus pode ser considerada um exemplo de bancária de uma época em que ser funcionária de banco público como o Banco do Brasil era uma exceção, mesmo para uma mulher de classe alta; para uma mulher das camadas populares, sem ou com pouca

---

[21] Sobre Bertha Lutz e a FBPF, ver SOIHET (2006).

[22] Advogado nascido na Bahia, iniciou sua longa trajetória política em 1947 com seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Teve sucessivos mandatos até sua morte, em 1994. Embora seja lembrado como autor da Lei do Divórcio, aprovada em 1977, sua iniciativa em favor da reforma dos direitos civis vem desde a década de 1950.Conforme Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro-DHBB, 2010.

escolarização, era impensável.[23] Foi bancária em uma época que perdurou até meados da década de 1960, em que seguir a carreira em um banco público era uma questão de classe. Sua trajetória nos mostra que algumas mulheres 'transcenderam' e ousaram dizer não às prescrições de gênero impostas. Alçou cargos importantes na carreira do Banco do Brasil, banco que representava uma carreira de distinção e destaque na sociedade na primeira metade do século XX, quando ainda não havia sido afetada pela reforma bancária e a mecanização dos serviços. Mudanças essas que mudariam os pré-requisitos para a carreira no banco, bem como o perfil dos trabalhadores bancários nas décadas seguintes.

1.2 A REFORMA BANCÁRIA E A AUTOMATIZAÇÃO DOS BANCOS

Se a filósofa Simone Weil[24] estivesse viva ao final da década de 1980 e entrasse em um banco, provavelmente sua primeira impressão seria a de que sua reflexão sobre o ambiente das fábricas se aplicaria perfeitamente ali, local em que "as coisas representam o papel dos homens, os homens fazem o papel de coisas." (BOSI, 1979, p. 162). O texto de Simone denuncia o cotidiano de uma fábrica na qual a estrutura da produção era diferente daquela do século XIX, quando a "organização científica" ou a "racionalização" do trabalho, criada por Taylor[25] e aperfeiçoada por Henry Ford, modificaram a relação do operário com o trabalho da fábrica. Para Weil, que decidiu empregar-se em uma fábrica para entender como esse sistema funcionava, era preciso transformar o relacionamento entre o operário e a máquina, ou seja, o trabalho que é repetitivo precisava ser feito pelas máquinas, dando aos homens um trabalho mais manual e reflexivo, inversão de papéis que ocorre no atual sistema, no qual "pode-se

---

[23] Besse (1999) mostra tabela estatística, retirada do Recenseamento Geral do Brasil sobre a alfabetização da população brasileira em 1940: 42% dos homens contra 34% das mulheres. No que toca aos diplomados, com curso superior, a diferença sobe de 96.846 homens para 9.650 mulheres.

[24] Simone Weil (1909-1943), filósofa de formação, escritora francesa e judia, militante de esquerda, participou de importantes episódios da história da primeira metade do século XX como o movimento anarquista; o comunismo na URSS; combateu na guerra civil espanhola e ao lado da França durante a Segunda guerra mundial. Decidiu ser operária na fábrica da Renault em 1936 para entender de perto a racionalização e a opressão do trabalho. Deu aulas de Filosofia para operários, as quais resultariam nos livros conhecidos hoje, todos eles publicados postumamente. No Brasil, foi Ecléa Bosi quem organizou seu livro, um conjunto de escritos, palestras, aulas. Ver BOSI (1979).

[25] Frederik Taylor (1865-1915), engenheiro norte-americano que criou os princípios da "Administração Científica", método científico de organização do trabalho nas indústrias baseado no controle do tempo, na individualização e repetição das tarefas, método conhecido por "taylorismo" ou "racionalização". Uma análise bem-humorada do método pode ser vista no clássico filme "Tempos Modernos" de Charles Chaplin.

acreditar que as máquinas é que são as pessoas e os operários são peças intercambiáveis.” (BOSI, 1979, p. 162).

Os bancos, seguindo o rumo das grandes indústrias da primeira metade do século XX, também adotaram a “racionalização” dos serviços como princípio. Saber operar o “sistema” utilizado pelo banco, tarefa que, por sua vez, exige apenas o nível ginasial, é pré-requisito para a sobrevivência no emprego bancário a partir de meados dos anos 1980. O “sistema” adquire o *status* de patrão, tamanha a sua importância no ambiente de trabalho. Aliás, sem ele não há trabalho a fazer. O “sistema” tomou o lugar dos bancários, diria Simone Weil? Para Accorsi (1990), o computador parece ter “acumulado” todo o conhecimento e experiência existentes até então. Por isso, a organização do trabalho bancário deve ser divida e compreendida em dois momentos, antes e depois da introdução do computador. No Brasil, esse primeiro compreende o período anterior à reforma bancária de 1964; o segundo entre 1964 e 1980, período que abrange esta pesquisa e que se destaca do anterior pelo trabalho já “racionalizado” implantado nos bancos. Entretanto, como lembra o autor, essa divisão não aconteceu da mesma forma e com a mesma precisão em todos os bancos, pois foram os grandes bancos públicos e privados os maiores beneficiados com a política de subsídio à compra de computadores implantada pelo governo a partir de 1964.

Segundo estudos de vários pesquisadores de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, o número de bancários praticamente dobrou no Brasil (ACCORSI, 1990; JINKINGS, 1995; MINELLA, 1988; SEGNINI, 1998). Já o número de bancos diminuiu. O que explicaria esse aumento do número de bancários e o reduzido número de bancos? O desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil está ligado ao processo de industrialização e urbanização, que se intensificou a partir dos anos 1930. Segundo a historiadora Letícia Bicalho Canedo (1986), até a década de 1930 as atividades agrárias e exportadoras eram financiadas timidamente através de agências de bancos estrangeiros, situados nas principais cidades com portos exportadores do País. Já na década de 1950, a cultura de consumo, a publicidade introduzida no Brasil e a “modernização” presente nos discursos trouxeram mudanças importantes na sociedade brasileira. A introdução de um novo tipo de indústria e de bens de consumo duráveis criou não apenas a massificação do consumo, mas um mundo do trabalho mais "teologizado", que passou a exigir a criação de profissões técnicas e um novo tipo de trabalhador assalariado. Nascia ali uma nova classe média feita de técnicos e especialistas. Para uma classe média ávida por poupar e consumir, os serviços e produtos bancários – como a poupança – foram se tornando cada vez mais necessários (CANEDO, 1986).

No plano político, no início da década de 1960 várias reformas vinham sendo discutidas na sociedade brasileira. Segundo o sociólogo Ary Minella (1988), uma reforma bancária já era discutida desde meados da década de 1940, ampliando-se o debate no governo João Goulart, juntamente com as chamadas "reformas de base" do governo Jango. Vários projetos de reforma bancária antecederam o projeto final, aprovado em 1964 já no governo civil-militar, mas até então não tinham obtido consenso, pois angariavam forças políticas e interesses de classes muito diversas (MINELLA, 1988). O golpe civil-militar implantado no Brasil em abril de 1964 teve grande influência na aprovação da reforma bancária. Quando aprovada, através da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a reforma não contemplou emendas ou alternativas de forças sociais anteriormente engajadas, como os representantes dos trabalhadores, já eliminados do cenário da discussão (MINELLA, 1988). A estrutura do sistema financeiro passaria então por várias modificações com a criação do Conselho Monetário Nacional, órgão máximo do sistema financeiro, cuja composição contemplaria os interesses dos grupos econômicos então no poder e a criação do Banco Central, responsável pela padronização e normatização da rotina dos bancos (KAREPOVS, 1994; MINELLA, 1988).

Assim, atribui-se à reforma bancária a "financeirização" da economia brasileira, a concentração bancária e a racionalização do setor. Segundo Minella (1988, p.71):

> O sistema bancário teria agora a importante função de, juntamente com o capital financeiro internacional, sustentar o projeto político-econômico delineado pela nova composição de forças no poder. Os rumos da economia e o desenvolvimento geral do País nos anos seguintes demonstrariam claramente a serviço de quem estaria o sistema bancário brasileiro.

André Accorsi (1990), em sua dissertação de mestrado sobre a automação bancária, concluiu que a introdução dos computadores nos bancos não foi um processo "natural" e sim esteve acompanhada de uma política governamental para viabilizá-la pois o governo interviu diretamente sobre o setor de informática. Se a década de 1960 marcou o início da difusão dos computadores no Brasil através de importação de sistemas produzidos por empresas americanas, a década seguinte trouxe a expansão do mercado brasileiro de computadores. Através de extensa pesquisa, o autor verificou que entre 1970 e 1975, impulsionado pelos anos do "milagre econômico", o número de computadores em uso no Brasil pulou de 506 para 3843. Segundo o autor, o elevado percentual de crescimento foi consequência da preocupação governamental em dominar esta nova tecnologia, devido a interesses militares e à necessidade

de modernização do parque industrial do país. Assim, sob a recomendação do governo, foram criadas as empresas brasileiras de computadores na forma de *joint-venture*, a qual representa uma espécie de parceria entre o capital estrangeiro, uma empresa privada nacional e o Estado. No entanto, diante da "insuficiência" de capital privado, no decorrer deste período, foi o Estado quem passou a aportar o capital necessário. Outras medidas adotadas pelo governo para incentivar a produção nacional foi o controle das importações estrangeiras de computadores a partir de 1977; a criação de uma Secretaria Especial de Informática –SEI cujo objetivo era assessorar e coordenar à Política Nacional de Informática e o suprimento da demanda de órgãos e empresas públicas por computadores e sistemas. Já na década de 1980, o governo reafirmou a intervenção público no setor incentivando a iniciativa privada e a capacitação tecnológica nacionais. Entretanto, segundo Accorsi (1990), onde se lê "parceria com a iniciativa privada" deveria ler-se "parceria com os bancos", pois estes eram tanto o mercado comprador de computadores, quanto o fornecedor de capital.

Assim, embora a mecanização de alguns serviços nos bancos tenha se iniciado na década de 1930, seu impacto foi pequeno comparado à difusão do computador que se iniciou na década 1960, seguida pela expansão na década de 1970. Após a reforma de 1964, a atuação do Banco Central foi decisiva para viabilizar os novos equipamentos, seja padronizando atividades e rotinas e, consequentemente, incentivando a concentração dos bancos, seja incentivando diretamente a aquisição de equipamentos de processamento de dados (ACCORSI, 1990). É nesse contexto que o trabalho bancário começa a se expandir nas duas décadas seguintes, ao mesmo tempo em que há uma redução do número de bancos, principalmente dos bancos privados, aliado ao processo de automação e à racionalização do sistema financeiro.

No período anterior a 1964 os bancos trabalhavam basicamente operações de conta corrente, crédito e cobrança. Uma agência bancária era dividida entre gerência e serviços, sendo a gerência composta por um gerente e um subgerente. Estes cuidavam da parte comercial da agência, trabalhando em salas fechadas, separadas dos demais funcionários, cuidavam dos depósitos e da concessão de crédito, respondendo diretamente à matriz do banco. A parte de serviços contava com um contador, reconhecido como o maior conhecedor das rotinas diárias da agência e com nível hierárquico igual ao do gerente. Subordinava-se a ele o chefe de expediente e os demais funcionários. Segundo Canedo (1986), o contador detinha mais poder que o gerente em certos aspectos, como na administração de pessoal. A agência se dividia em departamentos por produto, o setor de conta corrente, de desconto de títulos, setor de cadastro e de contabilidade (ACCORSI, 1990).

Os escriturários distribuíam-se pelos setores, no balcão de atendimento, controle de caixa, conta corrente, cobrança e contabilidade. Era para este último que iam todos os processos, já que todos os serviços contábeis eram realizados na própria agência, como cálculo de juros, atualização de balancetes, de contas e arquivos. Segundo Accorsi (1990), o grande diferencial desse período é o fato de cada banco possuir seu particular sistema de contas, o que permitiu o surgimento de profissionais qualificados, possuidores de grande controle de informações relativas à técnica contábil, em uma época em que esta ainda não havia sido automatizada. Logo, esses profissionais possuíam um grande poder de barganha junto à direção do banco, sendo muito valorizados. Lembrando que nesse período era pouco acessível a abertura de conta em banco, dado seu caráter elitista, e poucas pessoas a possuíam. As mulheres, por sua vez, não o fariam sem autorização do marido, já que o Código Civil ainda as considerava relativamente incapazes, e mesmo com autorização do marido, elas figuravam como titulares reserva ou como “segundo titular”. Em consequência de haver poucos clientes, as agências bancárias apresentavam uma área de atendimento reduzida.

Se no período anterior a 1964 a organização do trabalho nos bancos pouco se altera, os anos compreendidos entre 1964 e 1980 apresentarão grandes modificações, chegando à era da racionalização taylorista (ACCORSI, 1990). Após 1964, o computador e a automatização dos serviços modificaram desde a rotina de serviços até o perfil dos bancários. Passa-se de um modelo de agência "tradicional", com gerente isolado, com poucos caixas e pequena área de atendimento, para um modelo de agência "atendimento" (gerência exposta, vários caixas e grande área de atendimento). A nova agência passava a executar basicamente quatro funções: encaminhamento de clientes, atividade de tesouraria, atividade de aplicações e empréstimos, e prestação de serviços diversos. Todas elas visavam à promoção de produtos e serviços do banco. As rotinas passaram a ser controladas pela administração central, criando áreas centralizadas para cada serviço, como as centrais de cobrança, arrecadação e contabilidade. Desaparece a figura do contador. Entram em cena os centros de processamento de dados. Com o computador centralizando as informações, as agências recebem listagens fornecendo a relação das posições de cada cliente**.**

Outras funções e serviços também passaram a ser automatizados. O crescimento dos serviços prestados pelos bancos, tais como o recolhimento de taxas e tributos, antes tarefa das coletorias públicas, ocasionou a mudança de rotina e *layout* das agências para ampliação da área de atendimento ao público com a inclusão de mais caixas que, por sua vez, desempenham mais funções (KAREPOVS, 1994). Como tais mudanças implicaram maiores custos operacionais por parte dos bancos, foi implantada a racionalização do trabalho e um novo

dimensionamento dos recursos humanos, favorecido pela mecanização. O caixa, que até então só pagava e recebia, também passa a conferir assinaturas, saldos e efetuar lançamentos, sendo denominado caixa executivo (KAREPOVS, 1994).

A explicação para o aumento, na verdade a duplicação da quantidade de trabalhadores bancários entre as décadas de 1960 e 1980, é o aumento do volume de serviços, pois a racionalização e a automatização não conseguiram reduzir, em termos absolutos, o número de postos de trabalho no período (ACCORSI, 1990). A redução do número de empregos no setor começa a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando a automação total dos bancos começou a causar o chamado "desemprego tecnológico". Assim, foi o crescimento do volume de serviços prestados, além da necessidade de redução de custos operacionais as justificativas utilizadas pelos bancos para a implantação da mecanização das funções através do uso dos computadores. Segundo Accorsi (1990) a introdução massiva de mulheres nos bancos, após o advento do computador, foi outra medida de economia adotada, os bancos privados aumentaram o número de mulheres entre os escriturários e caixas, enquanto os bancos públicos passaram a aceitar mulheres nos seus concursos.

1.3 OS FEMINISMOS E A LEI 5.473 DE 1968

Em 1963 realizou-se a I Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora na cidade de São Paulo. A **Folha Bancária**[26] (1963, p. 4) noticiou a conferência destacando a atuação das bancárias representadas pela sindicalista Maria Andrade, diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo na gestão 1957-1959, e então segunda tesoureira. Segundo trazia a reportagem, estiveram presentes 415 delegadas sindicais de oito estados brasileiros, que tinham o objetivo de aprofundar a discussão sobre os maiores problemas enfrentados pelas trabalhadoras dos mais variados setores. Entre os itens em debate, destaque para a luta pela aplicação efetiva da legislação social e trabalhista de defesa da mulher, incluindo as empregadas domésticas e menores de idade, a aprovação da lei da jornada de seis horas e a mobilização e participação das mulheres na esfera sindical.

O texto final da Conferência reivindicava a jornada de seis horas de trabalho, aposentadoria especial para a mulher, não inferior ao salário mínimo, salário-família, creches

[26]Informativo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, criado em 1939 com periodicidade irregular, porém, circula até os dias de hoje. Exemplar disponível no AHPOA (Arquivo Histórico dos Bancários de Porto Alegre, RS).

e a igualdade de oportunidades para as mulheres participarem dos concursos do Banco do Brasil. Em relação à participação das mulheres no sindicato, recomendou ainda a Conferência que as categorias em que predominam mulheres (tecelãs, bancárias, professoras) deveriam estabelecer, por sua vez, parcerias com categorias nas quais há predominância de homens. Podemos observar que o texto da Conferência considerava já as bancárias como uma categoria na qual predominavam mulheres. Entretanto, não predominavam propriamente como bancárias, pois se concentravam, sobretudo, nos serviços auxiliares, como digitadoras além de não poderem ainda participar dos concursos nos bancos públicos. Apesar de trabalharem dentro dos bancos, na maioria das vezes não executavam serviços de bancário; eram mecanógrafas, estenógrafas, telefonistas, entre outras funções auxiliares, ou seja, sem possibilidade de carreira no banco (SEGNINI, 1998).

Merece destaque aqui uma das reivindicações da Conferência, a de participar dos concursos do Banco do Brasil. Se estava proibido o ingresso das mulheres no referido banco desde 1935, o contexto em que se questionava esta proibição não ocorre por acaso. Embora a experiência feminista no Brasil seja mais antiga do que a história frequentemente conta, é na década de 1960 que ocorre o ressurgimento do movimento feminista no Brasil e reacendem os debates sobre a necessidade de reformas de gênero na sociedade brasileira. Neste contexto de resistência ao regime civil-militar surgem, então, vários movimentos organizados. Em relação aos movimentos de mulheres, cabe dizer que eram oriundos também de influências internacionais, entretanto, assumiram características próprias devido à repressão interna do regime. A questão das mulheres ganhava visibilidade novamente através dos movimentos feministas, aqui denominados de feminismos.

Não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental, é durante essa década que ocorrem importantes mudanças na legislação, no que toca às mulheres, como o já citado Estatuto da Mulher Casada de 1962. Outra lei de fundamental importância, no que tange à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, foi certamente a Lei nº 5473, de 1968, sancionada pelo então presidente Costa e Silva, que estabelecia em seu Artigo 1º:

> São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para o provimento de cargos sujeitos a seleção, assim nas empresas privadas, como nos quadros de funcionalismo público federal, estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedade de economia mista e de empresas concessionárias de serviço público (BRASIL, 1968).

A referida lei é oriunda do Projeto de Lei nº 3.232, de 1965, apresentado pelo então deputado Nelson Carneiro ao Congresso Nacional em agosto de 1965 (BRASIL, 1965). Lembrando que, como visto anteriormente, foi Carneiro quem apresentou o projeto de lei que tornar-se-ia o Estatuto da Mulher Casada; também foi o autor da Lei do divórcio, aprovada em 1977. Logo, supõe-se que tenha sido um político engajado no direito das mulheres. Embora assim possa parecer, seria necessária uma outra pesquisa para confirmar esta afirmação. Por ora, analisemos a justificativa do autor do projeto, a qual baseava-se na ideia de igualdade e do direito de acesso ao trabalho digno previsto na Constituição, ou seja, como poderia continuar existindo no Brasil, à sombra da Carta Magna, "restrições aos brasileiros por motivo de sexo"? Argumenta o autor. Ressalta também a posição das mulheres já alcançada no período, que com seu esforço e capacidade conquistaram o direito de competir com o homem em busca de independência econômica, cultural e social, direitos esses que os povos mais civilizados não lhes negavam. Termina sua justificativa questionando como pode o Brasil, primeiro país sul-americano a conceder direito de voto às mulheres, e que na lei não permite que se pague salário inferior à mulher pelo mesmo serviço prestado, ainda consinta que sejam feitas restrições ao trabalho das mulheres? Conclui que o seu projeto poria fim a esta "odiosa e injusta discriminação".

A justificativa e as indagações apresentadas no projeto nos permitem pensar no contexto em que foi elaborado, bem como as relações de gênero da sociedade brasileira em meados da década de 1960. Apesar das "conquistas", de certo modo pioneiras, da década de 1930, apresentavam-se ainda as persistentes desigualdades entre homens e mulheres no que se refere ao trabalho, pois "inúmeras instituições ainda recusavam o trabalho feminino". Entre estas, os bancos públicos Banrisul, já citado; Banespa (Banco do Estado de São Paulo); BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro), além do próprio Banco do Brasil (SEGNINI, 1998). Em outros setores de profissões tradicionalmente exercidas por homens, como a engenharia, destaca-se a Petrobrás, empresa petrolífera criada na década de 1950, na qual primeiras mulheres foram admitidas na década de 1970 (ALMEIDA, 2011). Para Carneiro, "estas discriminações redundavam em prejuízo para a mulher brasileira e poderiam tornar, em breve, sem nenhum efeito as vantagens obtidas após longos anos de campanha". Uma constatação visível em meados da década de 1960, as mulheres sofriam discriminações amparadas pelas leis.

Essa lei foi considerada utópica até para alguns juristas da época e o impacto dela foi sentido de diferentes modos nas várias instituições públicas que à época não admitiam mulheres. Nos bancos públicos, a prática de admissão de mulheres apenas para os serviços de

auxílio ao trabalho burocrático dos bancários era comum entre os bancos, intensificando-se com o avanço da informatização e da racionalização do trabalho bancário (ACCORSI, 1990). Na Caixa Econômica Federal, banco público federal, desde que foi criado o serviço de holerite em 1933, destinado ao controle das contas dos depositantes, e do serviço de depósito, em 1940, somente mulheres passaram a exercê-lo (SEGNINI, 1998). Entre os bancos estaduais, a exceções foram aqueles criados a partir da década de 1960, como o Banco do Estado de Santa Catarina, pois em outros mais tradicionais como o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), as mulheres só foram admitidas como funcionárias após essa lei, embora antes dela muitas mulheres tivessem sido admitidas nos setores de despacho de correspondências, telefonistas e recepcionistas (SEGNINI, 1998).

Neste sentido, a análise do trabalho nos bancos leva a compreender que a divisão do trabalho era marcada pela divisão social de gênero, ou seja, as mulheres ocupavam determinadas funções vistas como tradicionalmente "femininas": digitação de dados, setor de arquivo, de cadastro, entre outros serviços mecânicos e auxiliares. Compreende-se também que, quanto maior o nível de automação, maior a necessidade do trabalho das mulheres. Neste sentido, a Lei 5473 de certa forma alterou essa divisão do trabalho tradicionalmente estabelecida nos bancos? Sobre o ingresso das mulheres em um grande banco público, um gerente assim manifestou sua opinião no Jornal do Brasil (1968, p.15), dias após a publicação da lei:

> As experiências com mulheres não foram satisfatórias nos serviços especializados do banco, que mantém, entretanto, funcionárias admitidas durante a II Guerra Mundial: o governo encampara bancos alemães e italianos e determinara o aproveitamento dos desempregados nos serviços públicos similares.

Explica a reportagem que entre estes funcionários atuais havia mulheres e que algumas ainda trabalhavam, à época, no banco. Além disso, continua o repórter, o banco admite atualmente mulheres para as funções de telefonista e auxiliar de mecanógrafo, não admitindo, entretanto, que elas participem dos concursos para escriturário. O gerente continua sua argumentação, pois para ele, além do fator emocional há a questão da função:

> Dependendo da classificação que obtenha no concurso, o funcionário pode ser mandado para lugares bem distantes. Nem é preciso lembrar os transtornos que isso pode causar às mulheres e ao próprio banco. Além disso, embora o expediente normal seja de seis horas, as mulheres, quando amamentam, trabalham apenas cinco horas, por determinação legal. Todos os problemas inerentes à mulher no serviço do

> banco foram evitados até agora, proibindo-se que ela participasse dos concursos. (JORNAL DO BRASIL, 1968, p.15, grifo nosso).

A fala do gerente traz questões generificadas, mas também discriminatórias para com o trabalho das mulheres, como a questão da maternidade, direito já reconhecido na legislação trabalhista. Embora demonstrava-se reticente à lei, sua fala logicamente não representava por si só a opinião do banco. Para o gerente, o serviço bancário não era um "lugar para mulheres". Entretanto, os supostos problemas "inerentes ao trabalho da mulher" teriam que ser enfrentados, uma vez que a partir da vigência da lei, em 1969, os bancos passaram a admitir a inscrição de mulheres em seus concursos, inclusive no banco público do gerente citado acima. Neste, o primeiro concurso que voltava a admitir a inscrição de mulheres foi realizado neste mesmo ano, dirigido para os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. Quem eram as mulheres que prestaram o concurso no referido banco público em Santa Catarina, a partir de 1969? Quem eram as bancárias já existentes antes de 1969 em Santa Catarina? Analisar a trajetória dessas mulheres, o que tinham em comum e os motivos que as levaram a ingressar em um banco é o assunto do próximo capítulo.

SEGUNDO CAPÍTULO

DE NORMALISTAS A BANCÁRIAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1980

Este capítulo trata de mulheres comuns, pertencentes às chamadas camadas médias ou com projetos de futuro de classe média. Mulheres como Nair[27], Vera[28], Fernanda[29], Marta[30] e Leonora[31], que se formaram no Curso Normal, exerceram a profissão de professora, mas trocaram essa profissão pela de bancária, ingressando em bancos públicos.[32] Após o ingresso no banco, formaram-se na Universidade e aí seguiram até a aposentadoria. A trajetória percorrida pelas cinco jovens permite compreender como as mudanças introduzidas no Brasil a partir da década de 1960, sejam as medidas de política econômica ou de ingresso no Ensino Superior, afetaram primeiramente o modo de vida das camadas médias urbanas, bem como as mudanças na legislação possibilitaram o início da profissionalização das mulheres durante as décadas em estudo.

A necessidade de agrupá-las para esta pesquisa não significa uma tentativa de traçar um perfil único que as identifique ou as diferencie das demais mulheres, inclusive de outras mulheres que exerceram a profissão de bancária no período. Entretanto as cinco entrevistadas podem ser consideradas expoentes das jovens das décadas de 1960 e 1970, que estudaram e desenvolveram uma profissão, diferentemente das mulheres das décadas anteriores, para as quais as oportunidades de escolarização acabavam com a formação no Curso Normal. Resquício de uma época em que o Curso Normal e a profissão de professora ainda era o único destino seguro das "moças de família", ou melhor, daquelas poucas que se aventuravam em desenvolver uma profissão. Após a década de 1960, com a revolução sexual, os movimentos feministas e mudanças na legislação, as mulheres puderam buscar outras profissões. Assim, no final da década de 1980, a profissão de bancária, que até duas décadas atrás era

---

[27] Nair (pseudônimo). 67 anos, solteira, um filho, trabalhou 34 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 25/03/2010, em Florianópolis.

[28] Vera (pseudônimo). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 11/03/2010, em Florianópolis.

[29] Fernanda (pseudônimo) 54 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 14/12/2009, em Florianópolis.

[30] Marta (pseudônimo). 62 anos, dois filhos, trabalhou 24 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 14/08/2012, em Florianópolis.

[31] Leonora (pseudônimo). 62 anos, casada, duas filhas, trabalhou 24 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 07/08/2012, em Florianópolis.

[32] Nos bancos públicos: Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), inaugurado em 1962, e em outro grande banco público, a partir de 1969, quando o concurso passou a ser aberto às mulheres.

considerada uma profissão com "identidade masculina", foi que "amparou" muitas mulheres. É de mulheres "comuns" e suas trajetórias profissionais, na perspectiva da História oral, que trata o capítulo.

2.1 NORMALISTA: A PRIMEIRA OPÇÃO

A definição de "normalista", segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, aplica-se àquele ou àquela que teve formação no Curso Normal, curso para formação de professores do ensino primário no Brasil. É assim que Nair, Vera, Fernanda, Marta e Leonora se autodenominaram desde a primeira entrevista: "Sim, eu fui normalista". A importância desta formação na trajetória das entrevistadas levou a perceber como ela ainda foi importante para a profissionalização das jovens nas décadas de 1960 e 1970. Jovens que não desejavam mais apenas um trabalho, um emprego que as afirmassem como trabalhadoras, como, de maneira geral, desejavam as moças da década de 1920 até meados da década de 1950. Tanto Nair, Vera, Fernanda, Marta e Leonora mostraram que desejavam ter uma profissão e o curso normal representava o caminho mais rápido e acessível para tal. Entretanto, ao longo dessas mesmas entrevistas pudemos perceber que os motivos que as levaram a terem optado pelo curso Normal dependeu de uma conjunção de fatores, tais como a cidade em que moravam – se no interior ou na capital – e a origem social, que as possibilitava estudar em escola pública ou particular, bem como possibilitava seguir com os estudos após o ginásio, chegando à Universidade. Entretanto, todas concordaram com um motivo, como afirmou Leonora: "Uma jovem, seguindo o caminho normal, seria professora".

Nair, Vera e Fernanda nasceram e moraram na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Nair e Vera viveram sua mocidade na década de 1960, Fernanda no início da década de 1970. Todas elas optaram por fazer o Curso Normal. Nair e Fernanda estudaram em escolas públicas, nas quais a única opção era o Curso Normal. Já Vera, que estudou em escola particular, optou pelo Normal ao invés do Científico ou do Clássico.[33] Pela diferença das escolas, podemos perceber que as três entrevistadas pertenciam a classes sociais distintas, o que corrobora para o fato já estudado, de que ainda na segunda metade do século XIX, e após a instauração da República no Brasil, mudanças importantes em relação à educação mudariam consideravelmente a classe, o sexo e também o salário dos professores primários. Conforme June E. Hahner, a educação passou a ser vista como elemento-chave de progresso e desenvolvimento na segunda metade do século XIX, e nesse processo as

[33] Conforme divisão escolar do ginásio vigente no período. Ver DALLABRIDA (2007).

mulheres, percebidas como “educadoras naturais”, deveriam ser educadas, pois eram as responsáveis pela formação dos filhos e da família. Logo, a ênfase na educação das mulheres recaiu sobre a sua função maternal e não enquanto indivíduo. Daí decorre o processo em que a “mãe educadora” de seus filhos tornar-se-ia a educadora dos demais filhos da nação.

A Escola Normal, criação européia, foi instalada inicialmente em São Paulo, em meados do século XIX, visando à formação de professores primários. Antes mesmo do final do século, as mulheres já representavam a maioria das jovens formadas na Escola Normal e também nas seleções para professores. Segundo Hahner (2011), os homens passaram a se perceber como minoria na profissão, e como usufruíam de outras opções econômicas foram em busca delas. Por seu lado, as mulheres, mesmo as da elite e com instrução, tinham ainda poucas opções de sequer continuar os estudos em nível superior.[34] Um amplo debate entre educadores, intelectuais, liberais e positivistas discutia se a profissão de professora primária, considerada por eles uma função maternal e no início vista como uma alternativa de trabalho às jovens deveria ser exclusivamente ocupada por mulheres. A feminização do ensino primário já na década de 1920, bem como o rebaixamento constante dos salários, responderia a questão.

Assim, compreende-se por que o Curso Normal representou a primeira oportunidade de formação para as mulheres, entretanto, não foi indistinto à classe a que pertenciam. Para as mulheres de classe alta e da elite, em geral tratava-se apenas de uma formação, pois a maioria não chegava a exercer a profissão, era uma espécie de “dote” cultural adquirido para o casamento. Desse modo, a estratégia adotada pelo Estado, de escolarizar as mulheres para educar os jovens cidadãos da nação visava às jovens das classes médias baixas que, sem oportunidade de casamento e de criar os filhos da nação, teriam a oportunidade de serem professoras. Estariam, assim, servindo à nação, ao mesmo tempo em que não afrontariam os costumes exercendo profissões “inadequadas”. Embora no final da década de 1920 a feminização do magistério já estivesse consumada, o Curso Normal continuou sendo incentivado pelo Estado. Muitos autores atribuem ao período iniciado em 1930 as transformações importantes no campo educacional que começaram a ser implantadas no Brasil. Entre essas, a criação do Ministério da Educação, a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e também a Constituição, desse mesmo ano. Era a primeira vez que o ensino público começava a ser pensando como política de governo visando à popularização da educação básica, gerando investimentos crescentes em escolas e demanda por professores

[34] A abertura das faculdades de medicina ao ingresso de mulheres só foi permitida a partir de 1879 com a Reforma Leôncio de Carvalho, conforme Hahner (2011).

(BESSE, 1999). A demanda crescente e a maior valorização da escolarização, presente nos centros urbanos, aumentou a necessidade de professores também em escolas rurais e distantes dos centros urbanizados.

Nas décadas de 1960 e 1970, contexto que compreende nossas entrevistadas, mesmo com a expansão do Ensino Superior, o Curso Normal ainda representava a primeira opção de formação de muitas jovens. Nair tinha 16 anos quando se formou no Curso Normal. Como ainda não podia dar aulas devido à pouca idade, conta que criou uma espécie de "escolinha" na própria casa em que moravam, com a ajuda do pai.

> Meu pai fez uma mesa, tinha um quadro negro e eu comecei a dar aula para a gurizada da rua toda, catei aluno, inventei na verdade, isso em sessenta, foi 1960. Na verdade, naquela época não existia pré-escolar, eu acho que eu inventei o pré porque eu peguei toda a gurizada aqui do Estreito, fui de casa em casa, peguei quem nunca tinha ido para escola ainda.[35]

Nair ressalta que se formou no Curso Normal por vocação, pois gostava de dar aulas, mas também por falta de opção, pois "quando me formei no Normal Regional, que era específico para dar aula principalmente no interior, escola isolada eu não pretendia... queria continuar estudando". A frase não terminada, mas compreendida no decorrer da entrevista, mostra que Nair não pretendia parar com os estudos após o Curso Normal, entretanto, como a escola mais próxima, localizada no continente,[36] oferecia apenas o curso Normal Regional, destinada a formar professores que se deslocariam para o interior, ela acabou se formando nele. Enquanto dava aulas "voluntárias" em casa, iniciou um curso técnico em Contabilidade por indicação do irmão, que era bancário. Em 1964 entrou para a Universidade Federal de Santa Catarina, então recém-criada na cidade de Florianópolis em 1960, no curso de Filosofia.

Vera formou-se no Curso Normal do colégio Coração de Jesus, tradicional colégio feminino das elites do estado de Santa Catarina, uma instituição privada dirigida por freiras de ascendência germânica e o primeiro colégio do estado a oferecer o curso Científico às jovens, nível de ensino que dava acesso à Universidade. Segundo pesquisa de Stella Maris Sartori Martini (2011), que analisou a trajetória de ex-alunas do colégio que cursaram o Científico entre 1949 e 1960, este preparava as jovens das camadas altas da sociedade para o ensino superior, mas sem descuidar de transmitir-lhes uma educação católica e burguesa. No entanto,

---

[35] Nair, depoimento citado.

[36] A cidade de Florianópolis tem 95% de seu território localizado numa ilha. Nair morava no bairro Estreito, localizado no continente. Nesse período, a única ligação entre ilha e continente era a ponte Hercílio Luz, instalada em 1926, até hoje cartão postal da cidade. Alguns estudos relataram dificuldades de locomoção entre ilha e continente antes da instalação da segunda ponte, na década de 1970.

Vera optou pelo Curso Normal e não o Científico, segundo conta, por influência das mulheres de sua família, tias e primas, que também já eram professoras. Vera conta que "quando fazia o Magistério, no último ano já trabalhei como professora durante dois anos no colégio Coração de Jesus e aí no colégio começaram a exigir que eu fizesse pedagogia; eu saí". Deixou a profissão de professora e em seguida foi trabalhar em um programa do Ministério da Educação, por período determinado. Casou-se nesse período e em seguida ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina, formando-se no curso de Administração de Empresas. Apesar de não ter necessidade de trabalhar desde cedo, Vera diz que nunca pensou em se dedicar apenas à família e ao marido e sim a ter uma profissão, incentivo que ela atribui aos exemplos das mulheres da família, a mãe, irmãs, tias e primas. Vera comentou ainda que, no período em que ingressou na Universidade, poucas colegas que também cursaram o Normal a acompanharam; passado algum tempo é que as colegas voltaram a estudar, fato que ela também atribui ao incentivo pessoal das mulheres da família, que também ingressaram na Universidade.

Já Fernanda, que sempre estudou em colégio público, conta que sempre gostou da área da educação e o Magistério foi sua primeira opção. Oriunda de família simples, como ela mesma se denomina, ressalta que apesar de exercer a profissão de bancária durante muito tempo por motivos financeiros, "eu sempre fui professora, sempre assim juntei a bancária com a professora, dava aula à noite, sempre fiz os dois paralelos, tanto que agora, na educação, eu vou me aposentar daqui a sete anos". Como podemos observar pelo depoimento, Fernanda tinha certeza de que seguiria a profissão de professora, logo, ter escolhido a formação de normalista não foi por acaso. Fernanda, aliás, é das cinco normalistas a que mais se aproxima do modelo da professora realizada com a profissão.

Marta e Leonora nasceram e moraram até sua mocidade no interior[37] do Estado de Santa Catarina, respectivamente nas cidades de Laguna e Rio do Sul. Leonora também estudou no colégio particular, católico e feminino de sua cidade, formando-se no Curso Normal. Marta também optou por fazer o Curso Normal, embora tivesse a opção de fazer o Científico em outro colégio da cidade. Ambas ressaltaram que pretendiam ter uma profissão, tornarem-se independentes. Leonora, logo que se formou, em 1968, começou a dar aulas no mesmo colégio em que havia estudado. Em 1970 prestou concurso para professor do Governo

[37] Segundo dados do Censo do IBGE, de 1960, Santa Catarina, no início da década de 1960 possuía 70% de sua população no meio rural. Em Florianópolis, encontrava-se o menor percentual do estado, com 24 %. A cidade Laguna, por sua vez, possuía 29 mil habitantes no período, destes, 40% no meio rural; já Rio do Sul mantinha 40 mil habitantes, sendo 50% no meio rural (FIBGE, 1960). Desse modo, o termo interior descrito acima se refere à urbanização entre a capital e as demais cidades do estado.

do Estado, foi aprovada e começou a dar aulas em escolas públicas da região. Leonora comentou que na época, "para lecionar a gente tinha que começar no interior e tinha que viajar, andar a pé em estrada de barro, pegar dois ônibus; se quisesse lecionar para o Estado, seria dessa forma." Marta também comentou sobre as dificuldades para dar aulas nas escolas públicas, pois "como a escola ficava fora da cidade, demorava cerca de duas horas para chegar, andando pela estrada de barro até a escola".

Segundo Marta, a experiência de professora foi "interessante", mas seu objetivo mesmo era ir para a capital, Florianópolis, ingressar na universidade. Leonora também não pretendia seguir a carreira de professora, mas optou pela profissão porque, segundo ela:

> Na época, em Rio do Sul não tinha opções de emprego para as mulheres, era difícil naquela época para as mulheres, e na época sair para fazer faculdade tinha que ser fora [da cidade], então o que a gente pensava, lógico, queria ser independente, fazer alguma atividade, então seguindo pelos caminhos normais, seria professora. A minha mãe tinha comércio e eu ajudava muito, mas eu queria ter uma profissão minha. [38]

Pelos depoimentos de Marta e Leonora, podemos perceber que a opção pelo Curso Normal não ocorreu apenas por vocação ou por desejo de seguir a profissão de professora, e sim porque era a única alternativa na cidade onde moravam, que lhes daria uma profissão. O desejo de seguir uma profissão estava presente em ambas. Para Leonora, o "caminho normal" era ser professora, pois para fazer universidade teria que sair da cidade. Para Marta, optar pelo Curso Normal seria a alternativa para ter uma profissão rápida, pois seu objetivo também era se mudar para a capital Florianópolis e ingressar na universidade. Pode-se perceber que o Curso Normal era uma alternativa de profissionalização das duas jovens, principalmente porque moravam em cidades onde não havia chegado ainda o ensino superior, o que exigia a troca de cidade se quisessem frequentar um curso universitário.

Em Santa Catarina, a política educacional vigente nos anos 1960 mantinha uma rede de Curso Normal, chamado Ginasial de Primeiro Ciclo, destinado a formar professores para a zona rural (AURAS, 1998). Essa organização mudou por ocasião do Seminário Socioeconômico realizado em 1962, que fez um diagnóstico da situação da educação catarinense, bem como assinalou a necessidade de mão de obra especializada para o mercado de trabalho. Segundo a mesma autora, o referido Seminário deu início a várias reformas na organização escolar catarinense ao diagnosticar que em 1960, no ensino médio, somente 7%

[38] Depoimento citado.

dos jovens na faixa de 11 e 18 anos tinham oportunidade de matrícula, uma vez que o estado dispunha de apenas quatro colégios gratuitos, fora a rede de Curso Normal. Foi no governo de Celso Ramos, entre 1961 e 1964, que as metas referentes à ampliação da rede escolar foram colocadas em prática, como a Lei 4.024/61, que transformava o antigo Curso Normal Regional em Normal Ginasial, dividindo-o em dois ciclos, o ginasial de quatro anos e o colegial de três anos, ambos, por sua vez, compreendendo o ensino secundário e o técnico (Industrial, Agrícola, Comercial e Normal). Segundo Auras (1998, p. 35):

> A disseminação do Curso Normal Ginasial por quase todos os municípios catarinenses, como forma de suprir a carência de cursos em nível ginasial, para o qual havia uma crescente demanda no estado, decorreu do processo de industrialização e concorreu para alterar a sua função de habilitar o professor leigo, cuja presença, especialmente na região rural, era predominante.

Tais cursos, no entanto, representavam uma opção barata, e por isso foram disseminados pelo Estado. Além de funcionarem nos prédios dos grupos escolares, aproveitavam-se também do pessoal técnico e administrativo, utilizando como docentes os próprios professores do curso primário (AURAS, 1998). Embora não seja possível precisar o contexto específico de cada escola pública em que Marta, Leonora, Nair e Fernanda lecionaram, é nesse contexto de reformas educacionais promovidas pelo Estado de Santa Catarina que as jovens professoras estavam inseridas.

Na década de 1960 o Curso Normal ainda era uma opção de formação buscada pelas jovens, entretanto já não se apresentava mais como alternativa única, pois ingressar na universidade já fazia parte dos planos de Nair, formada em Filosofia; Vera, em Administração de Empresas; Fernanda, em Pedagogia; Marta, em Serviço Social e Leonora, em Direito, embora incompleto. Assim, se no início do século XX o Curso Normal era uma das únicas formações vistas como adequadas socialmente às mulheres das elites e também das camadas médias, já na década de 1960, com a formação de uma nova classe média e de novas profissões trazidas pelo ensino superior na sociedade brasileira, as mulheres começavam a buscar novas profissões. Entre essas novas profissões, os concursos públicos para o Estado, para empresas e bancos públicos estavam entre os mais disputados.

2.2 O CONCURSO PARA O BANCO: UMA PROFISSÃO “DE FUTURO” NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

O que há de comum na trajetória de Nair, Vera, Fernanda, Marta e Leonora? O fato de serem professoras no interior ou na capital e de terem se formado no Curso Normal. Mudança

que também nomeia esta pesquisa, a troca da profissão de professora para a de bancária representa mudanças no perfil do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, trata-se também de uma permanência, no tocante às tradicionais ocupações femininas. O que teria levado as cinco jovens a ir trabalhar num banco? Os motivos para o ingresso na profissão de bancária são variados, todavia, alguns são comuns: todas elas desejavam a disputada carreira no banco. Nair, Vera e Fernanda ingressaram no Banco do Estado de Santa Catarina, daqui para frente chamado de Besc; Marta e Leonora, em um grande banco público.

O ingresso no banco foi através de concurso público, caso de Marta e Leonora, ou por prova interna para Nair, Vera e Fernanda. Nair, aliás, não chegou a fazer prova interna, visto que o Besc ainda não havia sido inaugurado, como conta:

> O meu irmão, que era do Banco do Brasil de São Paulo, casado, e a mulher dele era irmã de um dos fundadores do Besc... Meu irmão, quando soube que estavam montando um banco, disse que quando saísse não se esquecesse de mim, que eu já estava fazendo contabilidade à noite, eu dava aula pra gurizada durante o dia e já fazia técnico em contabilidade à noite, ele dizia vai precisar ter Técnico em Contabilidade, aí me chamaram em dezembro de 1961 pra fazer parte do grupo de organização do banco, aí lá fui eu, mal tinha datilografia, fiz bem rápido o curso de datilografia, e fui, eu tinha só 17 anos.[39]

Pelo depoimento de Nair, podemos perceber que foi por influência e indicação do irmão que ela ingressou no Besc, inaugurado em julho de 1962. Quando questionada se havia outras mulheres na comissão fundadora, Nair comentou que eram três mulheres, pois:

> O seu Gil botou a cunhada, o seu Cupertino me colocou e à filha dele; os dois que vieram do Banco do Brasil não trouxeram ninguém, mas não se importaram, isso é que a gente achou interessante, porque eles nunca tinham trabalhado com mulheres, trabalharam no Banco do Brasil a vida toda e eles resolveram botar as mulheres da família.[40]

Nair questionou-se e, ao mesmo tempo, expressou admiração pelo fato de os integrantes da comissão fundadora que eram ex-funcionários do Banco do Brasil não terem se recusado a trabalhar com mulheres, já que no Banco do Brasil as mulheres ainda não haviam voltado a participar dos concursos. Entretanto, a explicação encontrada por ela está no fato de

[39] Depoimento citado
[40] Depoimento citado

que “trabalhávamos sábado, domingo e feriado na casa deles, porque o banco tinha que ser aberto, então a gente não tinha hora, levava um monte de papel para casa dele e nós íamos trabalhar lá”. Logo, para Nair, a explicação era a proximidade das funcionárias e a urgência do serviço a ser feito. A composição da comissão organizadora, bem como dos primeiros funcionários e funcionárias do Besc estão na fotografia reproduzida abaixo:

Figura 1- Foto oficial dos primeiros funcionários do Besc, 1962. Fonte: Alves Filho *et al.*

Conforme Kossoy (2001), a fotografia é um meio de conhecimento do passado. O documento fotográfico não reconstitui os fatos passados, nem representa a prova “verdadeira” do fato acontecido, pois a aparente fidedignidade é apenas do ponto de vista iconográfico (KOSSOY, 2001). Nair está no centro da foto, entre as outras duas funcionárias e membros da comissão citadas por ela. Segundo Nair, e o que também se pode depreender pelo traje usado por elas, o banco criou uniforme para as funcionárias, um vestido clássico e discreto, pois “na época não tinha calça comprida, mulher não usava calça comprida, eu me lembro bem, só depois usava, mas só passeio, para trabalhar não, custou muito a poder usa calça comprida.”.

Além da obrigatoriedade de usar saias ou vestidos, Nair comenta que no início “fazia de tudo, passava no mimeógrafo, até que foram se formando os departamentos, separando os serviços, aí eu fiquei no Crédito Rural, oitenta por cento da minha vida no banco foi Crédito Rural”. Entretanto, ressalta que apesar de ficar no departamento Crédito Rural “acabei me

dedicando ao treinamento de pessoal dentro do banco, acabei usando os cursos que eu tinha fora do banco para fazer treinamento do pessoal, ia às agências, treinava o pessoal". Nair passou a chefiar o departamento de crédito rural, passando por vários cargos dentro do banco.

Um motivo semelhante e irrecusável para continuar trabalhando no banco, apontado pelas três bancárias: o salário, que era mais vantajoso no banco do que no trabalho anterior que exerciam. Vera conta que passou por um processo seletivo antes de ser admitida no Besc, através de uma entrevista e uma prova. Quanto à mudança de profissão, diz que "não foi por acaso, eu trabalhava num programa do MEC, na área da educação, e tive interesse em trabalhar no banco, tinha um salário melhor." Já Fernanda conta que "seu sonho era trabalhar no banco" porque "naquela época o banco abria as tuas portas, era importante trabalhar no banco, dava status e tinha muito bom salário". A oportunidade surgiu quando seu antigo patrão, um senhor que cuidava da mãe idosa, para o qual Fernanda fazia os pagamentos no banco, questionou-a:

> Ele perguntou pra mim um dia seu eu não tinha vontade de trabalhar no Besc, eu disse eu tenho né, família simples, e eu disse pra ele que iria só se eu fosse ganhar mais. Ele disse eu acho que tu ias ganhar porque vai ser perto da agência central do banco, que vai inaugurar e eles estão fazendo uma pré-seleção de moças para trabalhar na abertura de conta, setor que ficava bem na frente, eu ainda lembro da foto. [41]

A foto referida está reproduzida abaixo:

Figura 2- Inauguração Agência Central Besc, 1978 Acervo: Museu Besc

[41] Fernanda, depoimento citado.

Para fazer parte do grupo de recepcionistas do banco, Fernanda, a segunda da direita para a esquerda, participou do Projeto "Moça Besc", que pretendia selecionar jovens para o trabalho de recepcionistas de agências do banco. Segundo o informativo **Mural**[42] (1987, p.15) o projeto inicialmente "manteve contato com os colégios objetivando seleção de estudantes, a nível de segundo grau e superior, para suprir as diversas vagas existentes nas agências da grande Florianópolis", através de entrevistas individuais, em que os critérios estabelecidos foram boa aparência e desembaraço". Como pode ser observado, os pré-requisitos exigidos das candidatas traziam representações de gênero. O que significa a boa aparência? Certamente um reforço da feminilidade bem como a valorização de "qualidades intrinsecamente femininas", como se estas fossem inatas nas mulheres, naquilo que elas saberiam "naturalmente" fazer bem: bem servir e bem atender. Fernanda passou no teste e "fui ser garota 'besquiana', como a gente era chamada". Sobre a seleção, Fernanda ressalta que "na época era um teste, não era um concurso, mas como eu já tinha datilografia, que eu tinha feito na época, era uma entrevista que era feita no setor de recursos humanos."

Assim, um dos motivos que mais atraiu Nair, Vera e Fernanda para a carreira bancária foi o bom salário. Esse "bom salário" a que se referiram devia-se a uma conjunção de fatores. Em Florianópolis, nas décadas de 1950 e 1960, o poder aquisitivo dos habitantes em geral era muito baixo. Encontramos indícios sobre o "drama" dos funcionários públicos em matérias dos jornais no final da década de 1950. Numa delas, intitulada pelo colunista Osvaldo Melo como "grito d' alma", um leitor escreve ao jornal informando sua situação precária:

> Sou um pequeno funcionário público. Sou casado, tenho mulher e três filhos. Tenho de sustentar toda a família, ir ao mercado todo dia, comprar pão caro e miúdo. Moro numa casa de madeira, pequena e velha. Pago pela cachichola, como diz minha mulher, 500 cruzeiros de aluguel. Meu ordenado é miserável, então quando alguém adoece é um verdadeiro inferno. Sei Sr. Osvaldo que não tenho o direito de me queixar ao senhor. Já disse "o pobre não pode mais viver (MELO, 1958, p.3)".[43]

Segundo Mello e Novais (1998), a industrialização e a urbanização crescentes da sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 fizeram com que o funcionário público das carreiras médias tivesse seu salário achatado. Com a "modernização" da sociedade ou o

---

[42] Informativo editado pelas empresas do sistema Codesc, da qual faziam parte o BESC- banco do Estado de Santa Catarina, os bancos de desenvolvimento BADESC e BRDE, entre outras empresas estaduais do ramo financeiro em Santa Catarina. O informativo era destinado aos funcionários das empresas e circulou no período de Nov. 1983 a fev. 1987. Disponível no acervo do Museu Besc.

[43] As demais reportagens referidas estão em **O Estado** do dia 25 jun. 1957, p.3.

"capitalismo tardio" a partir da década de 1950, cresceu a demanda por profissões especializadas para atender as empresas públicas e privadas, bem como a alta administração do Estado. Dessa forma, ocupações que não exigiam qualificação ou formação no ensino superior passaram por defasagens salariais (MELLO; NOVAIS, 1998). Já em meados de 1960, havia "rumores" de um possível aumento dos vencimentos dos "barnabés" [44] com um abono de 30%: "Após examinar e estudar as justas reivindicações de seus servidores, o governo decidiu conceder um abono de emergência de 30%" (A Gazeta, 1965).

Nair entrou no Besc ganhando salário mensal de Cr$ 17 mil cruzeiros (ALVES FILHO *et al*, 1997). [45] Fernanda disse que passou a ganhar o dobro quando entrou no banco. Vera referiu-se ao bom salário do banco. Os anúncios de salários para algumas profissões na década de 1960 e 1970 eram, em geral, inferiores a esse valor. Para um programador de computadores, oferecia-se CR$ 15.000,00, "ganhos acima da média", segundo o anunciante (O ESTADO, 1979).[46] Nessa mesma edição do jornal, a Associação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Itajaí reivindicava o aumento do salário dos motoristas para CR$ 8.000,00 (O ESTADO, 1979). Na seção de classificados havia tantos anúncios da Escola de Datilografia de Florianópolis quanto de ofertas de emprego para secretárias-datilógrafas, cujo curso de datilografia era pré-requisito para a função, mas não havia indicação de salário (O ESTADO, 1979).

Marta e Leonora ingressaram no banco público via concurso público. Ambas prestaram os respectivos concursos quando ainda eram professoras. Marta trabalhava em escolas públicas na região de Laguna, cidade onde morava; Leonora, no mesmo colégio em que se formou, uma rede de colégios privados femininos e católicos da cidade de Rio Sul, onde nasceu e cresceu. Sobre o trabalho na escola, Marta diz que sabia que era temporário, pois "eu não queria continuar sendo professora, e naquele meio tempo fiz concurso para o banco". Marta, aliás, participou do primeiro concurso que permitiu a inscrição de mulheres, em 1969, influenciada pelo irmão de uma amiga, que já era funcionário do banco na cidade de Laguna. Leonora prestou o concurso que ocorreu dois anos depois, em 1971, também por influência de uma amiga, que havia passado no primeiro concurso em sua cidade, Rio do Sul.

---

[44]"Barnabé", termo bíblico, era o nome de um dos pregadores do evangelho que aparece no Novo Testamento. Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil até 1960, que agregava um grande número de funcionários públicos, o termo adquire conotação política e, fruto do humor carioca, virou sinônimo do funcionário público com os menores salários, aquele tipo que recebe pouco e que faz o trabalho sujo em contraposição aos altos funcionários, que possuíam salários mais altos (ARANHA, 2002).

[45] Valor também confirmado por Nair.

[46] O Jornal O Estado iniciou suas atividades em 1915. Nas décadas de 1970 e 1980 representava o maior jornal em circulação de Santa Catarina, trazia as notícias da cidade e dos grandes centros do país, bem como destacava as colunas sociais e as camadas médias da cidade. Decretou falência no ano de 2007.

Depois de admitidas nas agências do banco em suas respectivas cidades, Marta e Leonora pediram transferência para a capital Florianópolis. Para Marta, o motivo da mudança era o ingresso na universidade, embora os cursos que pretendia fazer – Jornalismo ou Psicologia – ainda não tivessem sido criados na Universidade Federal de Santa Catarina e a única opção seria mudar-se para Curitiba ou Porto Alegre. Entretanto, conta que, devido à doença de sua mãe, desistiu da ideia e, por exclusão, quando conseguiu a transferência em 1975, ingressou no curso de Serviço Social. Já Leonora, o motivo da mudança para Florianópolis foi o casamento em 1978. Como a cidade só possuía uma agência, as duas acabariam trabalhando juntas. Leonora, que já exercia a função de caixa desde 1975, passou a exercer a mesma função na nova agência; Marta foi trabalhar no setor de telecomunicação. Sobre a troca de profissão, Marta assim expressou seus motivos:

> A pessoa tem outras vocações, mas elas vão trabalhar porque era um emprego muito bem conceituado na época, então, quando chegava um funcionário novo na minha cidade, todas as moças queriam casar com aqueles rapazes, porque eles ganhavam bem, tinha uma carreira garantida né, então na época um funcionário do banco era muito bem conceituado dentro da sociedade porque não era qualquer um que conseguia entrar, então as pessoas eram tidas como pessoas de boa capacidade porque eram exigidas muitas coisas na época. [47]

Durante a entrevista, ao responder se pensava em voltar a dar aulas, Leonora afirmou que:

> Não pensei em voltar a dar aula porque para lecionar a gente tinha que começar no interior e tinha que viajar, andar a pé, andar em estrada de barro, pegar dois ônibus, se quisesse lecionar para o Estado seria dessa forma. Eu trabalhava o dia inteiro, sábado eu também lecionava, ficava corrigindo prova e fazendo média, era puxado. No banco eu não precisava viajar, ficava no centro, perto de casa. E também tinha uma carreira, <u>era muito mais interessante que professor do Estado, um emprego que dava mais estabilidade, mais futuro.</u>[48] (grifo meu)

Leonora, embora não soubesse precisar em valores o salário de ingresso no banco público, afirmou que passou a ganhar "muito mais" do que ganhava como professora. Conforme Auras (1997), no ano de 1969, mais da metade dos professores do Curso Normal recebiam menos de CR$ 100,00 mensais, numa escala que ia de menos de CR$ 100,00 a mais de CR$ 600,00. Aliado à baixa remuneração, segundo Auras (1997), havia o problema da

---

[47] Marta, depoimento citado.
[48] Leonora, depoimento citado.

instabilidade funcional, sendo que o tempo de permanência no professor do estado no Curso Normal era de no máximo cinco anos. Fato que corrobora as afirmações de Marta e Leonora citadas acima, de que tinham que se deslocar para escolas distantes umas das outras e até de municípios diferentes, o que deixava o professor sem tempo para melhor preparar suas aulas (AURAS, 1997). Assim, pelos depoimentos de Marta e Leonora, podemos perceber que a opção pelo trabalho no banco se deu de forma consciente, trocando a carreira "sofrida" de professora pela "promissora" carreira no banco, um emprego que daria "mais futuro".

Essa percepção de futuro na carreira bancária certamente passava pelas qualidades que Leonora descrevera, como "ganhar bem, ter uma carreira, ter estabilidade, além de não precisar viajar para o interior, nem trabalhar aos sábados". Entretanto, essa "percepção de futuro" estava atrelada à posição ocupada pelo referido banco público dentro da burocracia do Estado brasileiro à época. A história desse banco público foi escrita em meados da década de 1950 por Afonso Arinos de Mello Franco e Cláudio Pacheco, com viés de história econômica, pois segundo os autores, a história do banco se confundia com a própria história econômica do Brasil (FRANCO; PACHECO, 1979). Ambos eram juristas e funcionários de carreira do banco. Primeiro banco criado no Brasil desde o Império e passando por várias fases, até meados da década de 1960 fazia o papel de Banco Central do Brasil, ou seja, controlava a emissão de moeda e fiscalizava os demais bancos do mercado financeiro, até a criação do Banco Central, em 1964. Na expressão de Mello e Novais (1998, p. 594), este banco era o "poderoso do sistema financeiro". Mesmo após a criação do Banco Central, continuou com a função centralizadora da chamada "conta movimento", conta mantida pelo Banco Central, a qual assegurava ao banco suprimento automático de recursos para as operação permitidas aos demais bancos do sistema financeiro, extinta pelo governo em 1986. No entanto, esta função ainda lhe garantia posição de prestígio na burocracia do Estado brasileiro até meados da década de 1980, além de ser uma carreira muito disputada nos concursos públicos.

Como frisou Marta, "um funcionário do banco era muito bem conceituado dentro da sociedade porque não era qualquer um que conseguia entrar". Marta confirmara que era "um emprego muito bem conceituado na sociedade da época e exercido por pessoas de boa capacidade". Aqui é importante considerar que a afirmação de Marta de que não era "qualquer um que conseguia entrar" revela uma clara questão de classe, de classe média para ser mais precisa. Já na década de 1960 e após a publicação da Lei 5473/1968, citada no primeiro capítulo, quando os concursos públicos passaram a não mais restringir sexo do candidato, foram as camadas médias, os homens, mas principalmente as mulheres das camadas médias que primeiro tiveram acesso a eles. Aliás, é o concurso público, símbolo do surgimento da

classe média a partir da década de 1960 no Brasil. Conforme Mello e Novais (1998), a exigência de qualificação fundada na educação superior começava com o concurso público, que cada vez mais passava a ser exigido pelos governos. Nesse período, já era a "máquina capitalista" que definia tanto a classe quanto a hierarquia do trabalho na sociedade brasileira. Segundo os autores, a sociedade urbanizada olhada em seu conjunto permitia perceber que:

> Há a família do trabalhador comum, do migrante rural recém-chegado e a dos citadinos pobres, de todos os que se encontram na base do mercado de trabalho. Há a família do trabalhador especializado. Há a família de classe média, baixa ou alta. Há a família dos empresários, pequenos ou médios. Há a família dos magnatas... Pela casa podemos reconhecer de que classe social faz parte da família. Tem empregada doméstica? Quantas? Tem cozinheira, arrumadeira, lavadeira, passadeira, babá ou só uma para todo o serviço? ... Olhemos o que há para comer O jantar é servido à francesa ou por mordomo? Tem automóvel ou não? (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 600)

No entanto, não há homogeneidade na condição de classe média, pois a industrialização acelerada e a urbanização rápida tendem a desfazê-la. Assim, percebe-se entre elas uma clara diferenciação: o topo ocupado por uma gama de profissões técnicas e especializadas, ligadas às grandes empresas privadas ou públicas; no meio, o empresariado médio, antes pequeno proprietário, e uma distância maior entre a alta classe média e a baixa. Esta, representada por funcionários públicos e vendedores de lojas, profissões agora massificadas, e os trabalhadores de escritório, com maior demanda e piores salários (MELLO, NOVAIS, 1998).

A "aliança" entre classe média e o Estado foi fortalecida no período da ditadura civil-militar, principalmente entre os anos do chamado "milagre econômico", entre fins dos anos 1960 e início dos anos 70. Conforme os economistas Prado e Earp (2009), entre 1967 e 1973 a política econômica imposta pelo então governo e as várias reformas promovidas nos campos fiscal, creditícia – considerando aqui a reforma do sistema financeiro discutida no primeiro capítulo – e também a trabalhista, desde o novo governo instaurado em 1964, ocasionaram a concentração de renda no Brasil. Ainda segundo os autores, a distribuição de renda piorou devido a uma conjunção de fatores, como as reformas citadas anteriormente, que combinaram ganhos muito pequenos nos grupos de renda próxima ao salário mínimo e ganhos extremamente elevados nos grupos de alta renda. Entre os fatores geradores da desigualdade de renda destaca-se a educação, ou seja, o nível de escolaridade ocupou um destaque especial,

já que com o estrondoso crescimento econômico entre os anos do “milagre”, a demanda por mão de obra qualificada e escolarizada crescia acima das demais. Assim, os “tecnocratas” do governo beneficiaram as classes alta e média da sociedade, quem tinha acesso à educação superior, melhoraram seu nível de vida, bem como lhes concederam cargos públicos criados com a modernização econômica do Estado (EARP; PRADO, 2009).

Se fôssemos classificar as cinco entrevistadas, diríamos que todas elas estariam na posição de classe média, algumas delas na alta classe média, as demais na baixa classe média. Como já ressaltado na introdução desta pesquisa, esta “classificação” não se faz aqui pela via estritamente econômica, pois são os projetos de futuro pretendidos e acessados por elas que demonstram “sonhos de classe média”, como o concurso do banco e o acesso ao ensino superior. Onde poderíamos classificar o emprego no grande banco público conquistado por Marta e Leonora? Conforme Mello e Novais (1998), todas as ocupações em empresas públicos que passaram a exigir concurso eram consideradas como uma excelente profissão. No Brasil, tradicionalmente o que caracterizou a classe média foi seu “ofício”, tal como os médicos, advogados e dentistas. Sem um ofício, a não ser que se fosse pertencente à elite ou com acesso à formação superior, a ascensão social para essa classe praticamente inexistia. Já na década de 1970 uma ampla gama de profissionais formados na universidade, como jornalistas, engenheiros, professores universitários e administradores passaram a ser recrutados pelo Estado e a ocupar os cargos na administração pública, bem como nas empresas públicos, entre elas os bancos públicos. Assim, conforme proposta por Accorsi (1990), se houvesse uma espécie de “hierarquia imaginária” entre as carreiras nos bancos, os funcionários e agora também as funcionárias do grande banco público ficariam em primeiro lugar, pois ele ainda mantinha status de “banco central”, seguido pelos demais bancos públicos federais, os bancos estaduais e, por último, os bancos pequenos de capital privado. Isso significa que as carreiras nos bancos públicos eram superiores à carreira no setor bancário privado, também devido a um resquício da importância de ser funcionário do Estado, cargo ligado à relações de compadrio e reservado à elite da sociedade até então.

Considerar essa espécie de “hierarquia” é importante para compreender o lugar de que falavam Marta e Leonora. Ambas são expoentes da classe média ou classe média alta em expansão no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Ambas programavam-se para ingressar no ensino superior, projeto de futuro que, salvo exceções, não estava nos planos das jovens de classes baixas. Passar no concurso do banco público também requeria muito preparo e estudos, o que significava a exigência de escolarização e recursos financeiros para a

preparação. Antes mesmo do ingresso no ensino superior, já haviam conquistado uma excelente profissão que exerceriam até a aposentadoria. Segundo Marta e Leonora, se comparado aos dias atuais, o emprego no banco seria compatível, guardadas as devidas diferenças, à carreira no setor judiciário atual. Assim, a profissão de bancária, quando comparada com as outras procuradas pelas mulheres que pudessem proporcionar tal distinção social naquele período, principalmente para aquelas sem uma formação universitária, era, certamente, uma excelente opção.

A profissão de bancário, que agora passava a ser de bancária também, era uma profissão de prestígio, sobretudo nos bancos públicos, e dentre estes podemos destacar o banco público, que sempre ocupou um lugar privilegiado no setor público federal. Em Santa Catarina, conseguir um emprego no Besc era também sinônimo de uma grande carreira pela frente, pois representava o banco oficial do Estado, ligado às elites políticas catarinenses. Assim, ser funcionário de um grande banco público, como Marta e Leonora, bem como do Besc, como Nair, Vera e Fernanda, significava ter conquistado uma carreira estável. Já nas décadas seguintes, mudanças importantes alteraram o "futuro" da profissão.

2.3 BANCÁRIA: UMA TRABALHADORA DE ESCRITÓRIO?

Segundo Rose-Marie Lagrave (1991), na Europa do início do século XX as mulheres pouco escolarizadas serviram à lógica racionalizada do trabalho, introduzida pelo taylorismo, que distinguia cada vez mais os empregos qualificados dos empregos não qualificados. Segundo a mesma autora, tratava-se de rentabilizar as qualidades femininas "naturais", como a habilidade com as mãos, gestos técnicos espontâneos que não necessitassem de aprendizagem. Nas gerações seguintes, as duras condições de trabalho das fábricas fariam com que as mães das classes trabalhadoras desejassem que suas filhas se tornassem trabalhadoras de "colarinho branco", sonho de ascensão, tanto das jovens filhas de operários quanto das jovens da pequena e média burguesia, as quais desejavam melhorar sua posição social. A estratégia utilizada pelas jovens para atingir tal ascensão foi a escolarização, as quais, segundo Lagrave (1991), seriam estimuladas e orientadas a formar-se nas carreiras ditas femininas, como professoras primárias e enfermeiras. Já a grande maioria daquelas que encerravam os estudos no nível secundário, devido à nova burocracia criada pelo Estado, destinaram-se ao setor de serviços, como os bancos, as companhias de seguros e o funcionalismo público. Neste setor, eram os bancos e as seguradoras que mais empregavam a

mão de obra das mulheres, que chegavam a ocupar 50% das vagas. Nesse período, entre as décadas de 1920 e 1940, os homens seriam convidados a se retirar de alguns empregos, como os de escritórios e o trabalho de bibliotecário[49]. Era a noção de emprego reservado às mulheres que começava a se impor (LAGRAVE, 1991).

Começava, assim, na Europa, a longa marcha das mulheres rumo ao trabalho em escritórios, função que mais abarcou a mão de obra feminina ao longo do século XX. Wright Mills explica em detalhes as funções e a hierarquia do trabalho das mulheres nos escritórios americanos nas primeiras décadas do século XX.

> A hierarquia-padrão da mulher no escritório formou-se em torno da máquina de escrever, da seguinte maneira: 1) a secretária particular, assistente confidencial de alguém... pode ser chamada de esposa do escritório. Se a função do chefe permite, ela pode ter estenógrafas e datilógrafas sob suas ordens. 2) A estenógrafa é uma datilógrafa que também toma ditados. 3) A datilógrafa trabalha apenas com a máquina: como sua tarefa é apenas copiar, suas características importantes são a rapidez e a perfeição. (MILLS, 1969, p.225)

Pela descrição pode-se perceber que exercer a função de secretária representava ocupar o topo da hierarquia nos escritórios, já as demais funções, como estenógrafas e datilógrafas, segundo Mills (1969):

> Estas moças da horda comum deviam chamar as Secretárias de "senhorita", não obstante as insolências triviais que usavam entre si. Estavam divididas por disputas de facção. Deviam ser limpas e rápidas, além disso, tinham tanta importância nas grandes decisões das políticas dos escritórios quanto rãs no lago de um hotel de veraneio. Entre os diversos tipos de empregadas deste gênero estavam a mulher de 50 ou 60 anos, de cabelos brancos e mãos finas... solteironas ou viúvas, para quem a vida se resumia numa escrivaninha. E também as jovens de 22 anos começando a mostrar um ar de cansaço; as mulheres de 28 começando a apresentar uma aparência ressequida e magra; as mulheres de 35 anos numa sólida imagem de solteironas e viúvas de busto forte... É desse gênero de escritório que surgiu o estereótipo do mundo do escritório e seus habitantes, particularmente da moça de colarinho branco (MILLS, 1969, p. 217)

O "estereótipo do mundo dos escritórios", como destaca o autor, foi muito representado, tanto na literatura quanto no cinema americano, principalmente em referência às secretárias. O cinema hollywoodiano as representou como jovens e bonitas que, através da

[49] A autora cita diversos livros publicados entre 1910 e 1930 por intelectuais, homens e mulheres, que defendiam que as mulheres deveriam ocupar certos empregos e evitar as carreiras masculinas. Ver Lagrave (1991).

profissão, desejavam ascender socialmente.[50] Segundo Perrot (2005), foi a profissão de secretária, juntamente com o trabalho em escritório, o setor que mais absorveu a mão de obra feminina a partir da década de 1960 em várias partes do mundo pois foi sob a aparência feminina da "graciosa datilógrafa" que avançaria o proletariado dos tempos modernos. O desejo de ascensão das mães, ao ver suas filhas como funcionárias de colarinho branco estaria realizado? Conforme Perrot (2005), a "graciosidade" da datilógrafa estava em trabalhar sem perder sua feminilidade, já que o trabalho como operária não resistia a ela. Como destacou Mills (1969), as moças que tinham mais chances de chegar à função de secretárias eram jovens da média burguesia com melhor escolarização. As jovens filhas de operários, oriundas de cidades menores ou meios rurais, continuariam sendo "proletárias", só que dos tempos modernos."

O "trabalho de escritório" é muito semelhante ao trabalho bancário, seja pela tramitação de papéis, serviços contábeis ou de contas correntes, passando pela digitação à máquina e – após a "revolução tecnológica" por qual passaram os bancos a partir da década de 1960 –, a alimentação de dados nos computadores. Aliás, segundo Mills (1969), foram os bancos e as companhias de seguros os grandes responsáveis pela transformação dos escritórios ao introduzirem as chamadas "máquinas de escritório", principalmente a máquina de escrever, no final do século XIX, que passaram a ser amplamente utilizadas a partir da década de 1920. Ainda segundo o autor, foi a Segunda Guerra Mundial que deu impulso a essa tecnologia nos escritórios, pois devido ao aumento das exigências governamentais em relação aos serviços, reduziu-se o mercado de trabalho e tornou-se difícil conseguir pessoal para o arquivamento. Assim, a solução encontrada foi a mecanização dos serviços. Logo, podemos não apenas concluir que o trabalho mecanizado nos bancos assemelhou-se ao trabalho mecânico do escritório, pois foram aqueles que primeiro promoveram estes, mas também afirmar que o trabalho bancário é um trabalho de escritório.

Dessa forma, o trabalho no banco – ou a condição de bancária – deve ser compreendido como integrante da vasta gama de ocupações criadas a partir da primeira metade do século XX, tais como secretárias, datilógrafas, telefonistas, caixas e vendedoras. Todas essas atividades caracterizavam-se pela escolarização – ao menos em nível de ginásio ou secundário – boa aparência, saber lidar com o público, afora outras virtudes ditas

[50] O filme americano "Uma Secretária de Futuro", de 1988, do diretor Mike Nichols, mostra a rotina de um prédio de escritórios no centro de Nova York, em que uma jovem consegue emprego de secretária da chefe do setor e deseja subir na profissão. Ao final do filme, ela mesma torna-se chefe e tem secretárias à sua disposição. Os detalhes ficam por conta do figurino clássico da década de 1980 até a hierarquia entre as mulheres no escritório de que fala Mills, das datilógrafas do subúrbio até as elegantes secretárias.

“femininas”, como a habilidade com as mãos, e que fossem ao menos “limpas e rápidas”. Conforme Mills (1969, p. 224), a grande vantagem da mecanização nos escritórios para os patrões, além de permitir maior rapidez e exatidão nos trabalhos, foi de “exigir mão de obra mais barata, menos tempo de treinamento, especialização mais simples e, portanto, tornar os empregados mais facilmente substituíveis”. Portanto, a maioria das trabalhadoras de escritório eram empregadas facilmente substituíveis.

Embora o ingresso no banco via concurso público minimizasse os efeitos sexistas na contratação, não minimizava o efeito das regras sociais já estabelecidas na sociedade. Coincidência ou não, quando em 1968 a legislação passou a proibir discriminação de sexo em concursos públicos, a reforma bancária já havia promovido a mecanização das rotinas do banco e a datilografia já era qualificação requerida para o ingresso. Se no concurso que Dona Vênus prestou, na década de 1930, a datilografia ainda não era pré-requisito, na década de 1960 os bancos passariam a exigi-la de seus candidatos. No edital do primeiro concurso do BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), que mais tarde passaria a se chamar Besc, observa-se a exigência de datilografia:

> O BDE realizará concurso para escriturário no dia 29 de julho. A inscrição será no período de 12 a 25 de julho, sendo deferida aos candidatos de ambos os sexos que preencham as seguintes funções: 17 a 40 anos incompletos. Prova escrita de português, matemática e datilografia, esta realizada em máquina fornecida pelo banco facultado a escolha entre ‘Olivete’ e ‘Remington’. (O ESTADO, 1962, p.2.)

Foi Nair quem recepcionou as inscrições desse primeiro concurso. Ela própria fez um curso rápido de datilografia para poder ingressar no banco; Vera e Fernanda também já haviam feito o curso, embora ambas não tenham prestado prova de datilografia quando do ingresso no Besc. Já para Marta e Leonora, o principal obstáculo para aprovação no concurso do banco público foi essa etapa. Como lembrou Marta, “a prova de datilografia era a última, à tarde, porque era muito demorada, era feito no próprio banco, tinha que ter máquinas disponíveis para todos os candidatos, eles davam lá texto, tinha um tempo, você tinha que batê-lo.” Segundo as entrevistadas, a datilografia reprovava muitos candidatos. Marta e Leonora já haviam feito curso antes da prova do concurso, mas ressaltaram que, como não tinham a prática, seria mais difícil serem aprovadas. Assim, a solução “caseira” encontrada por Marta foi dada pelo irmão da amiga com quem estudava, o qual já era funcionário do banco público à época. Segundo conta, “a gente não tinha prática de datilografia, não tinha máquina de escrever, o irmão dela, então, trouxe uma máquina bem antiga do banco,

emprestada, para a gente treinar em casa". Marta lembra que "tirei a nota mínima em datilografia". Para Leonora, o concurso "era muito exigente com a datilografia".

A maior habilidade com as mãos, tradicionalmente atribuída ao "feminino", de toques ágeis e delicados, contrasta com a agilidade do trabalho datilográfico exigido pelo concurso e pelo trabalho no banco. Através dos depoimentos, descontrói-se a ideia de que as mulheres teriam "naturalmente" mais habilidade com as máquinas de datilografia ou de que elas estivessem "predispostas" a gostar desse tipo de trabalho. Assim, o problema a considerar é se a qualificação exigida pelos bancos, como a datilografia, contribuiu para a feminização da profissão bancária na década seguinte, portanto considerada mais "adequada" às mulheres em relação às duas décadas anteriores.

2.4 QUALIFICAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO NA DÉCADA DE 1980

Em 1969, quando foram permitidas as inscrições de mulheres no concurso do banco público, o trabalho neste banco ainda era visto como um "ambiente só de homens", motivo da preocupação do pai de Leonora quando ela passou no concurso. Segundo conta, "o pai ficou bastante preocupado porque era um ambiente só de homens, só que tinha muitos amigos dele, pessoas conhecidas que diziam 'seu João, é um ambiente muito bom', aí ele deixou". Já na década de 1980, quando uma jovem prestava o concurso para o banco, dificilmente seu pai ainda o considerasse um "ambiente masculino". Pesquisas mostram que, a exemplo das cinco entrevistadas, muitas outras mulheres foram admitidas nos bancos entre as décadas de 1960 e 1980. Só no banco público em que Leonora e Marta trabalhavam, foram admitidas mais de 51 mil mulheres entre 1969 e 1990.[51] No Besc, embora não disponhamos de estatística oficial sobre o número exato de homens e mulheres no período, as fontes consultadas em pesquisa anterior permitiram concluir que na década de 1980 as mulheres representavam já cerca de cinquenta por cento dos funcionários (GEROLETI, 2010).

Diante de tantos usos e definições do termo "feminização", ou do "feminino", primeiramente há que se considerar a historicidade do termo, pois seu uso, mesmo que temerário, implica aceitá-lo, ou seja, implica considerá-lo uma característica "naturalmente" ligada a todas as mulheres. É como se fosse uma espécie de "natureza" inerente às mulheres, feita em oposição ao masculino. Da mesma forma, o termo masculino também merece

[51] Informação disponibilizada pelo banco público via e-mail.

atenção, pois a segregação nas diferentes especialidades e profissões é tanto “masculina” quanto “feminina”, uma se constitui em relação à outra. Aliás, é a noção de gênero, sempre relacional, que permite compreender a “divisão das profissões” e como ela vai alimentando os estereótipos sociais esperados de cada sexo-gênero. Como afirmou Nicholson (2001), ambos são conceitos construídos social e culturalmente e considerar o “feminino” e o “masculino” como pré-existentes à análise não significa aceitar seu sentido binário, nem naturalizá-lo, e sim delimitá-lo para poder questioná-lo.

A socióloga Liliana Segnini pesquisou a feminização da profissão bancária e concluiu que esse foi um fenômeno que ocorreu em vários países do mundo após a década de 1960. Observou a autora, com base em relatórios da Organização das Nações Unidas - ONU e da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que em 1990 era o setor de serviços da economia que verificava os mais altos índices de participação das mulheres no mundo. Também no Brasil, em 1989, segundo dados do IBGE, era o setor de serviços que mais empregava mulheres, setor no qual se inserem os bancos (SEGNINI, 1998). Aqui a análise recai sobre as características e especificidades do trabalho no setor de serviços, tais como salários mais baixos, trabalho em tempo parcial e baixas taxas de sindicalização. Características essas que atraíram muito mais as mulheres do que os homens devido à relação historicamente mais frágil que elas mantiveram com o capital, seja devido à posição familiar, que as obrigava ao trabalho em tempo parcial, seja pelo tipo de atividade exercida, considerada desqualificada e, por isso, pior remunerada.

Assim, recusa-se a ideia de que a feminização nos bancos ocorreu por que as mulheres teriam qualquer propensão “natural” ao trabalho bancário. Antes de tudo, observa-se que foi a expansão do sistema capitalista, principalmente com o taylorismo e a racionalização do trabalho a partir da década de 1920 que possibilitaram a emergência de profissões que poderiam ser preenchidas pelas mulheres no espaço urbano, no setor de serviços. Para Segnini (1998), há uma relação direta entre a qualificação e a feminização da profissão bancária. Para ela, as qualificações que passaram a ser exigidas dos trabalhadores bancários, ocasionadas pela gradual introdução da automatização, foi o fator determinante, não só para a duplicação do número de bancários no Brasil, mas, sobretudo, para o número de bancárias. Conforme Braverman (1981 apud ACCORSI, 1990), a qualificação está ligada ao domínio do ofício, isto é, a combinação de conhecimentos materiais e de processos com as habilidades manuais exigidas por determinado ramo de produção. No trabalho bancário, o “ofício” era uma combinação de conhecimento contábil com o domínio de rotinas e serviços. Com a substituição dos serviços e registros manuais pelo trabalho das máquinas, o *métier* da

profissão foi desaparecendo, período que coincide com a entrada maciça de mulheres no setor bancário.

Diante disso, Segnini (1998) concluiu que o ofício de bancário foi um saber e um privilégio masculinos, pois no período em que a profissão era considerada prestigiosa e valorizada socialmente, somente os homens, com raras exceções, a exerceram. Por isso, conclui a autora que a análise da feminização do trabalho bancário deve levar em conta a qualificação requerida, pois as mulheres só se inserem de maneira expressiva nos bancos quando estes passam a requerer uma qualificação tradicionalmente vista como "feminina", o trabalho repetitivo ligado à digitação de dados. Assim, as mulheres, ao ingressarem nos bancos, não substituíram o trabalho dos homens e sim ocuparam as vagas abertas pelo processo de automatização. Uma forma sutil de segregação da profissão. Assim, tudo leva a concluir que a desqualificação não estaria na profissão em si, pois qualquer profissão, com o desenvolvimento de novas tecnologias intrínsecas ao nosso tempo, corre o risco de tornar-se obsoleta e desvalorizada, o problema está em quem a exerce ou passa a exercê-la.

Dentre essas profissões, talvez a mais conhecida como "feminizada" seja a de professora primária, percebida como um prolongamento das tarefas maternais, que apela para as virtudes da feminilidade e que ignorou os prejuízos salariais sofridos ao longo do tempo. Também as empregadas domésticas e as profissionais do setor da limpeza; do setor de vestuário, como costura e confecção; da saúde, como enfermeiras e auxiliares. A lista é longa e todas elas trazem consigo uma série de estereótipos associados ao "feminino", bem como características tidas como "femininas". É preciso questionar o motivo por que ensinar organizar, cuidar dos doentes, adultos, idosos ou crianças, bem como do vestuário – mesmo que se tratando de um trabalho remunerado – são atividades instintivamente associadas à tarefas domésticas e maternais. Trata-se de verbos instintivamente associados às funções que foram se construindo social e culturalmente como femininas.

Já em se tratando do trabalho no banco, antes "ambiente só de homens" – como percebia o pai de Leonora –, mas também vista como uma profissão de prestígio, é preciso questionar por que somente quando esta passa a não ser mais tão atrativa, as mulheres passaram a procurá-la. Como se desenvolveu a carreira das mulheres nos bancos públicos? Este é o assunto do próximo capítulo, o qual analisa como foi se desenvolvendo a carreira de quatro bancárias, incluindo Marta e Leonora citadas aqui, após o casamento e o nascimento dos filhos, bem como as oportunidades de ascensão no referido banco.

TERCEIRO CAPÍTULO

TRABALHANDO NO BANCO: QUOTIDIANO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM BANCO PÚBLICO

> Ela adora ser bancária. Não sabe explicar direito por que tanta paixão. Entre as tentativas que faz para justificá-la diz que é uma profissão distinta, afirma que se sente bem em estabelecer contato com o público e conta que gosta de andar bem arrumada. É o melhor emprego que já tive até hoje, conta F.Z., 24 anos, que já foi pela ordem comerciária, professora primária e funcionária de um banco público, para hoje finalmente se sentir satisfeita como secretária de banco, há um ano e meio. Antes de atingir o cargo de secretária do banco, ela sabia que suas possibilidades de ascensão dentro da estrutura bancária foram reduzidas. Sabia que a oferta de mão-de-obra feminina para o exercício de tarefas específicas nos bancos supera largamente a procura, estabelecendo regras especiais nesse mercado de trabalho [...] Por isso, explica F.Z., subir na hierarquia bancária é uma tarefa tão árdua, que como secretária, a mulher tem que se sentir realizada. Assim, resignada e acreditando que a única solução para o problema é a ação isolada e individual (‘’essa mulher teria que ser tão superfuncionária que ninguém a colocaria na rua”), F.Z. não deixa de fazer o jogo do patrão. Submissa às regras, ela concorda com a opinião do gerente G.L. para quem “a mulher tem lugar garantido no banco pelo jeito especial de atender, de se relacionar com o público, principalmente no balcão. Mas, lógico, dentro de uma limitação de ascensão profissional. (O BANCÁRIO, 1975)

O excerto acima, retirado de um editorial de jornal sindical de meados da década de 1970, destaca a profissão bancária já como feminizada, na qual “a oferta de mão-de-obra feminina suporta largamente a procura”. Como visto no segundo capítulo, entre as décadas de 1960 e 1980 a profissão passa a ser a opção de muitas mulheres. Assim como a bancária citada acima, F.Z., nossas entrevistadas deixaram a profissão anterior, como a de professora primária, para empregar-se em um banco. Provocações sindicais à parte, o texto acima é uma tentativa de trazer as bancárias para o sindicato, mais precisamente para a “luta dos homens” (SOUZA-LOBO, 1991). É também uma mostra de como se estabeleceram as funções hierárquicas na carreira bancária, na qual a variável sexo indicava o lugar. Assim, o objetivo do capítulo é analisar o quotidiano da carreira de quatro mulheres em um banco público, da “novidade” que representava seu ingresso no banco, quando a calça comprida ainda não se firmara no guarda-roupa feminino, passando pelo dito “dilema” das mulheres, a carreira ou a família, até a (limitada) ascensão profissional. Entretanto, diante desse panorama um “chamado” foi feito, um movimento de mulheres no banco?

3.1 “NUNCA TINHAM VISTO MULHER TRABALHANDO EM BANCO ANTES”

No final da década de 1960, Sandra[52] e Marta[53], então com 19 anos, preparam-se para prestar concurso para um banco público. Sandra morava na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Marta morava na cidade de Laguna, sul do estado catarinense. Ambas já haviam concluído o ginásio, então pré-requisito para participar do concurso. Marta, como visto no segundo capítulo, já tinha uma profissão, era professora normalista, curso concluído um ano antes. Sandra havia feito o curso científico e se preparava para prestar concursos públicos. Ambas pretendiam prestar vestibular e ingressar na universidade mais tarde.

Sandra e Marta ficaram sabendo do concurso do banco por influência do irmão e da amiga. O irmão de Sandra já era funcionário do banco, o qual, juntamente com outros funcionários do banco, planejou um cursinho de preparação para o concurso e Sandra participou dele como aluna. Segundo Sandra, a ideia surgiu porque “era bem difícil passar no concurso na época”. Já Marta ficara sabendo do concurso através do irmão de sua melhor amiga, que também já era funcionário do banco e foi quem as incentivou a se inscreverem para o concurso. Marta lembra que foi um momento difícil, pois ela passou no concurso e a amiga com quem estudou, não. Sandra lembra que poucos alunos que frequentaram o cursinho passaram, sendo ela a única mulher, das três que fizeram o curso, que foi aprovada. Marta prestou o concurso em março e em outubro do mesmo ano, 1969, foi admitida na agência da cidade de Laguna. Sandra, antes de ser admitida no banco, também prestou um concurso para trabalhar no Besc (Banco do Estado de Santa Catarina). Foi aprovada, mas não chegou a ser chamada. Já no banco público, foi chamada para assumir em Videira, cidade no oeste catarinense para onde teve que se mudar, acompanhada de seus pais. Ambas foram admitidas na função de auxiliar de escrita, função inicial em que eram nomeados os concursados no banco.

Marta lembra-se do seu primeiro dia no banco e conta que quando “me apresentei para o gerente, ele disse pra mim que o horário era rigoroso, porque eu tinha que estar sempre antes do horário, no máximo na hora exata, que chegasse e fosse escrever o livro de ponto”. Sobre o serviço, o gerente lhe explicou que “era bater máquina, bater papéis, somar, no

[52] Sandra (pseudônimo). 63 anos, viúva, três filhos, trabalhou 25 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 27/08/2012, em Florianópolis.
[53] Marta (pseudônimo). 62 anos, dois filhos, trabalhou 24 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 14/08/2012, em Florianópolis.

primeiro dia me colocaram a rasgar papéis". Segundo Marta, esse primeiro dia de trabalho a marcou muito, pois:

> [...] no primeiro dia minha experiência foi muito ruim, porque eles me entregaram para um senhor, um funcionário lá que eu não conhecia, um senhor muito sisudo e ele me pôs o dia inteiro em pé a rasgar papel. E eu me senti horrorizada, até ele me mandou fazer expurgo, eu não sabia o que era expurgo, entende, expurgo era uma limpeza de papéis, eu teria que conferir os cartões lá e rasgar. Então eu fiquei o dia inteiro em pé num arquivo rasgando cartões, eu achei aquilo horrível, mas isso foi só no primeiro dia. Então eu senti que ele não gostava, esse senhor nunca demonstrou que estava contente por entrarem mulheres lá.[54]

O "horror" que Marta sentiu no primeiro dia de trabalho talvez tenha causado "surpresa" também do outro lado, entre os funcionários do banco, pois como ela afirmou: "Em Laguna, durante os quatro anos em que lá trabalhei eu era a única mulher de funcionária". O que significa a tarefa de ir para o arquivo "rasgar papéis" em pé no primeiro dia de trabalho? Embora entre os serviços do banco, o "expurgo" seja uma tarefa necessária e indispensável, é uma tarefa "ingrata" do ponto de vista da qualificação de um funcionário. A questão que se coloca é quem fazia o "expurgo" de papéis na agência antes da chegada de Marta, já que ela não continuou a fazê-lo. Considerando a rigidez dos horários bem avisada pelo gerente, tratava-se certamente de um teste.

Não só os colegas de banco a "testaram". Marta passou também pela "desconfiança" das esposas dos funcionários. Logo de início, percebia que "as mulheres de funcionários iam ao banco durante o expediente para espiar o que eu estava fazendo, eu fingia que não via, tinha uma ou outra que me cumprimentava, outras fingiam que não me viam". A explicação que Marta dá para tal desconfiança é que "mulher de funcionário do banco na época era uma coisa muito importante, então eu sentia que elas agiam assim, claro que não eram todas." Era desconfiança ou "ciúmes" que as esposas tinham de Marta? Como ela foi a primeira, e por muito tempo a única funcionária em um ambiente de trabalho onde nos últimos quarenta anos só trabalharam homens, por certo gerava curiosidade e também ciúmes dos maridos por parte das esposas. Assim, "desconfiar", pois que não a conheciam, tornara-se fato comum entre as esposas. Ainda mais em se tratando de uma cidade ainda pouco urbanizada e de costumes tradicionais. Palco de eventos importantes da História do Brasil, cidade histórica construída

[54] Marta, depoimento citado.

no século XIX, Laguna na década de 1960 mantinha ares de cidade interiorana[55], onde as famílias se conheciam e, consequentemente, era novidade ter uma mulher trabalhando no banco, o que provocava comentários e curiosidade por parte da população. Lembro que nessa década ainda prevaleciam os valores de recato e pudor para as mulheres, ensinadas a serem boas esposas e mães; trabalhar fora de casa fugia à regra do que se esperava das mulheres.

Sandra, ao assumir no banco na nova cidade, Videira, município do meio-oeste catarinense, recém fundado no período, narrou que "foi bastante 'curiosa' minha chegada porque a cidade tinha cinco agências bancárias e em todas trabalhavam somente homens, fui a primeira mulher a trabalhar em banco na cidade de Videira". Conta ainda que "ia gente no banco só pra me ver, nunca tinham visto mulher trabalhar em banco". Sandra lembra que junto com ela também assumiram duas outras funcionárias no setor de abertura de contas, que "era um balcão, como eram as agências antigas", mas logo em seguida, no mesmo ano, a agência nova foi inaugurada. Segundo Sandra, uma agência "já mais moderna, com calefação que lá era muito frio, banheiro feminino, banheiro masculino". Segundo afirmação das quatro entrevistadas, não havia banheiros femininos em nenhuma das agências quando do ingresso das novas funcionárias em 1969. A alternativa encontrada foi usar os banheiros das funcionárias que cuidavam da limpeza da agência.

Sandra lembrou ainda de um episódio ocorrido, que ela atribuiu ao fato da novidade e à exposição que tinha no banco, bem como por se tratar de uma cidade "interiorana". Como não pensava em casamento ou, ao menos, não estava à procura de um, causou-lhe espanto o pedido de casamento de um moço que recém retornava à cidade para trabalhar depois de se formar em medicina na capital, Florianópolis, mas com quem ela nunca havia falado. Sandra ficou sabendo das intenções do rapaz através de uma amiga que fez na cidade, mulher de um funcionário do banco, que lhe transmitiu o recado: "O Costenaro queria muito te conhecer, mas ele queria casar." Sandra comentou que "achou muito estranho, pois mesmo que fosse para aquela época, eu estava vindo de uma cidade maior, meu temperamento sempre foi muito assim, não estava preocupada com casamento, já em cidade pequena era comum". Por isso, disse que foi bem clara com ele: "Casar?" – levei um susto, e ele respondeu: "Mas é que eu não tenho tempo de ficar namorando muito".

A referência à cidade de Videira como uma "cidade pequena" é percebida por Sandra como oposição à sua cidade de origem Florianópolis, capital do estado e que recebia as

[55] Segundo o Censo do IBGE de 1960, Laguna possuía 29 mil habitantes, desses, 17 mil moradores do meio urbano e 11 mil na zona rural da cidade (FIBGE, 1960).

novidades vindas dos centros maiores com mais facilidade, também circulavam revistas com as novidades, embora os costumes conservadores continuassem a serem vividos. Conforme o Censo do IBGE de 1960, Videira possuía cerca de 30 mil habitantes, sendo que cerca de 20 mil encontravam-se na zona rural. Florianópolis, por sua vez, possuía 97 mil habitantes, sendo que destes, 20 mil na zona rural. Ao chegar a Videira, Sandra percebeu que os costumes continuavam muito fortes em relação às prescrições para as mulheres, ou seja, eram educadas para casar e constituir família. O jovem médico que a pediu em casamento por certo acreditava que as mulheres seriam escolhidas pelos homens como destino natural delas, mas também deles, já que eram educados para serem provedores e terem esposas e filhos. É comum, na trajetória de jovens do Brasil da década de 1960 e 1970, saírem de suas cidades interioranas em busca de qualificação educacional e profissional nas grandes cidades ou na capital do seu estado, como fez o jovem médico. Já o inverso, não o é. Por isso, talvez enha confundido Sandra com uma "moça" da cidade, para a qual o casamento certamente fazia parte dos seus planos. Ou, o jovem médico buscaria justamente a bancária, com um salário fixo e status, como capital simbólico e econômico? Conjecturas. A "novidade" que as mulheres representavam no banco em 1969, para os próprios colegas e também para os clientes, era motivo de "preocupação" das esposas dos demais funcionários e permaneceria nos dois primeiros anos seguintes, pois ainda eram poucas as funcionárias trabalhando no banco.

Em 1970, Leonora[56] e Lídia[57] também prestaram concurso para o banco público, assumindo em 1971. Leonora, como visto no segundo capítulo, nasceu e até então morava na cidade de Rio do Sul, cidade pertencente à região do alto Vale do Itajaí. Já trabalhava como professora no mesmo colégio em que estudou quando, influenciada por uma amiga que havia passado no primeiro concurso, o mesmo de Marta e Leonora, trocou a escola pelo banco. Leonora assumiu, juntamente com outra moça, na agência do banco da mesma cidade onde morava. Já no banco, Leonora conta que "em princípio assumi na carteira agrícola de Rio do Sul, que era a maior do País em número de contratos, fui a primeira mulher na carteira". Mesmo que não fosse a maior carteira do banco, sabe-se que a carteira agrícola era a mais importante de cada agência desse banco público, devido à sua forte atuação neste segmento. O crédito agrícola, ou crédito rural, foi impulsionado pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930, após discussões sobre quem operaria o crédito rural no país. Em 1937 o governo

[56] Leonora (pseudônimo). 62 anos, casada, duas filhas, trabalhou 24 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 07/08/2012, em Florianópolis.
[57] Lídia (pseudônimo). 61 anos, solteira, um filho, trabalhou 25 anos no banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti no dia 23/08/2012, em Florianópolis.

autorizou ao referido banco público iniciar suas operações, criando a Carteira Agrícola e Industrial (FRANCO; PACHECO, 1979). Rio do Sul, que até 1930 pertencia ao município de Blumenau, tinha sua economia ligada ao extrativismo de madeira e à agricultura. A instalação da EFSC (Estrada de Ferro Santa Catarina) chegou ao município em 1933 e representou um importante impulso no desenvolvimento do município, bem como de todos os municípios do Alto Vale do Itajaí (WITTMANN, 2001). Logo, o setor que Leonora assumia tinha um critério de muita importância. Dois anos depois, Leonora prestou o concurso interno para escriturário, foi aprovada e foi, segundo conta, a primeira mulher da agência de Rio do Sul a assumir a função de Caixa.

Já Lídia e a família moravam na cidade de Florianópolis. O pai de Lídia, embora já fosse funcionário de carreira do banco, não queria que ela prestasse concurso. Homem de ideias conservadoras, Lídia conta que, para ele, as filhas – ela e as duas irmãs – teriam que casar e formar uma família. Nas palavras de Lídia: "Não queria de jeito nenhum que as filhas trabalhassem". Conta que o pai avisou que "se fosse designada para ir para fora, para outra cidade, porque sempre se era designado para o interior, que eu não iria". Logo, não foi por influência do pai que Lídia assumiu no banco, mas por influência do irmão, que costumava prestar concursos e a avisou sobre o concurso do banco. Lídia disse: "Sempre fui muito independente, não gostava de pedir dinheiro para meu pai, tanto que eu queria ser jornalista, mas não deu certo, fiquei por aqui mesmo, passei no concurso e morei por aqui". Assim, ao passar no concurso em 1971, assumiu na agência central do banco em Florianópolis, localizada no centro da cidade.

Depois de admitida no banco, Lídia contou que entendeu os "ciúmes" do pai, pois "quando tu vais para uma empresa que é cheia de homens, o negócio não é fácil". O desenrolar de sua carreira no banco mostrou o que ela quis dizer com essa afirmação, embora já conhecesse muitos de seus futuros colegas, já que participava das festas da AABB – associação de funcionários do banco –, outros eram vizinhos, amigos da praia e alguns eram parentes, tios ou padrinhos. [58] No entanto, mesmo conhecendo, Lídia ressaltou que "sempre ficavam algumas coisinhas", ou seja, surgiam conflitos. Lídia, aliás, foi a única das quatro entrevistadas a demonstrar certo desconforto nas relações com os colegas homens. Ao assumir na agência, a única na cidade de Florianópolis até então, já havia outras duas mulheres trabalhando no setor de telecomunicação, depois foram chegando outras funcionárias do interior do estado, entre elas Sandra, Marta e Leonora. Embora percorrendo caminhos

[58] Sobre a AABB, ver RECH, Solange (2003).

distintos, os primeiros anos de trabalho no banco revelaram trajetórias comuns, pois além de constituir-se na "novidade" de terem prestado o primeiro e segundo concursos abertos às mulheres, elas representavam a nova geração de bancárias para as quais muitos entraves eram colocados, começando pelo uso da calça comprida.

3.2 DA SAIA À CALÇA COMPRIDA: "UM AVANÇO NECESSÁRIO"

O que se quer destacar aqui não são os motivos da incorporação da roupa masculina, até então utilizada apenas pelos homens, ao guarda-roupa feminino, principalmente a calça comprida, mas também a camiseta, o tênis, o paletó. Esse é um processo que se desenvolve ao longo século XX, ligado a um contexto histórico mais amplo, como o movimento feminista e sufragista da década de 1920. Essa fase inicia-se com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho no contexto da Segunda Guerra até sua entrada definitiva no trabalho remunerado, possibilitado pelo maior acesso à educação superior a partir da década de 1960. O século XX, que presenciou uma verdadeira revolução na vida das mulheres, também o fez em seu modo de vestir. Conforme Hollander (1996), as roupas são um fenômeno social, logo, mudanças no vestuário são mudanças sociais, e o que determina a permanência de umas em detrimento de outras também depende de fenômenos sociais, como a alfaiataria masculina, que permanece atual desde a modernidade. [59]

O que trouxe o tema da calça comprida à pesquisa não foi uma pergunta direta, como: "Vocês usavam calças quando entraram no banco?" Foi, para surpresa desta pesquisadora, em resposta à pergunta "Como eram as relações com os colegas homens?" que surgiu um indício de que as bancárias percebiam desigualdades evidentes entre homens e mulheres no banco. Ou seriam dificuldades? Qualquer que seja o termo, percebi que a proibição do uso de calça comprida foi sentida por Marta, Sandra, Leonora e Lídia nos primeiros anos de trabalho no banco. Talvez por ter iniciado na cidade de Florianópolis, este que, segundo ela, era um "lugar com mentalidade mais aberta", Lídia foi a que menos demonstrou sentir o impacto dessa proibição. Já Marta, Sandra e Leonora, admitidas em cidades menores, foram enfáticas. Ao tecer suas narrativas sobre a relação com os colegas homens, Marta contou:

---

[59] Sobre a história dos trajes femininos e masculinos ao longo da História, há excelentes trabalhos. Além de Anne Hollander, ver O espírito das Roupas, de Gilda de Mello e Souza, 1987.

> [...] eles eram muito legais para mim, agora o gerente administrativo era muito rigoroso, ele nunca deixou que eu fosse trabalhar de calça comprida, exigia sempre que eu fosse trabalhar de vestido ou de saia, eu era obrigada a usar meia fina, as cadeiras sempre rasgavam minhas meias, eu tinha sempre que 'tá' tomando muito cuidado como eu me sentava nas cadeiras pra trabalhar. Um dia pedi para ele para eu trabalhar de calças compridas e ele não deixou, ele não concordou e eu tinha que obedecer ao gerente. [60]

Marta ressalta que durante o período em que trabalhou na agência da cidade de Laguna: "nunca pude trabalhar de calça comprida, quatro anos só de vestido, *tailleur* ou saia". O "rigor" do gerente de Marta manifestava-se na proibição do uso de calças, mas também na rígida cobrança do horário e demais comportamentos, como visto acima. Marta só passou a usar calça comprida no banco quando mudou de agência. Com Sandra não foi diferente. Ao assumir na agência de Videira, Sandra lembra que "não podia usar calça comprida, naquele tempo não podia, era saia e era frio. A roupa tinha que ser a mais discreta, pois era para atender o público". Lembra ainda que, depois que chegaram mais duas funcionárias para trabalhar na agência, elas se organizaram e fizeram uniforme, um conjunto de saia e blusa. Sandra diz que passou a usar calças também quando mudou de agência e de cidade, pois o novo gerente, que havia vindo "de fora", consentiu que usassem. Entretanto, ressalta que foi permitido a ela e às demais funcionárias que usassem calças lá mesmo na agência de Videira um pouco antes de ser transferida, quando lá também chegara um gerente novo. Segundo Sandra, "A esposa dele já usava e eles se preocupavam com que as outras agências estavam usando, pois era uma experiência nova para eles também". Essas falas sobre o vestuário para trabalhar e a exigência do uso de vestidos ou saias mostram que elas estavam sob o comando e o poder de gerentes homens e que, por certo, tinham ideias conservadoras sobre as mulheres.

Através dos depoimentos de Marta e Sandra podemos perceber que elas julgavam uma dificuldade não poder usar calças compridas no trabalho, elas queriam mas não podiam, ou seja, no contexto em que viviam já era possível o uso da calça comprida, mas seu uso não era permitido no banco. Para Sandra, existia a proibição porque era uma "experiência nova" ter mulheres trabalhando no banco; para Marta era porque o gerente era rigoroso. Leonora, embora tenha definido como "muito boa" a relação com os colegas homens, assim como Marta relatou as dificuldades na proibição do uso da calça comprida:

---

[60] Marta, depoimento citado.

> [...] no banco sempre fomos... salário igual, a única coisa que nós tivemos uma dificuldade é que nós não podíamos usar calça comprida... era vestido e saia. E na agência de Rio do Sul tinha um jardim interno, era todo envidraçado e era um pouco difícil nos mantermos longe dessa parte de vidro porque tinha que mexer em arquivo e era difícil porque tinha que se abaixar, então a calça comprida era uma facilidade para nós, um conforto, mas não podíamos. Aí, um dia a gente conversou com o gerente sobre essa dificuldade e ele disse que ia consultar as normas do banco. Ele deu a resposta que podíamos, a gente comentou que tinha o armário, vidro, que a gente tinha que se manter longe, passar ao lado. Então, ele permitiu, então, foi um avanço, mas necessário.[61] (grifo nosso)

Compreende-se, da fala de Leonora, dois extremos. Se por um lado o salário era igual para homens e mulheres, direito conquistado no Brasil ainda na década de 1930, por outro o fato de não poder usar calça comprida no trabalho era percebido como uma desigualdade entre homens e mulheres no banco. Leonora argumentou com o gerente que "a calça comprida seria uma facilidade e um conforto" no trabalho. Esta é uma justificativa feminista? Sim, pois buscar conforto nas roupas que usa apesar da cobrança social pela vestimenta tradicional feminina, que carrega o "recato" indispensável à feminilidade, é uma questão feminista. O que não significa que Leonora se visse como uma mulher feminista, ao contrário, pois seus demais argumentos evidenciavam o lugar de que falava. De educação conservadora e católica, para ela os espelhos as tornavam muito "expostas", por isso seria mais "adequado" o uso de calças compridas ao invés de saias ou vestidos. Leonora demonstrou compreender a atitude do gerente, que lhe respondeu que "ia consultar as normas porque era um fato que nunca tinha acontecido no banco". Lembrou ainda que "para lecionar também na época as professoras não podiam usar calça comprida, só saia e vestido. Então, no banco ninguém nem cogitava". Leonora recorda que foi no ano de 1973, depois do pedido ao gerente, que ela e as duas colegas começaram a usar calças compridas no banco.

A calça comprida se firmou no guarda-roupa feminino na década de 1960, período de transformação de valores e comportamentos na sociedade brasileira. Na maioria das profissões, o uso de calça pelas mulheres, inclusive pela professora, que Leonora afirmara que até então não a usava, a passagem da década de 1960 para 1970 representou um período de transição. Aliás, é possível falar em um modelo feminino na década em questão ou é mais fácil falar na dissolução dos modelos até então vigentes? Sabemos que a modernização dos costumes não ocorreu de forma linear; o litoral e os centros urbanos foram os primeiros afetados pela modernização. É sabido que as décadas de 1950 até 1970 do século XX

[61]Leonora, depoimento citado.

marcaram profundas transformações nas cidades brasileiras e no modo de vida de seus habitantes. Particularmente em Florianópolis, a modernização foi uma meta a ser perseguida. No entanto, lembra Hermetes Reis do Araújo que o "progresso" e a modernização nessa cidade teve seu primeiro grande impulso no início do século XX. Transformações sociais e urbanas de grande ordem, como a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, da Avenida do Saneamento em 1929, bem como a iluminação pública e a rede de água e esgoto não apenas modificaram a paisagem urbana na região central da cidade, direcionando as populações que viviam nessa área para locais mais afastados, como também tais construções promoveram mudanças de condutas (ARAÚJO, 1989). Assim, a cidade se modernizava ao mesmo tempo em que relutava em perder seus valores tradicionais. Já nas décadas de 1950 e 1970, segundo Mara Rúbia Sant'Anna (2005), Florianópolis era uma cidade em "emersão" que buscava se associar às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção divulgados através da imprensa dos grandes centros, grandes disseminadores de costumes dos centros urbanos. Seja através da difusão da imagem da "mulher moderna" mostrados pela imprensa e também pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que trouxe uma nova forma de ser e de consumir (MELLO; NOVAIS, 1998). Segundo os mesmos autores, a "modernização" desse período significava mais um modelo de vida, pautado pelos novos ideais, tais como o apartamento, o automóvel, ou seja, estava ligado a um padrão de consumo. Neste processo as mulheres tinham como modelo a imagem da "mulher moderna", que deveria utilizar os cosméticos para sua beleza e possuir os modernos eletrodomésticos em casa, uma "ajuda" para sua dupla rotina (OLIVEIRA, 2001). Logo, as mulheres podiam até usar calças compridas e trabalhar fora, mas não deviam descuidar da aparência e do lar.

Assim, aqueles gerentes que se deslocavam das capitais ou centros urbanos, inclusive Florianópolis, que já estava acostumada com os modelos dos grandes centros, tinham uma pré-disposição para a permissão de uso de calça comprida. Marta, Sandra e Leonora percebiam que os "costumes" das cidades do interior eram ainda muito conservadores em relação às moças do que para com as jovens dos centros urbanos. Marta lembrou que quando saiu de Laguna em 1973 e foi trabalhar na cidade de Joinville[62], cidade maior, pôde usar calças compridas. Sandra conta que quando se mudou de Videira, em 1973, onde usava uniforme de saia e blusa, para agência de Itajaí, a qual "tinha só outra funcionária, as coisas já começam a ficar mais fáceis, porque cidade do interior já é bem diferente." Logo, percebiam

[62] Cidade localizada na região nordeste de Santa Catarina, fundada no século XIX, foi destino de imigrantes de diversos países da Europa, bem como de várias partes do Brasil devido à suas atividades fabris. Entre as décadas de 1940 e 1960, com o desenvolvimento das indústrias, a imigração passou a ser ainda maior e transformou a cidade em uma diversidade de faces, etnias e costumes, sendo a mais populosa do estado (SIMAS, 2010).

que a diferença entre a proibição e o uso de calças compridas dependia de a cidade ser do interior ou não, mas também da visão do gerente, pois se ele chegasse de uma cidade maior, na qual já fosse comum o uso de calças pelas mulheres, ou se suas próprias esposas ou outras funcionárias do banco já usassem, a aceitação seria mais fácil.

Por outro lado, sabe-se que a proibição das funcionárias por parte dos gerentes, todos homens, em usar calças no trabalho significa uma cobrança da conduta das mulheres, de não se parecerem com homens, principalmente de não perder sua feminilidade. Como homens, esses gerentes tinham sido educados dentro de rígidos padrões de masculinidade e feminilidade, e os praticavam no trabalho. Em relação ao termo "masculinidades" cabe dizer que este deve ser compreendido dentro do campo dos estudos de gênero, entendido como um processo construído e não natural, ou seja, a exemplo da teoria feminista, os homens também tornaram-se "masculinos". O gerente de Marta e Sandra não permitiu que ela usasse calças, mesmo após seu pedido. O de Leonora consentiu após o pedido. Marta julgou seu gerente muito "rígido" por não permitir o uso de calça comprida durante os quatro anos em que trabalhou na agência. Ela mesma sentia-se desconfortável com a proibição, pois "era obrigada a usar meia fina, as cadeiras sempre rasgavam minhas meias". Sandra diz que apesar do frio que fazia na cidade, "era saia e era frio". Já Leonora gostaria de aliar o conforto com a roupa mais adequada àquele ambiente de trabalho, por sua vez, "espelhado demais". Logo, todas percebiam que usar calça comprida seria sim um conforto no trabalho, como também representava um "avanço" necessário" na igualdade das relações com os colegas.

Embora não possam ser consideradas "feministas" no sentido estrito e militante do termo, posso inferir que a reivindicação delas para uso de calças compridas no trabalho tinha um caráter de conquista de direitos iguais aos colegas homens. Nessa época, outras mulheres, em diferentes lugares e posições, utilizavam de estratégias para ter pequenas conquistas, como demonstrou a historiadora Marlene de Fáveri sobre a jornalista Irene Boemer, em Itajaí, a qual também iniciou a carreira como radialista em ambiente masculino. Irene transcende quando ousa mostrar às mulheres que elas podiam e deviam se cuidar, cuidar da saúde, viajar, e utilizava da mídia para divulgar as novidades para as mulheres, por mais sutis que fossem (FAVERI, 2008).

Contudo, não causa estranhamento a cobrança do uso de saias e vestidos pelas bancárias, uma vestimenta tradicional feminina, pois outras formas de reforço da feminilidade foram exigidas delas. Conforme pesquisa anterior desenvolvida, os concursos de "*miss* bancária" foram muito comuns na categoria bancária desde a década 1930, acentuando-se entre as décadas de 1950 e 1970, período em que a beleza era sinônimo de *status* e distinção

social na sociedade brasileira, e também na cidade Florianópolis (GEROLETI, 2010). Embora Marta, Leonora, Sandra e Lídia não tenham participado de nenhum deles, estes ocorreram em várias cidades, como em Florianópolis, no sul do estado, na cidade de Criciúma, na cidade de Itajaí e na cidade de Chapecó, no oeste catarinense (MICK, 1995). O que representava a realização de concursos de beleza numa categoria profissional até então dominada por homens? Segundo Sant'Anna (2005, p. 453), além do contexto temporal de beleza vigente na sociedade brasileira, os concursos serviam como forma de promoção e auto-estima profissionais como também de pretexto para o incentivo à sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas". Analisando pela ótica de gênero, a concentração em ocupações "femininas", a "valorização da mulher", aliadas aos concursos de beleza, ao mesmo tempo em que reforçam o gênero, representariam também para as bancárias uma oscilação entre ser feminina (bela) e ser bancária (GEROLETI, 2010).

A modificação dos costumes presente na sociedade brasileira, ainda muito conservadora na década de 1960, chegava ao banco público de forma lenta e gradual. É com certo tom de "conservadorismo" que o trabalho no banco foi sendo encarado pelas bancárias nos anos seguintes, quando todas elas passaram a conciliar o emprego no banco com o casamento e o nascimento dos filhos. Em certo momento assumiram ter feito a "opção pela família", reduzindo a carga horária depois do nascimento dos filhos ou saindo da função que exerciam. Algumas, por necessidade financeira, continuaram trabalhando, as demais, devido ao marido provedor, não almejaram a ocupar cargos na hierarquia do banco, pois assim poderiam manter a jornada de seis horas. Assim como fizeram as quatro entrevistadas, é nesse período que muitas mulheres começam a se ver diante de outra questão: a família ou a profissão?

3.3 "OU A GENTE SE DEDICAVA AO FILHO OU AO BANCO"

A frase acima, dita por Sandra, revela uma decisão que muitas mulheres das camadas médias tiveram que tomar ao ingressar no mercado de trabalho, a partir do final dos anos 1960. Entretanto, o termo "decisão" seria apropriado? Se colocada nestes termos, essa questão exige uma escolha clara: ou uma ou outra. Se a opção fosse pela primeira, a segunda seria ignorada, e vice-versa. Para compreender esse processo é necessário considerar como se criou a "tradicional" oposição familiar *versus* profissional na vida das mulheres. Segundo Scott (1991), uma divisão sexual "natural" do trabalho é algo que não existe, é antes de tudo fruto de práticas que as tornam naturais. O trabalho feminino, remunerado ou doméstico, é tão

antigo quanto a própria história das mulheres. Nas mais diversas sociedades, antes e após a industrialização, as mulheres trabalhavam nas mais diversas atividades dentro e fora de casa (SCOTT, 1991). A existência, desde longa data, de atividades exercidas fora do lar ou em domicílio, contudo, não foi suficiente para barrar o discurso excludente e segregador que reservou às mulheres as atividades da casa e aos homens o papel de provedor do lar através do seu trabalho, criando a oposição entre lar e trabalho, entre domesticidade *versus* produtividade. Enquanto um representava o público, a outra atuava no espaço privado. Se no espaço do trabalho remunerado as mulheres não eram a novidade, e nem as atividades exercidas fora do lar eram empecilho para que elas trabalhassem, onde estava o empecilho? Segundo Scott (1991), estava nos processos discursivos construídos ao longo do século XIX, através da economia política, dos legisladores, dos estudos médicos e da prática de contratação por sexo dos empregadores, os quais produziram, não só a segregação do mercado, mas tentaram formular o "problema da mulher trabalhadora" como sendo a separação entre o cuidado com o lar e trabalho fora de casa.

Conforme Bassanezi (1997), até meados dos anos 1950 era prática comum entre as jovens de classe média interromper a profissão após o casamento. Das moças dos "anos dourados", esperava-se que cumprissem suas funções principais, ou seja, dona-de-casa, esposa e mãe, sem contestação. É também durante essa década que a classe média brasileira iniciou seu período de ascensão, em que o crescimento urbano e a industrialização possibilitaram às mulheres maior acesso à escolarização, bem como às profissões. Na década de 1960, circularam na mídia amplos debates sobre se as mulheres de classe média deviam ir para o mercado de trabalho ou se deviam dedicar-se exclusivamente da família, pois a ala mais conservadora da sociedade considerava que a primeira opção poderia por em risco a organização familiar. Ainda cercadas de preconceitos, pouco a pouco as mulheres casadas começavam a exercer uma profissão, embora esta fosse vista como um trabalho "subsidiário" ao trabalho do homem, o "chefe da casa", já que na família-modelo da época, os homens eram os responsáveis pelo sustento da família e dos filhos (BASSANEZI, 1997).

Os resquícios dos anos dourados, principalmente nas relações entre os cônjuges, seguirão nas décadas seguintes. Como visto no primeiro capítulo, a reforma do Código Civil através do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que retirou a incapacidade civil da mulher casada, manteve o homem como "cabeça" do casal. O que significava a permanência da autoridade "formal" do marido sobre a esposa. Considerando a posição das mulheres na família, a questão que se quer discutir aqui é como essa situação conjugal interferiu na vida de Sandra, Marta, Leonora e Lídia, que se casaram nos anos seguintes ao ingresso no banco. As

três primeiras casaram-se na década de 1970; Lídia não se casou formalmente, tendo permanecido por dois anos com o companheiro, até o nascimento de filho, na década de 1980. Em que medida o estado civil teria influenciado Sandra, Marta, Leonora e Lídia em sua permanência ou não no banco, e também em buscar ascensão profissional no banco?

O que chamou a atenção desta pesquisadora é que a memória das entrevistadas sobre a "tarefa de conciliação" da vida profissional com o casamento e o nascimento dos filhos voltava à fala e à entrevista mesmo sem terem sido questionadas naquele momento. É como se a "opção pela família", que tanto Sandra quanto Leonora e Marta ressaltaram, andasse paralela à trajetória da carreira no banco. O que contatou é que a memória sobre a "opção pela família" deixou evidente que as funções que cada uma assumiu no banco, principalmente a de caixa, tiveram que se adequar à "função de mãe" a partir do nascimento dos filhos. Sandra teve três filhos, Leonora e Marta tiveram duas filhas e Lídia, um filho. Delas, somente Lídia reconhece que "foi o pai e a mãe" e que se não fez a "opção pela família" foi porque precisava do emprego do banco, já que não tinha o marido provedor. Este, aliás, talvez seja o principal diferencial entre Lídia e as demais. Afinal, o que significa ter um marido provedor para uma mulher de classe média? Geralmente significa mais segurança financeira, que permite a contratação de empregadas ou babás, ou seja, permite terceirizar o serviço doméstico e ter ajuda no cuidado com os filhos. Por outro lado, significa também manter uma jornada de trabalho reduzida, em detrimento do salário e da carreira, mas que permite a "opção pela família" ao acompanhar o crescimento e a educação dos filhos, atribuições que historicamente permaneceram sob a responsabilidade das mulheres.

Leonora casou-se em 1978, data em que pediu transferência para Florianópolis, onde continuou na função de caixa, que já exercia na agência de Rio de Sul desde 1974. Segundo Leonora, a função de caixa "era uma função difícil, porque eu não tinha contabilidade, mas a gente fazia treinamento interno, mas era puxado, pois não tinha horário". A dificuldade na "contabilidade" deve-se ao fato de que Leonora, formada no curso normal, não teve acesso às disciplinas no ginásio, como matemática, física ou química. A dificuldade sentida no trabalho de caixa deve-se ao fato de que estes ainda eram feitos manuais neste período, como conta "eu sempre trabalhei com aquela máquina elétrica, mas manual, era a retaguarda que fazia lançamento na máquina P600, até quando cheguei a Florianópolis". Conforme já discutido no primeiro e segundo capítulos, os serviços de caixa antes da introdução da computação nos bancos eram essencialmente manuais, sendo que a partir do final da década de 1960 os bancos passaram a promover uma estruturação em suas rotinas. No período em que Leonora, Sandra, Marta e Lídia exerceram a função de caixa, entre meados da década de 1970 até meados de

1990, os serviços passaram a se mesclar entre manuais e mecânicos, extinguindo-se os serviços manuais a partir do final da década de 1980.

Em virtude da rotina forçada, Leonora diz que "quando eu tive minha primeira filha, em 81, pedi para sair da comissão (de caixa) porque a gente trabalhava mais de 8 horas... a equipe ficava até o final, fechar movimento, não tinha computador na época". Segundo Leonora, "era incompatível, ou a gente se dedicava ao filho ou ao banco." Ao retornar da licença maternidade, que na época era de noventa dias, Leonora saiu da função de caixa e passou à jornada de seis horas. Sobre sua "opção" de ter deixado a função, assim narrou:

> Eu sempre fiquei por ali perto do caixa, fui fazer minhas seis horas porque eu não teria o compromisso de ficar mais horas... Porque eu tinha começado minha carreira bem, tinha feito concurso interno, mas não me arrependo não, perdi na parte financeira, mas ganhei em amizade, carinho, tive mais tempo para as minhas filhas, levei para aula de natação, balé... tive mais tempo para me dedicar a elas (depoimento citado)

A análise que Leonora fez da sua carreira é que "começou bem", pois passou no concurso interno e logo assumiu a função de caixa. Importante ressaltar aqui o que significava a função de caixa no banco naquele período, chamada de Caixa Executivo. Segundo Accorsi (1990), a automatização da função de caixa retirou sua autonomia e importância, pois dispensou qualquer conhecimento específico para exercê-la. No banco público isso ocorre a partir de meados dos anos 1980, pois até então a função mantinha sua importância e prestígio dentro da hierarquia. Segundo o mesmo autor, até meados da década de 1960, em alguns bancos exigia-se do caixa, além de conhecimentos de contabilidade, uma carta de recomendação atestando sua idoneidade moral (ACCORSI, 1990). No caso dos bancos públicos, como o de Leonora, o acesso à função se deu através de concurso interno e do curso de caixa.

Em 1984 nascia a segunda filha de Leonora. Embora reconhecesse a incompatibilidade entre "dedicar-se ao filho ou ao banco", Leonora conta que nunca pensou em sair do banco para dedicar-se exclusivamente às filhas pois sempre teve apoio em casa para cuidar do serviço doméstico e das filhas, como empregadas e babás. Além da segurança em casa, a segurança do emprego no banco e a vontade de "ser independente, fazer alguma atividade" foi o que fez com que Leonora não pensasse em se dedicar exclusivamente às filhas. Certamente, manter a jornada de seis horas no banco, bem como ter um marido provedor contribuía para

que pudesse acompanhar o crescimento das filhas sem deixar o emprego no banco que, segundo ela, proporcionava “estabilidade e futuro”.

Sandra também disse ter “optado pela família”, pois percebia como incompatível conciliar a dedicação “ao banco e ao filho”, mas também entre o banco, o filho e os estudos. Sandra, porém, assumiu a função de caixa mais tarde que Leonora, não por vontade própria, mas por necessidade e exigência do banco. Ao retornar em 1973 para Florianópolis – havia assumido no banco na cidade de Videira e no último ano viera para a cidade de Itajaí –, conheceu seu futuro marido, também funcionário do banco. Com ele, casou-se um ano depois e, como conta, “logo vieram os três filhos”. Sandra lembra que conseguiu transferir a faculdade de Direito, que iniciara na cidade de Itajaí, mas trancou a faculdade logo depois porque:

> Em 1974 eu me casei e em seguida tive filhos, e naquele tempo estudar, trabalhar e ter filhos dava muita dificuldade, até porque não era necessidade, naquele tempo ser funcionária do banco dava muita segurança. Eu digo que hoje não me faz falta na minha vida do ponto de vista financeiro, mas eu não me arrependo de nada do que não fiz não, mas eu poderia ter feito, sabe, hoje eu vejo que o tempo passou mesmo quando eu me aposentei. (depoimento citado)

Sandra conta que quando chegou à agência de Florianópolis “fazia atendimento ao público, trabalhou no setor de ordens de pagamento por telex, nesse meio tempo já tinha casado, tinha três filhos, mas eu, desde que casei, nunca quis fazer mais que seis horas, eu optei pela família”. Para ajudar com as tarefas domésticas e os filhos, Sandra conta que: “Sempre tive empregada, graças a Deus tinha condição para isso, o banco sempre nos pagava”. Embora nunca tenha sido sua vontade assumir outras funções no banco, conta que “teve uma época que o banco começou a pressionar para fazer curso de caixa, eu fui adiando, mas em 1988, depois de fazer o curso em Curitiba, fui trabalhar em um dos postos de atendimento avançado que estavam começando, fiquei até me aposentar, em 1994”.

Diante dos depoimentos, percebe-se que Sandra, assim como Leonora, mantinha uma estrutura para cuidado da casa e dos filhos, o que certamente influenciou na decisão de “optar” pela família e em não assumir outras funções no banco, como a de Caixa. Sobre a carreira, aliás, Sandra foi enfática em dizer que “nunca pensou em fazer carreira no banco, de ir para o interior”. Na carreira bancária, “ir para o interior” significa conquistar posições hierárquicas no banco, principalmente os cargos de gerência. Ao mesmo tempo significa um dos maiores entraves para as mulheres que, já casadas, com filhos e com um marido provedor

que dificilmente as acompanharia ou permitiria sua ida. Outros entraves são as possibilidades de novas transferências, pois há uma alta rotatividade de gerentes entre as agências espalhadas pelo País. Por isso, quando Sandra e as demais entrevistadas admitem que "não quiseram fazer carreira" no banco, é necessário considerar também que esta opção não lhes foi permitida, dada o lugar que ocupavam na família e na sociedade conjugal.

Marta, admitida na cidade de Laguna, trabalhou no setor de atendimento ao público e veio a exercer a função de caixa no final da década de 1980, quando já estava na agência de Florianópolis. Conta que trabalhou em diversos setores, sendo que na maior parte de sua carreira manteve a jornada de seis horas. Marta não se referiu explicitamente à incompatibilidade entre "cuidar dos filhos e trabalhar no banco", mas argumentou que o trabalho no banco era muito "burocrático e cansativo". Indagada se pensava em assumir posições hierárquicas no banco, Marta foi enfática em dizer que:

> Olha, eu nunca pensei sinceramente, eu tenho amigas que pensaram e chegaram lá. Eu acho que toda mulher pode exercer cargo de gerente de banco, basta ela se sentir "vocacionada", eu nunca senti vocação, inclusive eu queria sair do banco, sair e exercer uma profissão, mas eu fiz serviço social, eu fui ficando, aí daqui a pouco você passa a ganhar promoções automáticas, vai ficando. (depoimento citado)

Marta ressalta que nunca se sentiu com vocação para exercer funções na administração da agência, como gerência, por exemplo. Seu objetivo era sair do banco, mas não o fez devido aos benefícios das promoções automáticas da carreira. O Plano de Carreira e Salários (PCS) vigente quando Marta, Sandra, Leonora e Lídia entraram no banco, valorizava o tempo de serviço prestado e a experiência acumulada; as promoções aconteciam por faixas, chamadas de Letras, que iam aumentando em função do tempo de serviço, automaticamente (O ESPELHO, 1989). Segundo o informativo, em 1977 houve uma reestruturação do PCS, mas se manteve a estrutura para os funcionários antigos. Segundo Marta, "a gente começava como auxiliar de escrita, depois escriturário e depois, de tempo em tempo, era promovido por tempo de serviço automático".

Lídia, admitida em 1971 na agência central de Florianópolis, conta que mesmo antes do nascimento do filho passou dificuldade para conciliar a conclusão do curso superior em economia com os horários de trabalho no banco. Entretanto, acredita que valeu a pena, pois logo que se formou lhe foi oferecida uma oportunidade no Rio de Janeiro, na área de câmbio,

mas ela recusou porque, segundo conta: "Já estava apaixonada por um cara, que é o pai do meu filho, eu não me casei com ele, depois já estava fazendo plano de ter filho, e a família, a mãe e o pai, já tudo aqui perto". Em 1986 nasceu o filho de Lídia, quinze dias após o nascimento do filho, separou-se do companheiro, pois havia descoberto que "ele tinha outra mulher, e que estava grávida dele". Demonstrando orgulho de sua decisão, conta que:

> Sim, criei meu filho sozinha, meu filho é que diz: tu foi o pai e a mãe. Daí tu ficas insensível, porque a cabeça da mulher, porque quando tu é só mulher é uma coisa, quando tu é homem é bem diferente, porque fica insensível, tem que pensar com cabeça de homem, é difícil pensar com cabeça de homem, dar um não ou um berro de homem, é difícil porque o coração da gente dói. (depoimento citado)

As representações de "homem e mulher" na fala de Lídia expressam atitudes e comportamentos historicamente atribuídos ao masculino e ao feminino, ou melhor, à "cabeça de homem" e à "cabeça de mulher". São representações generificadas de atitudes de homens e mulheres na criação dos filhos, atribuindo ao pai o tradicional lugar de autoridade na família, pois à mãe caberia todo o resto, menos a "autoridade do pai". Mas, o que significa "pensar com a cabeça de homem"? Além do poder de veto, significa ter a responsabilidade do sustento da casa, o qual Lídia passou a assumir sozinha. Foi nesse período, após o nascimento do filho, que ela passou a buscar uma promoção, pois, segundo ela: "[...] precisaria pagar para o meu filho o colégio maternal, dois períodos".[63] Lídia passou, então, a pleitear uma vaga de caixa e, segundo conta, "lutei para eles darem o curso de caixa para mim porque eles não mandavam mulher, era qualquer curso que fizesse. Férias no verão, só os homens que tinham filhos, as mulheres não tinham direito".

A percepção de Lídia, de que as funcionárias eram preteridas em relação aos homens, também foi compartilhada por Sandra, Marta e Leonora, embora com afirmações mais discretas. Para Sandra, "o banco sempre teve essa coisa do homem primeiro". A lembrança e a ênfase na "discriminação" percebida por Lídia são típicas de uma estrutura ou de empresas nas quais as "mulheres eram a novidade" e as regras já estavam estabelecidas entre os funcionários mais antigos, neste caso, os funcionários homens. No caso de Lídia essa barreira só foi superada devido à sua insistência, pois, segundo narra: " [...] todo dia ia encher o saco

[63] Garantida pela CLT, o artigo 389, parágrafo 1º, estabelece que toda empresa que possua estabelecimento em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade deverão manter um local apropriado para guarda dos filhos, no período de amamentação. Em 1986, em substituição à exigência contida na CLT, foi facultado às empresas adotar o sistema de auxílio-creche, valor pago diretamente às funcionárias.

do gerente. Quando eu via que vinha comunicado de que tinha vagas de curso, dizia: – Deixa eu ir". Segundo Lídia, gerente argumentava que:

> [...] não, porque o fulano tá na frente, o cicrano tem mais tempo de serviço do que tu, sempre era assim. Ai, um dia eles me convocaram, eu fui a primeira mulher da agência a fazer o curso, porque tinha umas que estavam na agência, mas que já tinham feito o curso no interior, entende? Por que essa agência de Florianópolis tem muita rotatividade, vem muita agência do interior pra cá, eles gostam de acabar a carreira aqui . Aí elas vinham com curso de caixa, eles já aproveitavam elas no caixa quando precisava, agora eu não, coitadinha, aqui da agência tinha que ficar esperando quando eles quisessem. (depoimento citado)

Depois de muita insistência, Lídia conseguiu fazer o curso e em 1980 assumiu no caixa. Conta que foi a primeira mulher daquela agência a assumir no caixa, embora já houvesse outras funcionárias que tinham feito o curso no interior e trabalhavam no caixa na agência. Essas "outras" funcionárias a que Lídia se refere eram Leonora, Sandra e Marta, como visto anteriormente. Leonora chegou à agência em 1978, logo assumindo no caixa; Marta chegou à agência em 1975 e Sandra, em 1973, voltava à Florianópolis.

Percebemos que, inicialmente, o ingresso das mulheres no referido banco público não representou uma transformação das diferenças de espaços ocupados entre homens e mulheres no banco, ou seja, não causou mudanças profundas nas relações de gênero e na hierarquia já estabelecidas. Se, entretanto, a profissionalização no banco estava limitada à posição que ocupavam na família, elas buscaram superar as "dificuldades" em relação aos homens no dia a dia, como a proibição do uso de calça comprida e a busca da vaga de caixa por Lídia. Ao mesmo tempo, foi um "avanço conservador", ou seja, as primeiras mulheres que ingressaram no banco público não disputaram cargos de poder com os colegas homens, daí o fato de as relações de gênero serem vistas como "amistosas" ou "respeitadoras", como declarou Sandra, Leonora e Marta. Já Lídia percebia conflitos, certamente porque disputava o mesmo espaço ocupado pelos colegas homens. Ao final da entrevista, Lídia fez uma análise do período final de sua carreira, conforme abaixo:

> Eu saí da agência, não tinha uma gerente, não. Eu fui assim, chefe substituta, entende? Trabalhava, final da minha carreira, trabalhei na tesouraria porque eu tinha meu filho com nove anos, aí não tinha mais como botar em colégio no primário, então eu consegui trabalhar na tesouraria porque aí eu fazia das 7h às 13h da tarde ou das 13h às 19h, porque a tesouraria tinha dois turnos, tinha que estar aberto de

> manhã cedo até a noite, aí eu consegui uma vaga na tesouraria. Nos últimos quatro anos eu era substituta do meu chefe, mas só como substituta. (depoimento citado)

3.4 A AMUBB: UM MOVIMENTO DE MULHERES NO BANCO?

Embora a carreira no banco estivesse limitada pela posição que ocupavam na família, o que limitava a ascensão profissional, há indícios de descontentamento com esta situação. No final de 1986 foi constituída a AMUBB (Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil) conforme publicação no Diário Oficial:

> Sede e foro: Em Brasilia (DF), a. SBS, Ed. Casa de São Paulo, sala 304.
> Duração: Prazo indeterminado.
> Objeto social: Valorizar o trabalho da mulher, incentivar a educação e a formação profissional permanente, desenvolver o espírito associativo e comunitário.
> A AMUBB se compõe dos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A Diretora Presidente será também a Presidente da Associação e a representará em juízo e fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de mandato. Poderão associar-se à AMUBB as mulheres funcionárias do Banco do Brasil S.A., em atividade ou aposentadas, e mulheres de funcionários do Banco do Brasil S.A. A AMUBB poderá instalar Delegacias Regionais nas capitais dos Estados e Representações de Delegadas nos Municípios. O Regimento Interno será elaborado no prazo de 120 dias, a contar da publicação deste Estatuto, não podendo com ele colidir em nenhum dos seus dispositivos. (BRASIL, 1987)

Como visto acima, a associação tinha sede em Brasília, local em que trabalhava Rita[64], funcionária do banco público, sua fundadora e primeira presidente. A posse da primeira e única diretoria ocorreu ainda em janeiro de 1987. Segundo Rita, o objetivo da associação era "conscientizar as funcionárias a postular comissionamento, incentivando a progredir na carreira. Nunca se imiscuiu nos assuntos internos do banco e nem em assuntos da esfera sindical, como licença maternidade, por exemplo". Já sobre a ideia de criar a Associação, Rita conta que surgiu por oposição à criação de outra associação, a ANABB (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil), criada em fevereiro de 1986, também em Brasília. O motivo? Segundo Rita, para a fundação da ANABB foram chamados inicialmente cerca de trezentos funcionários do banco, todos homens. Sentindo-se excluída do grupo, ocorreu-lhe, então, que o melhor seria criar uma associação que de fato incluísse as mulheres.

[64] Rita (pseudônimo), admitida no banco em 1962. Trabalhou na direção geral do Banco no Rio de Janeiro e em Brasília, permanecendo por 25 anos no banco. Ressalta-se que foram dois encontros, com entrevista não gravada (a pedido) e uma carta direcionada a esta pesquisadora, ambas realizadas em Florianópolis, no mês de junho de 2012.

Assim, em dezembro desse mesmo ano, onze meses após a criação da ANABB, estavam concluídos os trâmites legais para a criação da AMUBB.

Segundo informa a própria ANABB, o momento de sua criação não se deu por acaso, foi quando "o funcionalismo do banco chegava ao auge das discussões sobre as mudanças propostas pela Reforma Bancária. Estimulados pelo clima de insatisfação, um grupo de funcionários em Brasília concretizam a fundação de uma instituição que visava a atender os anseios de cada um dos colegas em todo o País."[65] O termo "Reforma Bancária", por sua vez, era o que defendiam as entidades em defesa dos trabalhadores, ligadas ao sistema financeiro, como a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito); órgãos de assessoria, como o DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas) e também alguns partidos políticos (O ESPELHO, 1986). Entretanto, o que havia sido proposto pelo governo na resolução expedida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em janeiro de 1986, não se tratava de uma reforma bancária nos moldes daquela de 1964, pois apenas modificava as relações entre o banco público, o Tesouro Nacional e o Banco Central, o que resultou na extinção da chamada "conta movimento." [66] Para o banco e seus funcionários, por sua vez, essa "pequena reforma" significava muito, pois, na prática, estava sendo retirada uma das últimas funções de autoridade monetária que restavam ao banco público, introduzindo um novo padrão no seu relacionamento com o governo (FRANCO; PACHECO, 1979).

Sabe-se que disputas de poder são comuns nas várias entidades representativas de classe, seja em órgãos públicos, empresas, partidos ou agremiações. Entretanto, a Associação criada por Rita mostra-se uma peculiar disputa de poder com os homens na busca por representação na mesma empresa. Caso não raro na História, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada no limiar da Revolução Francesa, em 1789, teve sua "similar" destinada às mulheres. A francesa Olympe de Gouges lançava, em 1791, a sua "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", [67] na qual argumentava que todos os direitos dos homens enumerados pelos revolucionários em 1789 também pertenciam às mulheres (SCOTT, 2005). Gouges escreveu, também, a sua versão do Contrato Social, que para ela se igualava ou era melhor que o de Rousseau. Seus escritos inspiravam reflexões e inimizades políticas, não à toa foi condenada à guilhotina em 1793 (SCOTT, 2005).

---

[65] Histórico da Associação, disponível no site http://www.anabb.org.br.
[66] Ver Resolução CMN n. 045, de 30 de janeiro de 1986.
[67] A "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" foi publicada no Brasil no livro "O Dilema da Cidadania. Direitos e deveres das mulheres", organizado por Gabriella Bonacchi e Angela Groppi (Editora da Unesp, 1994).

Além da contraposição à ANABB, a criação da AMUBB certamente fora influenciada pelo contexto bastante promissor dos movimentos feministas brasileiros, já consolidados na década de 1980, que favorecidos pela conjuntura da redemocratização[68] passaram a se organizar, principalmente em torno de discussões sobre a inserção das mulheres na política, bem como sua vinculação ao Estado. Entretanto, foi na década anterior que a "questão da mulher trabalhadora" primeiramente serviu de pauta para os movimentos feministas no Brasil, quando os feminismos surgem como movimento organizado. Oriundos também de influências internacionais, tais movimentos assumiram características próprias devido à repressão interna do regime militar, sofrida pelo País no período. Segundo Alvarez (1994), data da década de 1970 o surgimento dos primeiros grupos feministas na América Latina. Nesse período, as atividades do movimento começam a se voltar para fora, ou seja, começava a ser disseminada a mensagem feminista às mulheres de classes populares e a se relacionar a luta destas à luta da sociedade contra o governo militar. Não por acaso, no Brasil, data do período pós-1975 as primeiras publicações de caráter feminista, como os jornais **Brasil Mulher**, que circulou no período 1975-1980; e **Nós Mulheres,** de 1976-1978 (LEITE, 2003). Ainda segundo Leite (2003), muitas mulheres, a maioria ex-militantes da esquerda, passaram a difundir reivindicações e propostas diretamente relacionadas à condição feminina através desses jornais. Se por um lado o movimento feminista deste período tem origens na esquerda, em que a luta de classes prevalece, este se desenvolveu paralelamente a ela. Entretanto, devido à influência militante ou por opção ideológica, os jornais feministas mantiveram um discurso esquerdista de classe, que focaliza o problema das mulheres trabalhadoras, duplamente oprimidas pela discriminação classista e sexual (MANINI, 1995/1996). Estava aberto o debate público em torno das demandas específicas das mulheres trabalhadoras.

Rita, formada em Direito, ela própria contou que participou de mais de uma dezena de movimentos em defesa das mulheres. Entre eles, foi conselheira do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) entre agosto de 1989 a junho de 1990. Como expressão da organização e luta dos movimentos feministas durante mais de uma década, o CNDM foi criado em 1985, por força de lei, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de "promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País." (BRASIL, 1985). Conforme a historiadora Fabrícia Faleiros Pimenta, em sua tese de doutorado sobre o CNDM,

[68] Entre os anos de 1983 e 1984, a sociedade civil se mobilizou em prol do movimento das *Diretas Já*, uma grande manifestação pública a favor das eleições diretas para a Presidência da República.

a lei previa que o CNDM seria composto por uma Secretaria Executiva, uma Assessoria Técnica e um Conselho Deliberativo. Este último composto por 17 integrantes e 3 suplentes designadas pelo Presidente da República, para um mandato de 4 anos, além da presidência do Conselho. Destaca a lei que um terço dos membros do Conselho Deliberativo deveria ser escolhido dentre pessoas indicadas por movimentos de mulheres, seguindo o critério de contribuição, de forma significativa, em prol dos direitos femininos (PIMENTA, 2010).

Assim, o lugar privilegiado que ocupava Rita a permitiu vivenciar de perto as diversas manifestações feministas da década de 1980, principalmente em Brasília, palco e sede de vários grupos feministas, bem como do CNDM. Segundo Pimenta (2010), entre os anos de 1985 e 1990, o Conselho promoveu inúmeros encontros, jornadas e seminários feministas entre mulheres das mais variadas profissões, como secretárias, delegadas de polícia, advogadas, mas também entre mulheres negras, indígenas, bandeirantes, entre outros grupos marginalizados. Diante desse fértil terreno de debates feministas, a AMUBB teria uma grande tarefa pela frente. Em 1963, o número de funcionários do banco público era de 33.549, já em 1989 havia aumentado para 138.343, distribuídos em 4668 agências (FRANCO; PACHECO, 1979). Neste contexto, qual era a situação das mulheres?

Para responder a essa pergunta, fomos à busca de informações do banco público e deparamo-nos com uma pesquisa já realizada sobre o assunto, produzida pela Universidade Corporativa do referido banco sob o título de "Programa de Pró-equidade de Gênero" e publicada na forma de cartilha (PROFI, 2010).[69] Segundo a pesquisa, somente a partir de 1974 as mulheres aparecem nas estatísticas de pessoal do banco. Nessa data, os relatórios internos começam a divulgar informações de que as mulheres representavam quase 10% dos funcionários do banco, sendo 736 escriturárias e 4527 auxiliares de escrita. Informa, também, que elas já assumiam cargos mais elevados, como Conferente, Subchefe e Chefe de Seção (PROFI, 2010). Segundo a cartilha, no final da década de 1970 foi criado o BIP (Boletim de Informação de Pessoal), daqui para frente denominado apenas por BIP, que circulou entre 1976 e 1992, trazendo informações sobre as mulheres nos banco. Na edição de novembro de 1976, o BIP informava que, embora na maioria dos casos o acesso aos processos seletivos

[69] O fascículo faz parte das ações do banco público para o Programa de Pró-Equidade do gênero e Raça da SEPM (Secretaria Especial de Política para as Mulheres), ao qual aderiu desde a 1ª Edição, em 2005. O fascículo é dividido em três partes, sendo a primeira referente à história das mulheres no Brasil, aberta pela historiadora Mary Del Priore; a segunda, que será utilizada aqui, constitui-se de fontes, relatórios e estatísticas, sob responsabilidade da área interna do banco que coordena o Programa e que não puderam ser acessados diretamente por esta pesquisadora. A terceira parte constitui-se de ações promovidas a favor da equidade de gênero no banco.

internos fosse aberto para homens e mulheres, algumas funções ainda carregavam discriminação:

> [...] Foi assim com a seleção interna para o cargo de Assistente de Programação e Operação. Seis requerimentos de funcionárias do sexo feminino pretendendo se inscrever fazem com que o Diretor de Recursos Humanos autorize a participação, deixando de lado a praxe adotada que só poderiam se inscrever elementos do sexo masculino. (BIP, 1976 apud PROFI, 2010).

Em 1979, dez anos após ser reaberto o concurso para as mulheres no banco, elas representavam 17.912 funcionários. Conforme a pesquisa, nesse ano o BIP publicou com entusiasmo a notícia de que havia sido nomeada a primeira mulher em cargo de administração em agência. Segundo destacou a pesquisa, "esse tabu foi quebrado pela funcionária Érica da Silva[70], casada e mãe de três filhos, que foi nomeada para gerência-adjunta em Formosa do Rio Preto, na Bahia, após ter concorrido a 840 agências." (PROFI, 2010, p.23). A pesquisa não menciona a cidade de origem da funcionária, entretanto, devido à espantosa quantidade de agências a que concorreu até ser nomeada, supõe-se que ela estivesse disposta a mudar de região, aceitando a tradicional regra da carreira bancária de "ir para o interior". Considerando-se que o município de Formosa de Rio Preto é o mais distante município da cidade de Salvador, localizado a 1.026Km de distância da capital Bahia e possui atualmente cerca de 22 mil habitantes (IBGE, 2010), pode-se imaginar as eventuais dificuldades enfrentadas pela funcionária na mudança de cidade. Embora sejam necessários mais dados para análise, tais como informações se o cônjuge havia concordado com a mudança de endereço ou se ele próprio também era funcionário do banco à época e havia conseguido uma transferência, ou se os filhos estudavam e tiveram que trocar de escola, o que pode ser observado é o perfil das mulheres que ascendiam na carreira das agências: aquelas que estivessem dispostas a cruzar o Brasil.

Já no início da década de 1980, o BIP destacava a ocupação de cargos de gerência pelas mulheres em diversos segmentos, como a gerência adjunta de agências e a chefia de CESEC[71]:

> Cresce a participação da mulher no banco. Hoje, do total de quase 100 mil funcionários, mais de 23 mil são do sexo feminino, num percentual de 25%. Elas

[70] Pseudônimo.

[71] Centro de Processamento de Serviços e Comunicações, setor que centralizava o processamento de dados do banco, criado no início da década de 1980.

> estão assim distribuídas: 21.427 no posto efetivo; 3 gerentes adjuntos; 2.458 em outras comissões (46 % eram caixas executivas). (BIP, 1981 apud PROFI, 2010 grifo nosso).

Entre as 2.458 caixas executivas citadas pelo boletim, estavam Leonora, Marta e Lídia, sendo que Sandra assumiu no caixa ao final da década de 1980. A função de posto efetivo significa carreira inicial do banco, sem comissão. Entretanto, o que chama a atenção é que até esse ano, 1981, haviam sido nomeadas apenas três gerentes adjuntas no banco. Se uma delas era Érica, nomeada para o interior do estado da Bahia em 1979, onde assumiram as outras duas? No ano seguinte, 1982, diante dos resultados da tímida inserção das mulheres nas comissões de administração de agência, o BIP "resolveu prestar uma homenagem no Dia Internacional da Mulher, realizando uma entrevista coletiva com cinco mulheres, uma que exercia a função de caixa executiva, e as demais, outros cargos comissionados, como gerência adjunta e chefes de seção (PROFI, p. 23). O resultado da entrevista foi publicado no BIP no ano de 1982 sob o título: "Por que as mulheres não querem assumir cargos comissionados?". Entre as respostas das entrevistas, a mobilidade aparecia como um dos principais entraves ao comissionamento. Como destacou uma das entrevistadas, tratava-se de "Comodismo, pois no banco as mulheres não se animam a enfrentar situações difíceis no interior, quando podem ficar nos grandes centros". Já para outra funcionária, tratava-se de um problema que envolvia a família, pois "enquanto o homem for considerado a cabeça do casal, fica muito difícil para a mulher se transferir para outra cidade, carregando toda a família. De qualquer maneira, antes de tudo a mulher precisa vestir a camisa do banco". Pelos depoimentos das funcionárias entrevistadas, observou-se que a mobilidade era considerada o principal obstáculo à ascensão na carreira. Ao final da reportagem, o BIP trazia sugestões para que o banco trabalhasse "de forma estratégica as expectativas e necessidades das mulheres", conforme abaixo:

> Para elas tudo deve indicar que as dificuldades enfrentadas com a nova situação decorrem da inexistência de um planejamento abrangente que leve em conta o dado mulher. Por exemplo, o primeiro diz respeito aos "claros" criados na dotação das agências, em consequência do número de mulheres em licença maternidade. O segundo é o caso dos banheiros. Diz uma entrevistada que "quando ingressamos no banco, não existiam banheiros femininos, improvisaram soluções". (BIP, 1982 apud PROFI, 2010)

A sugestão do BIP para o problema da disparidade de comissionamento entre homens e mulheres era levar em conta o dado "mulher" no planejamento das agências, o que significava considerar as mulheres desde a dotação dos cargos até a reforma ou construção do espaço físico, considerando os banheiros femininos. Embora o trecho citado não explique qual

a sugestão para o "vazio" que deixam as mulheres em cargos comissionados quando saem de licença maternidade, supõe-se que esteja se referindo à interinidade dos cargos em comissão para mulheres em licença maternidade.[72] Já sobre a inexistência de banheiros femininos nas agências, Sandra, Marta, Leonora e Lídia sabiam muito bem do que se tratava.

Esse era o contexto em que deveria atuar a AMUBB quando as mulheres representavam vinte e sete por cento dos funcionários ativos do banco. Interrogadas sobre a AMUBB, Sandra, Marta, Leonora e Lídia disseram não se recordarem de sua existência, talvez pela distância, pois a associação tinha sede em Brasília e elas sempre trabalharam em Santa Catarina, mas também pelo curto período de tempo de atuação da Associação. Rita diz que a Associação fez alguns encontros[73] em Brasília, um em Porto Alegre, mas não teve continuidade após dois anos de fundação. Os motivos? Segundo conta, porque ficava difícil reunir as mulheres por mais tempo e também porque em seguida ela própria se afastou do banco. A pesquisa da Universidade Corporativa, por sua vez, limitou-se a informar em breves linhas sobre a criação da AMUBB, ressaltando que, embora fosse "uma estratégia para dar voz às mulheres, uma vez que o universo feminino no banco era, à época, de 32 mil mulheres entre seus 117 mil funcionários, o chamado não foi atendido" (PROFI, p. 24).

Pode-se chegar a alguma conclusão sobre a ascensão das mulheres no banco público? Certamente, a ascensão seguiu o "padrão" segregador das ocupações no trabalho bancário, em que a feminização não significou igualdade de oportunidades. A pesquisa de Andrea Puppim mostrou que o crescimento expressivo das mulheres no mercado de trabalho não teve ressonância nos cargos de topo das empresas brasileiras. A mesma autora, pesquisando sobre o acesso das mulheres aos cargos de comando numa empresa petrolífera privada no final da década de 1990, mostrou que embora esteja em curso lento e gradual o acesso das mulheres ao topo das organizações, o "teto de vidro" não foi rompido efetivamente, pois inúmeras barreiras persistem nas condições desiguais entre homens e mulheres na ascensão da empresa. Barreiras que não estão mais escritas nos regulamentos das empresas, mas estão enraizadas nas atitudes, valores e comportamentos de seu quadro de funcionários (PUPPIM, 1994). O que ficou evidente é que já na década de 1980 não se tratava mais de discutir a inserção, e sim de perceber a desigualdade de oportunidades no banco público, perceber como os espaços de

---

[72] A concessão de interinidade para gestoras em licença maternidade gestoras foi implantada no ano de 2009 (PROFI, 2010)

[73] Indagada sobre os registros de tais eventos, como fotografias, jornais de divulgação, inclusive o regimento interno da Associação, Rita, hoje com 74 anos, recorda-se que deixou todos os registros no banco. Entretanto, esta pesquisa não teve acesso a tais documentos, mas torce para eles ainda existam.

poder no banco foram demarcados pelo sexo. Essa era a proposta da AMUBB, segundo Raquel.

A “descoberta” desse movimento de mulheres deixou mais dúvidas do que certezas. Como teriam sido esses encontros? Quantas e qual era o perfil das mulheres associadas da AMUBB? Qual foi o verdadeiro alcance do movimento? Entretanto, é um indício de práticas de resistência entre as mulheres do meio bancário. Se o “chamado não foi atendido” pelas demais funcionárias do banco, deixou no ar um chamado de mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se insere no campo de estudos de gênero e da História das mulheres. Embora não exista uma história das mulheres separada da própria História enquanto campo disciplinar, conforme Michelle Perrot (1989), a história foi por muito tempo o olhar de homens sobre outros homens, os quais calaram as mulheres. Logo, pesquisas como estas tendem a subverter esta ordem, não como uma "revanche", mas como uma tentativa de construir uma História que considere o gênero, tipo de História que se tentou fazer aqui.

O processo de profissionalização das mulheres que ocorre no Brasil a partir da segunda metade do século XX caracteriza-se pela entrada massiva das mulheres, de classe média, no mercado de trabalho. Neste período, muitas mulheres com formação de normalistas, profissão tradicional para as jovens das camadas médias até então, prestaram concursos e ingressaram nos bancos públicos. Por que essas mulheres escolheram ir trabalhar em um banco público ou por que os bancos passam a admitir mulheres no final da década de 1960, eram algumas das perguntas que se tentou responder ao longo da pesquisa. Como resposta, vimos na primeira parte da pesquisa que foi a transformação por qual passaram os bancos durante a década de 1960, a qual mudaria o perfil do trabalhador bancário já nas décadas seguintes, aliado ao período de intensos debates feministas que vivia a sociedade brasileira, os quais certamente influenciaram a publicação da Lei 5473/1968, que fez com que muitas mulheres ingressassem nos bancos. Um fator importante do ingresso nos dois bancos públicos citados na pesquisa, e que não deve ser desconsiderado, era o salário, item com peso fundamental na decisão pela troca da profissão "sofrida" de professora pela profissão de "futuro" que representava os bancos públicos nas décadas de 1960 e 1970.

Desse modo, acredito que esta pesquisa contribuiu para a análise do processo descrito acima, bem como para corroborar um outro, talvez o mais importante do ponto de vista da equidade de gênero no mundo do trabalho. Sim, é o termo "equidade" que deve ser usado aqui pois é este que, considerando os critérios de justiça e igualdade, permite compreender processos como a feminização que ocorre nos dois bancos públicos pesquisados, período que vai do final da década de 1960 até no final da década de 1980, o qual ocorreu concomitantemente ao processo de automatização dos serviços e rotinas bancários. Assim, chega-se a meados da década de 1980 com grande parte das mulheres exercendo os cargos de execução, principalmente o de "caixa executiva", caso de nossas entrevistadas, ou estão na base da pirâmide com a função de "auxiliar de escrita", cargo inicial da carreira. O que isso

revela? Que às mulheres ficaram reservadas as funções mais baixas na hierarquia do banco público, mas, sobretudo, que foram elas que preencheram as vagas abertas pela automatização dos serviços. Mostra também que mesmo após a introdução massiva das mulheres no banco público, a divisão sexual do trabalho nos bancos não se alterou pois a feminização não significou igualdade de condições de trabalho e oportunidades. Outras pesquisas já haviam chegado a esta mesma conclusão (PETERSEN, 1999; SEGNINI, 1998). Nesse sentido, a criação da AMUBB (Associação da Mulher Funcionária), descoberta no decorrer da pesquisa, demonstrou, assim como vários trabalhos sobre mulheres já mostraram, que as mulheres desenvolvem suas próprias práticas de resistência, que elas não simplesmente "se conformavam" ou que não tinham consciência do processo que sofriam, como em geral, os sindicatos da categoria as acusavam. As bancárias, representadas por Rita, sua fundadora, fizeram um movimento de mulheres dentro do banco, embora algumas perguntas ficaram sem resposta. Por isso, a AMUBB é pauta certa de futuras pesquisas.

A partir de meados da década de 1980 novamente muitas mudanças foram processadas na profissão bancária. Desde esse período o trabalho nos bancos deixou de ser "distintivo" ou percebido como uma "profissão de futuro". Segundo Nise Jinkings, cuja tese versou sobre os trabalhadores bancários na década de 1990, no final da década de 1980 o chamado "desemprego tecnológico" já havia causado a demissão de mais de 240 mil bancários. Tais demissões foram ocasionadas por mudanças internas promovidas na estrutura dos bancos visando à redução de custos e ganhos em escala, o que significou mudanças profundas dos Planos de Cargos e Salários, bem como na forma de gestão "racionalizada" assumida pelos bancos desde o final dos anos 1960 (JINKINGS, 2002). Aliás, este método de gestão racionalizado foi, na verdade, uma estratégia que culminou no enfraquecimento do movimento sindical bancário, bem como diminuíram as diferenças entre os bancos públicos e privados. Logo, a "distinção" de que fala qualquer bancário ou bancária que trabalhou em qualquer banco público entre as décadas de 1960 e 1980, deixou de existir. Em seu lugar restou a automação cada vez mais eficaz, a qual precarizou a relação de emprego, e a competividade do mercado bancário, que tomou a forma de vendas de produtos e serviços.

De que momento histórico falamos acima? Certamente não é mais o "tempo" de Dona Vênus, quando ser bancária era sinônimo de elite e dependia de ter boas relações de parentesco; também não é mais o "tempo" de Nair, Vera, Fernanda, Sandra, Marta, Leonora, Lídia ou de Rita, as quais admitidas entre o começo da década de 1960 e início da década de 1970, foram trabalhar no banco devido à "profissão de futuro" que este representava para as

classes médias. Segundo Jinkings (2002), trata-se a partir da década de 1990 de um outro tempo, no qual é a autoridade do mercado quem dita as ordens tanto ao banqueiro quanto ao bancário. Aliás, desapareceu a figura do banqueiro, até então conhecido como a pessoa que detinha poder sobre as decisões do banco, agora é o capital, através de acionistas espalhados pelo mundo, o próprio banqueiro. O impacto destas mudanças nos trabalhadores bancários é a estrondosa redução e demissão de cerca de 46% dos bancários, passando de cerca de 800 mil bancários no final da década de 1980 para menos de 400 mil em meados da década de 1990 (JINKINGS, 2002).

Uma constatação intrigante desta redução é que ela atingiu mais as bancárias do que os bancários. Em 1996 as mulheres representavam 41% do total de empregos nos bancos (DATAFOLHA, 1996 apud JINKINGS, 2002). Segundo relatórios da Federação Brasileira dos Bancos- FEEBRABAN, instituição que representa os bancos, a proporção de mulheres no setor bancário no Brasil em 2000 era de 44,3%, o que significava 177.578 postos de trabalho, metade destes na função de caixa (FEBRABAN, 2001). Já em 2011 elas eram 246.375, o que representava 48,6% dos empregos no setor (FEBRABAN, 2011). No banco público pesquisado, o percentual de mulheres, embora possa pode ter oscilado durante a década de 1990, chega a 2009 com 40,7% (PROFI, 2010). Embora os números por si não expliquem as mudanças promovidas durante a década de 1990, como a abertura econômica, a política neoliberal das privatizações e terceirizações bem como a introdução do “trabalhador flexível” nos diversos setores da economia, as quais mudaram a organização do trabalho nos bancos, certamente tais mudanças foram decisivas para a redução do número de mulheres empregadas durante a década de 1990. Segundo Jinkings (2002) é de supor que elas foram as mais atingidas pela redução de postos de trabalho pois ocupando funções menos qualificadas eram mais facilmente substituíveis pelo trabalho automatizado e pelo movimento de reestruturação dos bancos. Já no final da mesma década, quando se acirra a concorrência por posições de mercado, através da venda de produtos e serviços, o número de mulheres volta a crescer, sendo explicada pela classificação “generificada” que a atividade de atendimento ao cliente possui nos bancos. Logo, a questão a partir dos anos 1990 não é mais a inserção das mulheres nos bancos e sim a permanência da “divisão sexual” do trabalho e da “(des) igualdade de oportunidades”.

Considero que refletir sobre as questões acima é de extrema importância para compreender porque ainda nos dias atuais as mulheres continuam, apesar de possuírem maior qualificação, na base da hierarquia dos bancos. O mesmo relatório citado acima informa que o

grau de escolaridade das trabalhadoras bancárias atualmente é superior ao dos homens: 71,67% das bancárias têm curso superior completo, ante 66,52% dos homens (FEBRABAN, 2011). No trabalho bancário as mulheres representam quase metade dos trabalhadores do setor, possuem maior escolaridade, no entanto, o percentual de mulheres nos altos cargos de comando, como diretorias, cai para muito menos que a metade.[74] Mas o debate tem existido no meio bancário. O próprio banco estudado, assim como outros bancos públicos, aderiram em 2005 ao Programa de Pró-equidade de Gênero e Raça da SEPM- Secretaria Especial de Política para as Mulheres,[75] cujo objetivo é "promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional" (SEPM, 2011). Logicamente, a adesão ao referido programa acompanha a "agenda" de gênero vigente no Brasil, a qual é influenciada por organismos internacionais como ONU e OIT, sobretudo, a partir de 2003, com a criação da SEPM. Entretanto, é um caminho de discussão em aberto. Já no movimento sindical bancário as mulheres ainda representam muito pouco entre os dirigentes sindicais.

Como pauta para futuras pesquisas encerro este trabalho com algumas questões em aberto. Se o caminho escolhido para diminuir a desigualdades no banco público parece ter sido o das ações afirmativas, políticas nascidas e já utilizadas na Europa e nos Estados Unidos, o que se conclui é que a forma desigual e desqualificada com que foi tratado o trabalho das mulheres nos bancos está enraizada nas normas, nos discursos e valores vivenciados no dia-a-dia das práticas e das relações entre homens e mulheres, as quais se manifestam nas relações de trabalho. Entretanto, está também enraizada na "prática racional" do capital, a qual utilizando-se das normas e discursos desfavoráveis ao "trabalho feminino" vigentes na sociedade atribuiu à mão-de-obra exercida por mulheres o *status* de inferior em relação à mão-de-obra masculina. Assim, conclui-se que independente da profissão, a discussão sobre gênero no trabalho deve levar em conta as mulheres enquanto sujeitos nomeados como tal e o que isso representa. Pois, de outra forma, por que persistem as desigualdades?

---

[74] Dados de 2005 mostram que menos de 12% das diretorias dos bancos eram compostas por mulheres (ESTUDOS E PESQUISAS, 2005). Já o Relatório FEBRABAN citado acima informa que o percentual das "posições de direção", o que não significa o cargo diretora, era de 19% em 2011.

[75] Informações sobre o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça criado em 2005 e sobre a própria SEPM podem ser vistas no site http://www.sepm.gov.br.

FONTES

ENTREVISTAS ORAIS

Fernanda (pseudônimo). 54 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 14/12/2009, em Florianópolis.

Leonora (pseudônimo). 62 anos, casada, duas filhas, trabalhou 24 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 07/08/2012, em Florianópolis.

Lídia (pseudônimo). 61 anos, solteira, um filho, trabalhou 25 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 23/08/2012, em Florianópolis.

Marta (pseudônimo). 62 anos, dois filhos, trabalhou 24 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 14/08/2012, em Florianópolis.

Nair (pseudônimo). 67 anos, solteira, um filho adotivo, membro da comissão fundadora do Besc em 1961, trabalhou 34 anos Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Rita (pseudônimo), 74 anos, solteira, admitida em 1962, trabalhou 25 anos no banco público. Entrevista, não gravada, concedida a Luciana Geroleti, nos dias 15/06 e 18/06/2012, em Florianópolis.

Sandra (pseudônimo). 63 anos, viúva, três filhos, trabalhou 25 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 27/08/2012, em Florianópolis.

Vera (pseudônimo). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 11/03/2010, em Florianópolis.

ACERVO MUSEU BESC

MURAL. Florianópolis: Informativo das Empresas do Sistema Codesc, Nov/1983- fev/1987.

ARQUIVO HISTÓRICO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE E REGIÃO - AHPOA

FOLHA BANCÁRIA. São Paulo: SEEB, ano 39, s/n., jun. 1963.

O ESPELHO. Edição Nacional. Brasília, ano IV, n. 21, jan./março de 1986.

O ESPELHO. Edição Nacional. Brasília, ano VII, n.65, 28 jul. 1989.

O BANCÁRIO. Porto Alegre: SEEB, ano 11, out.1975.

JORNAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SC

O ESTADO**.** Florianópolis**,** 10 ag. 1958.

O ESTADO. Florianópolis, 13 jul. 1962.

A GAZETA. Florianópolis, 15 set.1965

O ESTADO. Florianópolis, 02 ag. 1979

O ESTADO. Florianópolis, 03 ag. 1979

REFERÊNCIAS

ACCORSI, André. **Automação**: bancos e bancários. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Daniela S. da C. **(Re) Pensando as relações de gênero e trabalho**: Mulheres em cargos de chefia na Petrobrás e o Programa Pró-Equidade de Gênero. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Historia da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4.

ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIFC/ECO/UERJ, vol. 02, n.º 02, p. 255-294, 1994.

ALVES FILHO, Antônio et al. **Besc**: uma idéia 35 anos depois. Florianópolis: Besc, 1997.

ANDRADA, Vênus Caldeira de. **De mim para vocês**. Brasília: Banco do Brasil/DESED/BIP, 1988.

ARANHA, Altair J. **Dicionário Brasileiro de insultos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.books.google.com.br/books?id=EYcp> Acesso em: 10 abr.2010.

ARAUJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** São Paulo (SP), 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Modernização econômica e formação do professor em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

BANCO DO BRASIL**. Mulheres admitidas 1969 a 1990**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <geroleti@bb.com.br> em 26 ag. 2012.

BANCO do Brasil teme fragilidade da mulher. **Jornal do Brasil online**, São Paulo, p.15, 12 jul. 1968. Disponível em:<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=1>. Acesso em: 29 ag. 2012.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

BB.COMVOCÊ. Brasília: Banco do Brasil, nº 52, set./out. 2008.

BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Tradução de Andre Telles. RJ: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Joana Vieira. **Para além do tornar-se**: Ressonâncias das leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 3. Ed. São Paulo: Cia das letras, 1994.

BOSI, Ecléa (Org.). **Simone Weil**: A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão. RJ: Paz e Terra, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 21.417, 17 de maio de 1932. **República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 17 mai. 1932. Disponível em:<http://www.mte.gov.br/museu/Conteudo/Decreto21417_txt.asp. Acesso em: 30 ag. 2012.

_____. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, 12 out. 1965. Seção 1, p. 25. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1965.pdf#page=25.>. Acesso em: 29 ag. 2012.

_____. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 jan. 1987. Seção 1, p. 95. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3151142/dou-secao-1-07-01-1987-pg-95/pdfView>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). **População presente por sexo com indicação da alfabetização para as pessoas de dez anos ou mais segundo as zonas fisiográficas, municípios, cidades e vilas**. Departamento de Censos. Censo demográfico de 1960. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1960/CD_1960_SC_2Parte.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE cidades@.** Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291110#>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. Lei nº 4.121, de 17 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada (Estatuto da Mulher Casada). **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 ag. 1962. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 ag. 2012.

_____. Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968. **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 jul. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5473>. Acesso em: 29 ag. 2012.

_____. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 ag. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.html>. Acesso em: 05 fev. 2013.

BURKE, Peter. **Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CANEDO, Letícia Bicalho. **Bancários:** movimento sindical e participação política**.** Campinas (SP): Ed Unicamp, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados/MS, v. 13, n. 124, p. 15-29, jul./dez. 2011.

DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. (Orgs.). **O tempo dos ginásios**: ensino Secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX). Campinas (SP); Florianópolis: Mercado das Letras; UDESC, 2007.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. 2010. Disponível em:<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 01 out. 2012.

EARP, Fábio de Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In**:** FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ESTUDOS E PESQUISAS. As mulheres nos bancos: São Paulo: DIEESE. Ano 1, n. 7, mar. 2005.

FAVERI, Marlene de; LUNA; Glória Alejandra Guarnizo. **Irene de Sousa Boemer**: Dama do rádio, cronista da cidade. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello; PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**: (história financeira do Brasil desde 1808 até 1951). Brasília: Banco do Brasil, 1979.

GEROLETI, Luciana Carlos. **Entre a "bela" e a "bancária"**: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. Florianópolis, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino:** a luta pelos direitos da mulher no Brasil: 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, 2003.

_____. Escolas mistas, escolas normais: A coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, maio/ago. 2011.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**: A evolução do traje moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HUYSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro**: automatização e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.

_____. **Trabalho e resistência na "fonte misteriosa"**: Os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KAREPOVS, Dainis. **A história dos bancários**: Lutas e conquistas (1923-1993). São Paulo: Sindicato dos bancários e financiários de São Paulo, Osasco e região, 1994.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de "Histórias femininas, Memórias e Experiências". **Cadernos Pagu**, n.8/9, p. 343-354, 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, Vol. 5.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11(1), n. 336, p.234-241, jan-jun/2003.

MAC LAREN, Alexandre; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. **Novo Código Civil:** Artigos Comparados. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**. n.3/4, p.46-67, 1995/1996.

MARTINI, Stela Maris Sartori. **Mulheres destinadas ao êxito**: Trajetórias Escolares e Profissionais de Ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960). Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS; Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.

MICK, Jacques. **Sessenta:** Uma história, 1935-1995**.** Florianópolis: SEEB de Florianópolis e região, 1995.

MILLS, C. Wright. **A nova classe média (white collar).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/ANPOCS, 1988.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n.2, 2000.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza**... As representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980). Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

PASSERINE, Luisa. A "lacuna" do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: ED FGV, 1996. 211-214.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n.º 18, p. 9-18, ag./set. 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco**: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. Porto Alegre, 1999. Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política**: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Brasília, 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p.25-39, fev.1997.

PROFI. Pró-equidade de gênero no Banco do Brasil. Suplemento Especial. Brasília: UNIBB, set. 2010. Tema do fascículo: gênero.

PUPPIM, Andréa. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares:** mulheres e relações de gênero no brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

RECH, Solange. **AABB Florianópolis**: Meio século de História. Florianópolis: AABB, 2003.

RELATÓRIO ANUAL 2001. São Paulo: Febraban, 2001. Disponível em:<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/balanco_Social_2001.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

RELATÓRIO ANUAL 2011. São Paulo: Febraban, 2011. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Febraban_RA2011_30_08.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder**: Novas sociabilidades urbanas em Florianópolis (1950 a 1970). Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.º 16, p. 297-325, fev. 1998.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**: O século XIX. Edições Afrontamento, 1991, Vol. 4.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, n.16, p.73-99, jul./dez. 1990.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas,** Florianópolis, vol. 13, n.1, p.11-30, jan./abril. 2005.

SEPM. Pró-equidade de gênero e Raça. 4ª edição. Disponível em:<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/pro-equidade>. Acesso em: 23 fev. 2013.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMAS, Sara. **"Sou o pai, Sou a mãe**": família chefiadas por mulheres pobres em Joinville/SC (1997-2009). Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

SINEAU, Mariette. Direito e democracia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, Vol. 5.

SOIHET, Raquel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

TRAVESSO, Enzo. História e memória. Notas sobre um debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **História reciente: perspectivas y desafios para un campo em construción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.67-96.

WITTMANN, Angelina C. R. **A estrada de ferro no Vale do Itajaí**: resgate trecho Blumenau-Warnow. Blumenau: Ed. da FURB, 2001.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012.

APÊNDICES

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Nome:

Idade/data/local nascimento:

Estado Civil:

Escolaridade/Formação:

Admitida no banco em:

1ª Parte

Sobre a vida pessoal:

1) Onde passou a Juventude, mocidade?
2) Em qual colégio estudou?
3) Pensava em ser professora, por quê?
4) Pensava em ingressar na universidade, em seguir uma profissão?
5) Foi preparada para "casar, ter filhos ou seus pais a incentivam a estudar primeiro"?

2ª Parte

Sobre o trabalho no banco:

1) Quais eram os requisitos para participar do concurso do banco? Solteira, por exemplo, ou não?
2) A senhora possui algum registro do concurso, como um Edital com as regras, a prova, resultado...
3) Como ficou sabendo do concurso em 1969? Como era o concurso? Era prova objetiva, prática... Tem algum registro do concurso? Lembra quantas mulheres passaram junto?
4) Por que foi trabalhar no banco? Foi acaso ou você escolheu? Pensava em seguir carreira no banco?
5) Em que agência foi admitida inicialmente? Tinha banheiro feminino na agência? E nas outras agências?
6) Já Havia já mulheres trabalhando na agência, trabalhando no banco? OU só telefonistas, ascensoristas...
7) E os colegas... eram todos homens? O que falavam para vocês? Bem vindas, ou olhavam de cara feia?
8) Sentia algum tipo de **assédio** por parte dos colegas homens, piadinhas...

9) Sentia diferença no tratamento entre homens e mulheres por parte do banco? E por parte dos colegas?

10) A carreira era diferente para homens e mulheres? A senhora estava na mesma carreira que os homens?
11) Em 1968 foi publicada uma lei que proibia a discriminação por sexo em cargos sujeitos a seleção nas empresas privadas bem como quadros do funcionalismo público nas três esferas, do serviço autárquico, das sociedades economia mista e concessionarias serviço público... Ou seja, o banco só passou a aceitar mulheres em seus concursos porque foi obrigado pela lei... Em 1969 banco publica Edital aberto às mulheres...depois de 1935 quando foi proibida a entrada de mulheres? Os colegas comentavam o motivo dessa proibição?
12) Outra senhora comentou que quando o banco começou a admitir mulheres por concurso público os homens diziam que as "mulheres iam falir o banco"... O que mais falavam... eram seus colegas...tem algum registro disso?
13) A senhora ouviu falar da funcionária, da D. Vênus Caldeira de Andrada? Ela deixou um livro de memórias...

As tarefas no banco: Década de 1960-1980

1) Quais setores e quais funções exerceram no banco?
2) Pensava em seguir carreira, assumir funções comissionadas, gerência?
3) Como era quando entrou no banco? O banco já tinha terminal de PC pra vocês trabalharem? E os ATM quando foram instalados?
4) Sentiu alguma mudança no trabalho depois da introdução dos terminais?

Sobre a AMUBB: criada em Brasília em 1987

1) Ouviu falar dessa associação no banco? Conhece mulheres que participaram dela?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Aprovação da pesquisa

UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Florianópolis, 19 de dezembro de 2011 Nº. de Referência: **194/2011**

A(o) Pesquisador(a),
Profª Marlene de Fáveri

Analisamos o projeto de pesquisa intitulado **"De Normalistas a Bancárias: A profissonalização das mulheres na sociedade Florianopolitana (1960-1980)"** enviado previamente por V. S.ª. Desta forma, comunicamos que o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos tem como resultado à **Aprovação** do referido projeto.

Este Comitê de Ética em Pesquisa segue as Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Gostaríamos de salientar que quaisquer alterações do procedimento e metodologia que houver durante a realização do projeto em questão e, que envolva os indivíduos participantes, deverá ser informado imediatamente ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

Duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverão ser assinadas pelo indivíduo pesquisado ou seu representante legal. Uma cópia deverá ser entregue ao indivíduo pesquisado e a outra deverá ser mantida pelos pesquisadores por um período de até cinco anos, sob sigilo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rudney da Silva
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi - Florianópolis – SC
88035-001 - Telefone/Fax (48) 3321 – 8195

Recebido
Em 20/12/11

ANEXO B- Modelo do Termo de Consentimento

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO REITOR – GR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEPSH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada **"De normalista a bancárias: A profissionalização das mulheres na sociedade florianopolitana",** que fará entrevista com mulheres que exerceram a profissão de bancária entre as décadas de 1960 a 1980, tendo como objetivo investigar a profissionalização das mulheres nos bancos em Florianópolis entre as décadas de 1960-1980, as trajetórias de escolarização/profissionalização destas mulheres e o quotidiano da profissão de bancária no período em estudo. Serão previamente marcados a data e horário para as entrevistas, utilizando gravador de voz digital. Estas medidas serão realizadas na UDESC-Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver aspectos étnicos e medições não-invasivas. A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por pseudônimo, necessário apenas para facilitar a escrita do trabalho, entretanto, é facultado a escolha do entrevistado aceitar ou não este procedimento.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão, de forma geral, contribuir para o estudo da História, mais precisamente contribuir teoricamente usando o gênero como categoria de análise dos processos sociais, na vida de sujeitos mulheres comuns, como as trabalhadoras bancárias, e que historicamente não foram incluídas nos processos históricos. Por isso, a pesquisa pretende compreender como as mulheres que exerceram a profissão de bancária no período em estudo (1960-1980) estão incluídas num contexto histórico de mudança social e cultural no tocante ao papel das mulheres na sociedade naquele período mas também em relação à sociedade daquele período.

As pessoas que estarão acompanhando serão a pesquisadora responsável, orientadora da pesquisa, a professora e historiadora Dra Marlene de Fáveri.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome, identificado por pseudônimo, facultado a escolha do entrevistado em aceitar ou não este procedimento.

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Marlene de Fáveri/Luciana Carlos Geroleti
NÚMERO DO TELEFONE:
ENDEREÇO:
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSAVEL_____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: Florianópolis Data: